



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE**

VALÉRIA PEREIRA MACÊDO

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO): leituras a
partir da percepção dos moradores do setor Presidente Lula**

Araguaína/TO
2023

VALÉRIA PEREIRA MACÊDO

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO): leituras a partir da percepção dos moradores do setor Presidente Lula

Texto de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Subárea de Concentração: Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Linha de Pesquisa: Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Pacifico Filho

VALÉRIA PEREIRA MACÊDO

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO):

leituras a partir da percepção dos moradores do setor Presidente Lula

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - Campus Universitário de Araguaína, Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais - PPGDIRE da. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia, tendo como subárea Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 14 de dezembro de 2023

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente

MIGUEL PACÍFICO FILHO

Data: 22/05/2024 21:39:39-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho (Orientador PPGDire/UFNT)



Documento assinado digitalmente

MAURICIO FERREIRA MENDES

Data: 23/05/2024 08:14:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes (membro interno- PPGDire/UFNT)



Documento assinado digitalmente

CRISTIANE MANSUR DE MORAES SOUZA

Data: 22/05/2024 19:48:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Cristiane Mansur de Moraes Souza (membro externo/ FURB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436o Pereira Macedo, Valéria .

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA (TO): leituras a partir da percepção dos moradores do setor Presidente Lula: leituras a partir da percepção dos moradores do setor Presidente Lula / Valéria Pereira Macedo. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2023.

114 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Graduação - em Ciências Sociais) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2023.

Orientador: Miguel Pacifico Filho .

1. ARAGUAÍNA: CONDICIONANTES PARA O CDD-300 ACELERADA. 2. PERSPECTIVA DA TEORIA LEFEBVRIANA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A crise Urbana e a crise Social de qualquer cidade de qualquer país, de qualquer época e de qualquer lugar, dentro da cidade, é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Com muita gratidão, dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois devo a Ele tudo o que sou. Como também devo inteiramente a meus amados e maravilhosos pais (Ecivânio e Lucimar), pelo carinho imenso e diário, e especialmente acreditaram que seria possível desde o início essa jornada. Sem vocês nada seria como é.

“Eu criei você para um propósito único. Siga em frente em meu amor e aprovação. Estou do seu lado... e nunca o deixarei nem o abandonarei”

- **Deus** (Jeremias 29:11)

AGRADECIMENTOS

É preciso saber reconhecer a contribuição das outras pessoas para a construção de nossas vidas. Com certeza, esta dissertação não estaria pronta sem a presença de algumas pessoas que, de forma direta ou indireta, me ajudaram a executar este trabalho de que tanto me orgulho.

Primeiramente, obrigada a Deus que está sempre comigo, em minha caminhada. Aos meus pais Sr. Ecívão e Sra. Lucimar, pelo imenso amor e o apoio nos meses e anos corridos, por entenderem a ausência necessária, vocês são, sem dúvida meus pilares e sempre me entusiasmaram a acreditar e nunca desistir de nada nesta vida, por mais difícil que fosse: “O NÃO você já tem, corra atrás do SIM” e vocês estão sempre certos. Pois, o segredo é um só: acreditar que tudo vai dar certo, porque vai! A pessoa que mais precisa acreditar que é possível, é você mesmo! Obrigada por todo o aprendizado vivenciado e transmitido ao longo dos anos da minha vida e é uma honra e um privilégio gigantesco ser sua filha, e concretizar essa conquista com o carinho de vocês é magnífico, pela antítese do silêncio e das palavras e por todos os abraços na hora certa, amo vocês.

Agradeço aos meus irmãos: Deborah e Alexandre que são de extrema importância na minha vida, sempre juntos e misturados, e assim somos cada dia mais fortes. Aos meus sobrinhos Murilo e Miguel, somente porque amo-os muito e por serem uma felicidade em minha vida. A vocês, minha família, sou eternamente grata. E não poderia esquecer de agradecer as dicas preciosas da minha prima mais velha Poliana Macedo, meu sincero agradecimento.

Obrigada minha amiga Liane Martins pela disponibilidade e ajuda! À coordenação e de maneira especial aos professores do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE pela generosidade em compartilhar suas habilidades e conhecimentos conosco, é algo que valorizo profundamente e vou levar no meu coração todas essas memórias construídas ao longo desses anos.

Minha gratidão especial ao Professor Dr. Miguel Pacífico Filho, meu orientador, por toda a dedicação e disposição, que o fez sempre, por muitas vezes que me ajudou, orientando em minhas imensuráveis dúvidas, mesmo antes de ser meu orientador rsrs [sempre se fez acessível e cordial] e nesse período, confesso, que por inúmeras vezes pensei em desistir!!! Obrigada por ter acreditado e depositado sua confiança em mim, com certeza sem seus ensinamentos e apoio, não apenas este trabalho, mas em todo o caminho percorrido até aqui, nada disso teria sido possível. Obrigado por tudo, professor, e por ser uma inspiração constante!

Aos meus colegas da 6ª turma do PPGDire, meu carinho e agradecimento sincero pela amizade construída. Obrigada pela parceria de todos, traçamos e vivemos juntos cada conquista, superando cada desafio ao longo dessa jornada com muita união. Tenho muito orgulho de cada um de vocês! Há Ju (Juliete Santos), como não falar de você rsrs. Meu amigo e conselheiro, obrigada sou imensamente grata a você, uma pessoa de um coração generoso, sempre disposto a ajudar a todos, obrigada pela sua amizade edificada ao longo destes anos, você é extraordinário!

À Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT do Câmpus universitário de Araguaína/TO.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Obrigada a todos que estão no meu dia a dia me ajudando a seguir em frente e que contribuíram de maneira direta e indireta para que esta dissertação fosse concluída.

RESUMO

A cidade é lugar por excelência de reverberações encorajadas por uma sociedade hierarquizada e dividida em classes, que produz e reproduz o dinamismo das necessidades e dos desejos capitalistas nos espaços das relações sociais. Esse processo de propagação da sociedade, sob o comando do capital, origina a questão social brasileira permeada por desigualdades de sentidos diversos e que ressoam nos problemas de habitação. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo problematizar a organização do espaço do município de Araguaína (TO) tendo por base a leitura dos moradores do setor Presidente Lula, e como base o seguinte questionamento “os moradores do setor Presidente Lula percebem seu próprio local de habitação, bem como a cidade de Araguaína?”, tomando como referência as condicionantes que parametrizam a produção do espaço urbano referenciados nas proposições de Henri Lefebvre sobre a cidade e o urbano. Assim, consideramos que a distribuição desigual da riqueza transforma a produção do espaço e materializa espaços de fragilização social. Considera-se como hipótese de trabalho que a atratividade da cidade, impulsionada pelo marketing de si centrado na perspectiva de cidade competitiva impulsiona migrações extra e intraurbanas apresentando taxas de crescimento demográfico acima do Estado do Tocantins e do Brasil. O estudo utilizou a metodologia referenciada na perspectiva descritiva-exploratória de abordagem qualitativa com a técnica de entrevista pela observação participante e com utilização de roteiro semiestruturado, o método bola de neve, saturação, análise de conteúdo e o uso do software webQDA para análise de conteúdo, como também a elaboração de ação propositiva. Enquanto que, as considerações finais após a realização de trinta e nove entrevistas, reafirmo a perspectiva teórica adotada ao constatar a desigualdade social que ecoa na distribuição de investimento público e a disparidade de acesso ao direito à cidade, como as precariedades diversas encontradas no setor Presidente Lula, mobilidade urbana deficitária, presença de fluxos migratórios recentes, acesso precário ao setor e distinções de infraestrutura entre espaços internos, levando a população menos favorecida a ocupar áreas públicas ou privadas, sem interesse econômico, para morar.

Palavras-chave: Desigualdade social; Direito à cidade; setor Presidente Lula; Araguaína Tocantins; Desenvolvimento urbano.

ABSTRACT

The city is a place par excellence of reverberations encouraged by a hierarchical society divided into classes, which produces and reproduces the dynamism of capitalist needs and desires in the spaces of social relations. This process of propagation of society, under the command of capital, gives rise to the Brazilian social issue permeated by inequalities of different meanings and which resonate in housing problems. In this sense, the present study aims to problematize the organization of space in the municipality of Araguaína (TO) based on the reading of residents of the Presidente Lula sector, with the research problem being that residents of the Presidente Lula sector perceive their own place of housing as well as the city of Araguaína?, taking as a reference the conditions that parameterize the production of urban space referenced in Henri Lefebvre's propositions about the city and the urban. In this sense, we consider that the unequal distribution of wealth transforms the production of space and materializes spaces of social fragility. It is considered as a working hypothesis that the attractiveness of the city, driven by self-marketing centered on the perspective of a competitive city, drives extra and intra-urban migration, presenting demographic growth rates above the State of Tocantins and Brazil. The study used the methodology referenced in the descriptive- exploratory perspective of a qualitative approach with the interview technique through participant observation and the use of a semi-structured script, the snowball method, saturation, content analysis and the use of webQDA software for content analysis, as well as the elaboration of propositional action. The final considerations after carrying out thirty-nine interviews, I reaffirm the theoretical perspective adopted when noting the social inequality that echoes in the distribution of public investment and the disparity in access to the right to the city, such as the various precariousness found in the President Lula sector, mobility deficient urban area, presence of recent migratory flows, precarious access to the sector and infrastructure distinctions between internal spaces, leading the less favored population to occupy public or private areas, without economic interest, to live.

Keywords: Social inequality; Right to the city; President Lula sector; Araguaína Tocantins; Urban Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 01- Estrutura da dissertação	28
Figura 02- Entrada do Setor Presidente Lula	91
Figura 03- Software webQDA Nuvens de palavras a entrevista (ROTEIRO DE ENTREVISTA).	95
Figura 04- Percepções acerca das entrevistas	97
Figura 05- Descrição da ONU sobre o objetivo principal de cada ODS.....	98

LISTA DE TABELA

Tabela 01- Crescimento populacional segundo o Brasil, o estado do Tocantins e o município de Araguaína.....	32
--	----

LISTRA DE QUADROS

Quadro 01- Bibliografia estatística dos periódicos científicos que abordam o tema “Os moradores do setor Presidente Lula da cidade de Araguaína/TO”	22
Quadro 02- Dados populacionais de Araguaína/TO (IBGE, 2023)	32
Quadro 03- Designação para cidade	41
Quadro 04- Dados da população do setor Presidente Lula de Araguaína/TO (ACE,2023)..	83
Quadro 05- Visualização das categorias e subcategorias propostas pela análise de conteúdo.	84
Quadro 06- Alterações das questões da entrevista (ROTEIRO DE ENTREVISTA)	93
Quadro 07- Software webQDA: Origem dos habitantes do setor Presidente Lula	96

LISTA DE MAPAS

Mapa 01- Localização de Araguaína Tocantins, na Amazônia Legal.....	30
Mapa 02- Localização setor Presidente Lula, município de Araguaína/TO.....	84

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACE- Agente de combate às endemias

CNN- Cable News Network (Rede de Notícias a Cabo).

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano.

MapBiomias- Observatório do Clima com o propósito de mapear anualmente a cobertura e uso da terra do Brasil e monitorar as mudanças do território.

MATOPIBA- Acrônimo para: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

PCPs- Países periféricos do mundo capitalista.

PIB- Produto Interno Bruto.

PPGDire- Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

UFNT- Universidade Federal do Norte do Tocantins.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.2 HIPÓTESE	20
1.3 JUSTIFICATIVA	20
1.3.1 JUSTIFICATIVA PRÁTICA E TEÓRICA	20
1.3.2 JUSTIFICATIVA DO RECORTE GEOGRÁFICO	21
1.4 OBJETIVOS	27
1.4.1 Objetivos específicos	27
1.5 Estrutura da dissertação	28
2 ARAGUAÍNA: CONDICIONANTES PARA OCUPAÇÃO ACELERADA	29
3 O que é a cidade?	40
3.1 Princípio da função social da cidade e da propriedade	46
3.1.1. Funções sociais da cidade como princípio constitucional da política urbana	47
3.1.2. Do desenvolvimento das funções sociais das cidades	49
3.2 A crise Urbana e as contradições dentro da cidade	51
3.2.1 As contradições periféricas	54
3.2.2 O crescimento de parte das cidades	56
4 PERSPECTIVA DA TEORIA LEFEBVRIANA SOBRE A CIDADE E O URBANO	61
5 METODOLOGIA	74
5.1 Técnica de entrevista	76
5.1.1 Análise de conteúdo (AC)	78
6 INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO	83
6.1 Resultado da interpretação das entrevistas com moradores do setor Presidente Lula	85
6.1.2 Resultado da interpretação das entrevistas com os agentes públicos municipal de Araguaína/TO	87
6.2 Percepções acerca das primeiras entrevistas	91
6.3 Percepções acerca das entrevistas	94
6.4 A análise de conteúdo com o uso do software webQDA	95
7 PROPOSITIVO	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação surgiu a partir da possibilidade de construção de uma leitura acerca da cidade de Araguaína/TO, construída por meio dos debates elaborados nas aulas da disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Câmpus Universitário de Araguaína. Durante a disciplina, foi possível problematizar o espaço urbano com olhar mais crítico e perceber o que era até então sutil aos olhos, assim passou a ser visível a realidade das desigualdades existentes no espaço urbano, que leva à luta cotidiana pelo direito à cidade por uma parcela significativa da sociedade e por vezes invisibilizadas e colocadas à margem do sistema de produção e reprodução do capital.

Levando em consideração que as áreas periféricas das cidades ao redor dos centros urbanos são muitas vezes esquecidas pelo poder público e deficientes de intervenções capazes de ofertar habitação adequada, as quais provocam crescimento desigual na produção do espaço; e que o considerável problema brasileiro de desigualdade social ressoa na questão da habitação, assim, foi considerado como hipótese de trabalho que a atratividade da cidade impulsiona migrações extra e intraurbanas trazendo como consequência crescimento urbano desordenado. Considerando tais observações iniciais, formulou-se a seguinte questão problema: como os moradores do setor Presidente Lula percebem seu próprio local de habitação, bem como a cidade de Araguaína?

Este trabalho se propõe ao desenvolvimento de uma análise constituída à luz das proposições interpretativas de Henri Lefebvre sobre a cidade e o urbano; considerando sua análise referenciada no entendimento de que o capitalismo gera distribuição desigual das riquezas e transforma a produção do espaço e a reprodução da sociedade por meio da cidade e do urbano para compreensão do mundo. “Assim, a resposta à sobrevivência do capital está posta pelo movimento da reprodução que se realiza por meio do cotidiano, do urbano e do espaço” (CARLOS, 2019, p. 462), tendo em vista que a cidade se torna um local de reprodução social, “[...] o conteúdo do urbano é a centralidade” (ARAÚJO, 2012, p. 134).

Esse contexto, marcam as disputas urbanas pelo direito à cidade, onde tem-se um contexto de desigualdades brasileiras que se materializam em um espaço fragmentado, onde as áreas centrais são contornadas de infraestrutura e desenvolvimento urbano, ao contrário das áreas periféricas. O capitalismo trouxe rupturas espaciais urbanas estruturantes, resultando em contexto social desigual que se materializa numa crise de segregação socioespacial.

Assim, a cidade tem o poder de atração. Onde seu espaço ao mesmo tempo que pode concentrar e aglomerar as pessoas, intensifica as possibilidades de troca e potencializa sua capacidade produtiva, pois pode isolar, segregar e dividir classes no circuito da produção e consumo propriamente dito, pela dominação do mercado (ROLNIK, 1995).

O setor Presidente Lula em Araguaína/TO teve início em meados de 2007, por aproximadamente 50 famílias. Atualmente o setor conta com aproximadamente 810 moradores, e estima-se que no setor existam atualmente 427 residências. Estes moradores vivem em áreas de ocupação precária e periférica do centro urbano que carecem de infraestrutura básica e serviços necessários para uma vida digna urbanizada.

Adotou-se para este trabalho a metodologia referenciada na perspectiva descritiva-exploratória de abordagem qualitativa com a técnica de entrevista sobre a percepção dos moradores do setor Presidente Lula sobre a cidade de Araguaína/TO e seu próprio local de habitação. Para coleta do material de pesquisa referenciou-se na técnica da amostragem em bola de neve e a saturação, manuseando entrevistas pela observação participante e com utilização de roteiro semiestruturado, foi feito uso do software webQDA para auxiliar na análise de conteúdo. Cabe dizer que a pesquisa bem como seu instrumento de coleta de dados foi submetida ao CEP, Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujo resultado da aprovação foi emitido no dia 15/06/2023 sob o número 031638/2023 e CAAE: 68453123.2.0000.5519.

Foi realizada ainda um levantamento de dados secundários com os mapeamentos municipais e revisão bibliográfica a partir dos autores que trazem discussão sobre o problema brasileiro de desigualdade social que ressoa na questão urbana. Foi considerado como hipótese de trabalho a atratividade da cidade, resultante de campanhas de marketing referenciadas enquanto localidade de oportunidades impulsiona migrações extra e intraurbanas, conforme será explicitado de forma mais elaborada ao discutirmos sobre a cidade de Araguaína/TO.

Sendo assim, a dissertação está estruturada em seis partes. Para cada uma das partes as discussões são apresentadas a seguir. A primeira parte é a introdução que apresenta a proposta e respectivamente sua estrutura.

A segunda parte cujo título é “Araguaína: condicionantes para ocupação acelerada”, vai discutir a cidade de Araguaína como cidade média, levando em consideração o contexto de rede de circulação de sistema de fluxos de mercadorias, serviços e pessoas que ligam centros urbanos entre municípios e estados, atribuindo diferentes formas de interações socioespaciais que interagem na dinâmica urbana. Dessa forma, Araguaína tem uma posição privilegiada posicionando-se em entroncamento rodoviário que contribui para atratividade da circulação do

comércio e por ser uma cidade que traz dinamicidade de condição na produção capital/trabalho e ao mesmo tempo em que é eixo de apoio e interligação para cidades menores para o giro do consumo e capital, pois a centralidade do município de Araguaína colabora para expansão da fronteira capitalista intra e interestadual.

Em seguida, a terceira parte cujo título é “O que é a cidade?” será abordada a cidade com um olhar além de mero espaço urbano e um núcleo populacional. “A indústria colocou para a cidade questões novas: ela é ao mesmo tempo seu espetáculo e seu inferno” (ROLNIK, 1995, p.89). Visto que, o capital faz usos diversos de tais espaços; determina as condições de seu uso. A segregação urbana é marcada de forma concreta e a imagem da cidade, ao mesmo tempo que a cidade capitalista gera e rejeita territórios.

A quarta parte, aborda a perspectiva da teoria lefebvriana sobre a cidade e o urbano, o processo de industrialização individualiza a vida humana na cidade que trouxe o crescimento e acúmulo de riqueza (capital) constituindo circuitos de troca e centralização de poder. “O espaço urbano torna-se o lugar de encontro das coisas e das pessoas, da troca.” (LEFREBVRE, 1999, p. 20). Assim, à medida que a indústria se apropria dos centros urbanos a cidade vai sendo dominada pela burguesia, cujos reflexos geram no espaço urbano recortes de “riqueza-poder” e isolamento das periferias, proporcionando integração da classe dominante e a segregação dos “abandonados” gerando desigualdades e empobrecendo parte da cidade.

A quinta parte, envolve a metodologia referenciada na perspectiva descritiva-exploratória de abordagem qualitativa com a técnica de entrevista pela observação participante e com utilização de roteiro semiestruturado, o método bola de neve, saturação, com entrevistas realizadas a partir da perspectiva da amostragem via bola de neve bem como suas respectivas problematizações por meio do método da análise de conteúdo e utilização do software webQDA.

A sexta parte, apresenta as percepções acerca das entrevistas, bem como as interpretações das entrevistas com o método da análise de conteúdo e o resultado da interpretação das entrevistas com moradores do setor Presidente Lula e aos agentes públicos do município de Araguaína/TO.

Ao final, a sétima parte abrange um breve esboço de proposição para possíveis constituições de diretrizes capazes de referenciar políticas públicas de planejamento urbano por meio dos novos olhares obtidos pelas percepções dos moradores do setor Presidente Lula e para uma possível revisão do plano diretor da cidade de Araguaína/TO, tendo sempre como foco a contribuição para a melhoria da qualidade de vida dessa população.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Como os moradores do setor Presidente Lula percebem seu próprio local de habitação, bem como a cidade de Araguaína?

1.2 HIPÓTESE

Tendo em vista o considerável problema brasileiro de desigualdade social que ressoa na questão urbana de habitação, considerou-se como hipótese que a atratividade da cidade impulsiona migrações extra e intraurbanas acima das médias estadual e nacional.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os moradores do setor Presidente Lula se posicionam enquanto integrantes da questão fundiária urbana e de habitação, e estão circunscritos nas possibilidades de compreender a reprodução do espaço, inserido num contexto de cidade média amazônica, cujos parâmetros de crescimento demográfico encontram-se em patamares significativamente altos.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de colocar luz sobre um tema invisibilizado, ou seja, a questão urbana na Amazônia que comumente é uma região associada de maneira simplificada a um repositório de biodiversidade regional.

1.3.1 JUSTIFICATIVA PRÁTICA E TEÓRICA

É importante enfatizar que a presente pesquisa está inserida na área de concentração do programa de Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), especificamente na linha de pesquisa de Vulnerabilidade e Dinâmicas Regionais. Tal linha propõe estudos que objetivem elucidar demandas, características e potenciais sobre populações vulneráveis de áreas urbanas e rurais, no que se refere à espacialidade, à historicidade, aos olhares sociais, artísticos, e educacionais, tanto do ponto de vista formal como não formal. O estudo toma como pressuposto comum a população, permitindo uma gama de trabalhos que possam subsidiar políticas públicas e auxiliem na reversão da vulnerabilidade e do sofrimento humano, bem como em intervenções capazes de afirmar a construção de novas narrativas, identidades histórico-sociais que permitam a visualização de novas socialidades. Assim, entende-se que, as pesquisas interdisciplinares voltadas para a vulnerabilidade social e para a compreensão destas, nas dinâmicas regionais,

permitem entender e implementar ações que possibilitem a superação da exclusão e a constituição de mecanismos que levem ao desenvolvimento da região. Ademais, o trabalho encontra-se conectado às pesquisas do mesmo orientador que se dedica ao mesmo perfil populacional, ou seja, domésticas, trabalhadoras informais, trabalhadores plataformizados e trabalhadores em condição análoga à de escravos. Por conseguinte, a presente pesquisa ainda se justifica por possibilitar novos olhares para a proposição de diretrizes para o fomento de políticas públicas de planejamento urbano e/ou uma possível revisão do plano diretor da cidade de Araguaína/TO. Dessa forma, compreende-se que, o desenvolvimento urbano da cidade resulta de dinâmicas como os autores ressaltam a seguir, “o desenvolvimento local é o resultado da mediação dos interesses entre os atores sociais, políticos e econômicos e de suas ações locais.” (BAZOLLI; PEREIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 219)

Neste sentido, se faz relevante o presente trabalho para a contribuição da subárea de conhecimento do CNPQ – classificado na área do conhecimento de Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional, tendo em vista que a ciência social é um dos ramos da ciência dedicado ao estudo das sociedades e das relações entre os indivíduos dentro destas mesmas sociedades. Implica-se a olhar o ato de planejar o crescimento das cidades de forma a garantir o acesso seguro, justo e digno para toda a população por meio de seus serviços e espaços urbanos que buscam refletir acesso igualitário ao direito a cidade, bem como infraestrutura, pavimentação pública, saúde, educação, lazer, qualidade ambiental, entre outras variáveis. Assim, o arranjo do planejamento urbano e regional tem como fim o estudo, o desenvolvimento e a aplicação de projetos para ordenar o crescimento da cidade, sendo um deles a grande demanda de desigualdade urbana e a falta de políticas públicas que ressoam nas famílias de baixa renda, as quais residem em condições precárias e de isolamento, como é o caso do setor Presidente Lula na cidade de Araguaína/TO.

1.3.2 JUSTIFICATIVA DO RECORTE GEOGRÁFICO

A partir dos debates realizados durante as aulas da disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins - Câmpus Universitário de Araguaína, começou-se a discutir o espaço urbano com o olhar mais crítico, e perceber o que era até então imperceptível aos nossos olhos. A curiosidade pelo tema, tornou-se realidade após a presença do ex-presidente do setor Presidente Lula, o Sr. Zilmar, que foi convidado para contribuir com seu conhecimento prático na disciplina e assim participar dos debates em aula.

Sendo possível afirmar que por meio dessa iniciativa manifestou-se o interesse pela idealização do presente trabalho. É necessário pontuar que, o setor Presidente Lula da cidade de Araguaína/TO, até o momento de conclusão do trabalho não é regularizado, mesmo não sendo tão longe do centro da cidade, as contradições sociais são visíveis na formação de uma urbanização profundamente desigual. Lá reside uma população com baixo poder aquisitivo lançada à precarização e/ou escassez de infraestruturas privadas do direito à cidade.

Ao mesmo tempo, este trabalho é relevante ao programa, pois, os moradores do setor Presidente Lula participam ativamente da produção do espaço urbano, a partir de um local de significativa vulnerabilidade, possibilitando a compreensão do espaço urbano nas dinâmicas regionais. Este trabalho oferta informações capazes de implementar ações que permitam a superação da exclusão da população periférica e a construção de mecanismos que alteram o desenvolvimento intraurbano.

Para maior dimensão da pesquisa faz o uso da técnica de bibliométrica “bibliografia estatística”, que é segundo Araújo (2006, p.12) “uma técnica quantitativa e estatística que tem como finalidade medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico”, sendo exclusivamente para identificar trabalhos correlatos ao tema desenvolvido. Nesse sentido, foi elaborada a tabela a seguir a qual buscamos as seguintes expressões: “Presidente Lula Araguaína”, “espaço urbano Araguaína”, “habitação Araguaína”, moradia Araguaína”.

Quadro 01- Bibliometria temas afins ao Setor Presidente Lula

Título	Autor/ano	Periódicos científicos	Fontes de pesquisa	Editora	Referência bibliográfica
Crescimento territorial de Araguaína - TO na porção nordeste: o caso do bairro Presidente Lula	OLIVEIRA, Karla Ana Francisca Moreira de. 2023	TCC (Graduação) do Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2015	Google Acadêmico	UFT	https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/4971
Espaço periférico da cidade de Araguaína/TO - enfoque no Setor Parque Bom Viver.	SOUSA, Hernando da Silva. 2023	TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.	Google Acadêmico	UFT	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5019
Regularização Fundiária – Nova Lei – Velhas Práticas: Caso de Araguaína – Amazônia Legal	BAZOLLI, João Aparecido; PEREIRA, Olivia Campos Maia; OLIVEIRA, Mariela	Revista Brasileira Políticas Públicas (Online), 2017	Google Acadêmico	UniCEUB	https://core.ac.uk/download/pdf/230224958.pdf

	Cristina Ayres. 2017				
A construção da praça Maria Ferreira da Silva na perspectiva do comum urbano e direito à cidade	DA SILVA, Elias da; SILVA, Harley. 2014	REVISTA CAMINHOS DE GEOGRAFIA, 2014	Google Acadêmico	UFU	https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/60894
Mobilidade urbana: análise da legislação do município de Araguaína	SANTOS, Maycon Afonso dos. 2020	TCC (Graduação) - Curso de Tecnologia em Logística, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.	Google Acadêmico	UFT	https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/1809
Os desafios do transporte público em Araguaína - Tocantins.	SOUZA, Cláudia Regina Lima de. 2023	TCC (Graduação) - Curso de Logística, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.	Google Acadêmico	UFT	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4571
A cartografia na educação básica: as experiências dos estágios de geografia no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes em Araguaína-TO no período de 2016-2017.	RODRIGUES, Fleurisnácia Dias. 2017	TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016	Google Acadêmico	UFT	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5017
Análise de aspectos socioeconômicos do programa minha casa minha vida no conjunto habitacional lago azul I, III E IV na cidade de Araguaína – TO	ALMEIDA, Artemiz Carneiro de. 2017	TCC (Graduação) - de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016	Google Acadêmico	UFT	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5323
O Direito à moradia e o discurso de Implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas: reflexões sobre Araguaína-TO	VASCONCELOS FILHO, João Manoel. 2013.	TESE – Geografia	Google Acadêmico	UFU- Universidade Federal de Uberlândia	https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15964
Política pública habitacional: ao combate à	LIMA, Natália Lopes; SANTOS,	Artigo científico	Google Acadêmico	FACIT	https://jnt1.websiteseguro.com/index.ph

violência doméstica no município de Araguaína-TO	Tamires Brilhante Pereira dos; REIS, Marcos Neemias Negrão. 2023.				p/JNT/article/view/2235
Os conflitos e as contradições na aquisição da moradia social nos enclaves de pobreza urbana no Brasil: uma análise sobre a cidade de Araguaína-TO	VASCONCEL OS FILHO, João Manoel de; SOARES, Ribeiro Beatriz. 2011	Artigo científico	Google Acadêmico	Revista Geográfica de América Centra	https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820370.pdf
Políticas públicas habitacionais e interesse social: a participação como instrumento na melhora da qualidade de vida dos beneficiados do pmcmv no conjunto habitacional lago azul em Araguaína-TO.	MARINHO, Paulo Henrique Barbosa. 2023	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Tecnólogo em Gestão de Cooperativas, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018.	Google Acadêmico	UFT- Universidade Federal do Tocantins	https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/5316
Análises e discussões sobre o direito à moradia adequada no Brasil: em foco a cidade de Araguaína – TO	VASCONCEL OS FILHO, João Manoel. 2016	Artigo científico	Google Acadêmico	RDC- Revista De Direito Da Cidade	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/20910
Participação, convivência social e geração de trabalho e renda: o trabalho social do programa minha casa minha vida no município de Araguaína.	LOPES, Jussandro Rodrigues Nunes. 2023.	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Tecnólogo em Gestão de Cooperativas. Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.	Google Acadêmico	UFT- Universidade Federal do Tocantins	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5358
Vazios urbanos como negócio imobiliário: planejamento e negação do direito à cidade na zona sul e sudeste de Araguaína-TO	ALMEIDA, Tatiana do Carmo de. 2023.	Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2021	Google Acadêmico	UFT- Universidade Federal Do Tocantins	https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/4788
O Programa “Minha Casa, Minha Vida” e a provisão de habitação e	DUARTE, Samuel Correa; FIGUEIREDO, Cesar	Artigo científico	Google Acadêmico	Minas Gerais: Caderno de Geografia	https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/8845

urbanização em assentamentos precários no Estado do Tocantins, Brasil	Alessandro Sagrillo. 2015.				
A estrutura fundiária urbana de Araguaína: algumas considerações	SOUSA, Marcelo Araújo de; BRITO, Eliseu Pereira de. 2016.	TESE, 2016	Google Acadêmico	Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados.	file:///C:/Users/Usuario/Desktop/1046-17932-1-PB.pdf
Os impactos da variação de preços para o comércio varejista e o consumidor na cidade de Araguaína-TO entre 10/2016 E 10/2017	XAVIER JÚNIOR, Fléber	Trabalho de Conclusão de Curso de bacharel em Administração. 2017.	Google Acadêmico	Tocantins: Faculdade Católica Dom Orione	https://repositorio.catoicaorione.edu.br/Arquivos/385b06d9-dfff-4e2c-8116-fd9b4dbca4de_FL%20C3%89BER%20XAVIER%20J%20%9ANIOR.pdf
Esgotamento sanitário na cidade de Araguaína (TO): uma correlação entre as principais doenças e a questão da vulnerabilidade	FREIRE, Adriana Feitosa. 2019.	Dissertação, 2019.	Google Acadêmico	UFNT: PPGEDire	https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/0bTj0hWdS6eTNazphr5ZYg/content/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20Adriana%20Feitosa%20Freire.pdf
A urbanização da cidade de Araguaína – TO: O Setor Santa Helena como estudo de caso	PEREIRA, Aires José; DIAS, Janyelle Bezerra	Artigo científico, 2020.	Google Acadêmico	RTG- Revista Tocantinense de Geografia.	https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/7041
Análise da política de urbanização da cidade de Araguaína exemplificada no setor Cimba.	BRITO, Domingos Rodrigues de. 2016	TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.	Google Acadêmico	UFT- Universidade Federal do Tocantins	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5002
Função Social da propriedade e cultura patriomonalista: o modelo do município de Araguaína (TO)	DOMINICI, Daniel de Sousa. 2017	Dissertação – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2017.	Google Acadêmico	UFT- Universidade Federal do Tocantins	https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4301
Cidade e acessibilidade: desafios, avanços e perspectivas de mobilidade	ALMEIDA, Tatiana do Carmo de; SODRÉ, Reges. 2023	Artigo científico	Google Acadêmico	Atena editora: Estudos agrários e urbanos do centro-norte do Tocantins, 2023	https://d1wqtxts1xlzle7.cloudfront.net/104653106/estudos_agrarios_e_urbanos_do_centro_norte_do_tocantins-

urbana na Região Sul de Araguaína-TO				libre.pdf?1690807474=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEstudos_agrarios_e_urbanos_do_centro_nor.pdf&Expires=1699219186&Signature=abdVvRLC-WF0mOyWvuom9RaxCXj0m5-5h8JUCaUeieIFOR-fTAKwZX-K46mnhZc3wpwirxaxjE9saY5DGdYpOlZbmfG8-rZNLGhv~EwwcvHODncluLVpVFiZkG4EMDbcyCCitjLZZB7jM2h2QkEI2vdw99VE76NEMWuFfRQ5aqvtDtY-hYKZi7wHc9cIsrnFv4NW6GbS9qy-pwjoEsdekvm8Pv7rbIj0SiDQICD8WkeUdPzBLqMI~OSDfe8My7Fsc1DMGwJco9g~ocoN0FPX1~4OLGAdAfiSQ~OJ90VURFb23EB8g8e5RLVjqOLBEYgr2Y0K87JSu86Pc emfGgNOJw &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=14
TOTAL	23 Periódicos científicos			

Fonte: a autora, 2023.

Dos 23 periódicos científicos encontrados por meio das palavras-chaves: Araguaína/TO; setor Presidente Lula; direito à moradia; habitação; ocupação irregulares. Foram localizados os seguintes trabalhos: um que aborda o tema do direito à cidade; seis trabalhos com abordagem sobre a expansão desordenada da cidade de Araguaína/TO, regularização fundiária urbana periférica e a urbanização da região central da cidade; sete periódicos sobre direito à moradia e déficit habitacional; três trabalhos relacionados a questão de mobilidade urbana na cidade de Araguaína/TO; um sobre o assunto política pública habitacional: ao combate à violência doméstica no município de Araguaína; um sobre questões de cotidiano escolar; um com a temática de esgoto sanitário cidade de Araguaína; um a respeito do comércio

varejista em Araguaína; e por fim, dois que abordam a temática sobre a mobilidade urbana e a acessibilidade.

Portanto, não foi identificado até o presente momento tema idêntico ao objetivo selecionado para estudo da dissertação, a saber: problematizar a organização do espaço do município de Araguaína (TO) tendo por base a leitura dos moradores do setor Presidente Lula, por não estarem sendo acobertados totalmente por outros periódicos científicos, o que corrobora com a importância do tema selecionado.

1.4 OBJETIVOS

O objetivo geral do presente trabalho é problematizar a organização do espaço do município de Araguaína (TO) tendo por base a leitura dos moradores do setor Presidente Lula.

1.4.1 Objetivos específicos

- Descrever a relação dos moradores do setor Presidente Lula com a questão fundiária urbana;
- Compreender o acesso dos moradores às políticas públicas de habitação;
- Analisar a reprodução do espaço na construção do processo de urbanização no contexto do setor Presidente Lula.
- Propor diretrizes para o planejamento urbano de Araguaína (TO), com vistas ao desenvolvimento urbano mais inclusivo

1.5 Estrutura da dissertação

Figura 01 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO



Considerações finais
Referência bibliográfica
Apêndices
Anexos

Fonte: CRUZ, 2022. Adaptado pela autora.

2 ARAGUAÍNA: CONDICIONANTES PARA OCUPAÇÃO ACELERADA

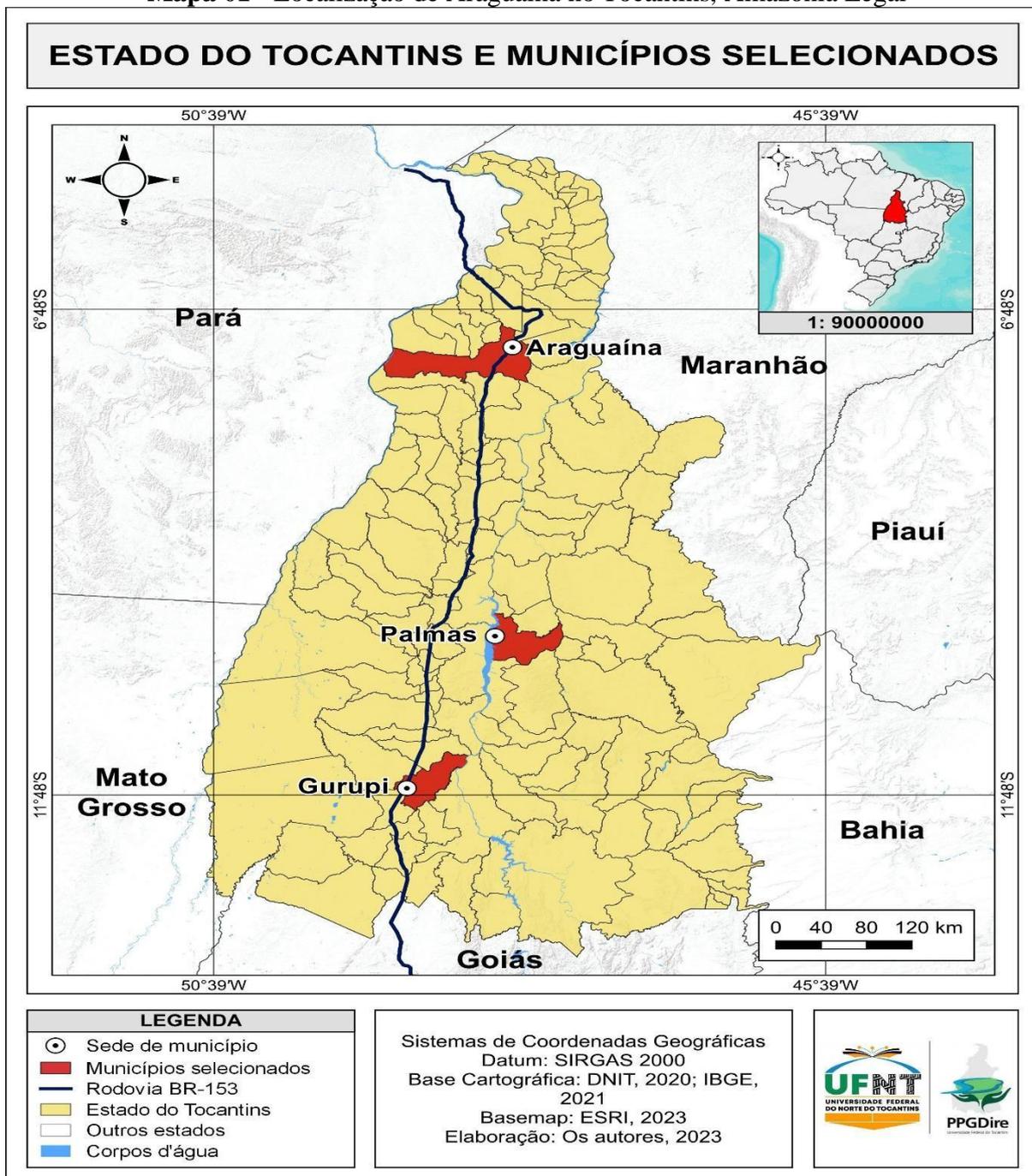
O processo de expansão urbana na Amazônia legal foi impelido por medidas governamentais com apoio de capital nacional e internacional, e teve por finalidade a ocupação de terras para comercialização, marcada por privilégio de capital público em benefício ao grande capital, objetivando a ocupação da área composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, parte de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, contribuindo para a instalação e consolidação da fronteira de expansão do capital (SANTOS, 2017).

Na região Amazônica as rodovias nacionais colaboraram significativamente para a estruturação das questões vinculadas às discussões acerca do desenvolvimento regional e a ampliação do processo de urbanização das cidades. Assim, não foi diferente para o surgimento do município de Araguaína no Tocantins, que integra a estruturação da rede urbana referenciada no produtivo agropecuário, de comércio e de serviços “interiorização do capital por meio da desconcentração da produção e difusão do consumo” (SODRÉ; RAMIRES, 2017, p. 173).

Inseriram-se nessa conjuntura duas cidades do norte goiano, Araguaína e Gurupi, localizadas em posição privilegiada, sendo a primeira no norte e a segunda no sul, ambas às margens da rodovia Belém-Brasília. Elas, então, começaram a ganhar destaque na rede urbana regional pelas funções ante a produção agrícola, comércio, serviços e circulação da força de trabalho. (SODRÉ; RAMIRES, 2017, p. 175)

É importante citar que Araguaína está localizada ao norte do estado do Tocantins, e integra a Amazônia Legal, como pode ser analisado no mapa 01, a seguir, que apresenta o município na Amazônia Legal e os seus respectivos Estados de abrangência:

Mapa 01 - Localização de Araguaína no Tocantins, Amazônia Legal



Fonte: a autora, 2023.

Araguaína é um município do estado do Tocantins, que se encontra na região norte do Brasil, distante 384 km da capital do Estado, Palmas, e ocupa área superficial de 4.416 km². Apresenta-se referenciada em rede logística intraestadual e interestadual extremamente importante para fluxo de ligações entre as regiões.

O município de Araguaína tem como limites, ao Norte: Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Carmolândia e Aragominas; ao Sul: Pau D'arco (PA), Arapoema e Nova Olinda; a Leste: Wanderlândia e Babaçulândia; ao Oeste: o Estado do Pará; ao Sudeste temos o Estado

do Pará e o Sudoeste do Maranhão. Além dos limites do município estarem completamente inseridos na extensão geográfica do MATOPIBA, responsável pela expansão da fronteira agrícola das regiões Norte e Nordeste (DIÁRIO OFICIAL CIDADE DE ARAGUAÍNA ESTADO DO TOCANTINS, 2020). Sendo assim, afirmamos que o processo político de desenvolvimento urbano-industrial na região Amazônica contribuiu para o surgimento de novas cidades e áreas urbanas, resultante dos incentivos dos programas do Estado de construção de rodovias na região como a BR-153 (Belém-Brasília). Idealizada enquanto “territórios novos”, a região apresentava uma vasta disponibilidade de ocupação territorial, rápido crescimento demográfico via entrada populacional, instigação à oportunidade trabalho (mão-de-obra) e consolidação da fronteira capitalista (SANTOS, 2017).

Araguaína teve o seu surgimento impelido por condição logística territorial favorável para fluxo de rede urbana “Os fluxos migratórios para Araguaína combinam o clássico movimento rural-urbano e as migrações inter-regional e intrarregional” (ANTERO, 2016, p. 229), por ser uma cidade que traz dinamicidade de condição produção capital/trabalho, ou seja, pessoas buscando oportunidades de trabalho e melhoria por condições de qualidade de vida.

Neste sentido, o processo de migração ajudou significativamente no crescimento econômico do município. A migração pela procura de produção de capital e trabalho fez com que Araguaína se tornasse referência para o contexto no qual se encontra inserida: “o espaço é produzido pela sociedade urbana a partir de relações sociais de produção, marcadas pela atuação de atores sociais diversos com interesses conflitantes” (ANTERO, 2016, p. 233). Desta forma, a produção e a reprodução do espaço urbano são diretamente atreladas à busca pela movimentação de capital e inserção social.

Araguaína encontra-se com a população estimada em 2023 de 171.301 pessoas (IBGE, 2023), segundo a população no último censo 2022. Araguaína por algumas décadas foi conhecida como a “Capital do boi gordo” por se sobressair pela economia ligada à pecuária. Hoje, devido ao seu destaque por ser a cidade que mais gera emprego, renda e com uma localização estratégica no Estado do Tocantins recebe o codinome de “Capital Econômica do Tocantins” (Conexão Tocantins, 2017), isso graças a sua inserção privilegiada em entroncamento rodoviário, que contribui para atratividade da circulação do comércio.

Quadro 02- Dados populacionais de Araguaína/TO (IBGE, 2023)

 POPULAÇÃO	
População no último Censo [2022]	171.301 pessoas
População do Censo [2010]	150.484 pessoas
Densidade demográfica [2022]	42,78 hab./km ²

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2023).

A seguir, são ilustrados na Tabela 01, um breve comparativo da dimensão do crescimento populacional em nível: Brasil, Tocantins e Araguaína.

Tabela 01- Crescimento populacional segundo o Brasil, o estado do Tocantins e o município de Araguaína

	Crescimento Populacional do Censo [2000]	Crescimento Populacional do Censo [2010]	Crescimento Populacional do Censo [2022]	Taxa de crescimento populacional [2000-2010]	Taxa de crescimento populacional [2010-2022]
Brasil	169.799.170 pessoas	190.755.799 pessoas	203.062.512 pessoas	↗10,98%	↗6,45%
Tocantins	1.157.098 pessoas	1.383.445 pessoas	1.511.459 pessoas	↗16,36%	↗9,25%
Araguaína	113.143 Pessoas	150.484 pessoas	171.301 pessoas	↗24,81%	↗13,83%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2023).

Na ilustração acima, pode-se inferir que o percentual de crescimento populacional da cidade de Araguaína nos anos de 2000 a 2010 chega a 24,81%, e supera tanto na esfera estadual e nacional o mesmo perfil de crescimento. Mesmo tendo uma regressão no índice do crescimento demográfico nos anos seguintes de 2010 a 2022, ainda sim o município apresenta números superiores aos padrões do Brasil e do estado do Tocantins. Tal fato repercutiu na imprensa local:

A população da cidade de Araguaína (TO) chegou a 171.301 pessoas no Censo de 2022, o que representa um aumento de 13,83% em comparação com o Censo de 2010. Os resultados foram divulgados nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do Censo também revelam que a população do Brasil é de 203.062.512, um aumento de 6,45% em relação ao Censo de 2010. No estado do Tocantins, a população é de 1.511.459, o que representa um aumento de 9,25% quando comparado ao Censo anterior. (TV Anhanguera, 2023)

Desta forma, no Tocantins a construção da rodovia Belém-Brasília gerou novo eixo de desenvolvimento urbano econômico e populacional da região da Amazônia, contribuindo para o aparecimento da cidade de Araguaína, com os primeiros povoadamentos em meados de 1876, às margens do rio Lontra:

[...] aquelas que se localizavam às margens das rodovias sofreram um grande impulso econômico, como ocorreu com a cidade de Araguaína-TO, localizada entre os corredores dos rios Araguaia e Tocantins. Seu povoamento teve início em meados de 1876, às margens do rio Lontra, sendo emancipada em novembro de 1958. Antes de sua emancipação, o município foi conhecido como “Livra-nos Deus” e Lontra até receber o nome de Araguaína. E pertenceu a outros municípios como São Vicente do Araguaia (Araguatins), Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis) e Filadélfia. (SANTOS, 2017, p. 108)

O principal acesso ao município de Araguaína é por via terrestre com a circulação rodoviária pela BR-153 (conhecida nacionalmente como a Belém-Brasília) e a BR- 226, que representam os principais eixos de escoamento de produtos dentro do estado; a BR-230; a TO-164; e a TO-335. No entanto, observa-se também fluxos de transportes aeroviários e ferroviários que possibilitam transporte de pessoas e dos mais diversos tipos de produtos oriundos, basicamente, do agronegócio (SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DO TOCANTINS, 2023).

É importante mencionar que, a terminologia de “Cidade média” abriga múltiplas características, pois, ainda não possui uma definição teórica bem definida, a saber: cidades com protagonismo regional; características específicas nas funções urbanas desempenhadas tais como se portarem como elo entre as cidades menores e as metrópoles; particularidades que diferenciam as cidades médias das pequenas ou metrópoles a exemplo do tamanho populacional; entre outros.

De tal modo, podemos compreender a importância da cidade de Araguaína na inserção da classificação como cidade média no contexto de rede de circulação de sistema de fluxos de mercadorias, serviços e pessoas que ligam centros urbanos entre municípios e estados, atribuindo diferentes formas de interações socioespaciais que interagem na dinâmica urbana.

Neste sentido, Trindade Jr (2011) diz sobre a acepção de cidade média:

leva em conta a importância sub-regional apresentada por uma dada cidade intermediária, *ipso facto*, pelas fortes centralidades que aí se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem. Em consequência, são consideradas cidades médias aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas núcleos urbanos com

capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades menores e articular relações de toda ordem. (TRINDADE JR, 2011, p. 136)

Desse modo, compreende-se que as cidades médias têm como uma de suas principais características o incremento da dinâmica urbana, pois elas evocam uma função de núcleo enquanto centralizadoras e mediadoras entre cidades menores e metrópoles regionais e extrarregionais por uma força circular de articulações econômicas, sociais e políticas que estimulam a circulação e o crescimento urbano. É importante destacar que a característica de cidade com acumulação de canalização de riqueza regional não é um critério que, por si só, possa determinar a classificação no contexto de cidade média. Trindade Jr. evidencia que os indicadores que nomeiam as cidades médias são os fluxos de redes urbanas, pois estes garantem arranjos espaciais horizontais e verticais que produzem um moderno sentido aos subespaços regionais, que geram as conexões de movimentação de capitais, mercadorias, informações e pessoas em conjunturas de fronteiras de desenvolvimento econômico e tecno-ecológico, “por isso são núcleos mais consolidados e irradiadores de dinamismo econômico, que reafirmam a centralidade regional” (TRINDADE JR, 2011, p. 145).

Sendo assim, considera-se que as cidades médias possuem dinamicidade e centralidade capazes de proporcionar vitalidade nas diversas relações sociais que se desenvolvem em seu interior:

Araguaína é parte de uma malha urbana capaz de conferir dinamicidade e caracterização à Amazônia para além da representação, ainda muito arraigada no senso comum de parte significativa do Brasil, a qual propala o sentido de floresta inacessível e portadora de precarização generalizada. (LEITE; PACÍFICO FILHO; PIRES, 2021, p.132)

Nesse contexto, Araguaína tem uma articulação em arranjo de fatores de atratividade, de dualidade, ora metropolitanos ora interioranos, que seriam existentes tanto em grandes cidades como em pequenas cidades (PACÍFICO FILHO *et al.*, 2020, p. 1477). Além de sua dinâmica urbana às margens da Rodovia BR-153, a cidade de Araguaína é marcada pelo entroncamento rodoviário que propicia a movimentação de um fluxo tanto populacional quanto econômico, além de ser uma cidade útero para cidades menores da região e que oferta suporte para a movimentação capitalista intrarregional. As cidades médias, assim como Araguaína tem uma estrutura urbana de interligação e apoio para as cidades menores capaz de atendê-las em busca de serviços e mercadorias:

mercadorias que antes só eram encontradas nas grandes cidades do país agora podem ser adquiridas nos inúmeros centros de compras que surgem nessas localidades. Grandes franquias nacionais e internacionais, ligadas ao sistema financeiro também avançam junto com a agricultura moderna nessas localidades. (GOMES JÚNIOR, 2014, p. 13).

No mesmo sentido, Trindade Jr (2011) diz que:

Assim, muito mais que definir um perfil de cidade moderna, que se caracteriza por melhor qualidade de vida, faz-se necessário reconhecer a centralidade dessas mesmas cidades. Isso se coloca, pois nem sempre tais cidades revelam uma possível incorporação dos processos de acumulação de capitais decorrentes dos investimentos realizados no contexto regional em que se inserem. Essa constatação nos induz a pensar, de fato, o que seja a cidade média na região amazônica. A nosso ver tais cidades são marcadas menos pela presença de fixos modernos, que pela presença de fluxos de mesma ordem. (TRINDADE JR, 2011, p. 144)

A centralidade do município de Araguaína colaborou na expansão da fronteira capitalista intra e interestadual, “Araguaína se constitui como um importante centro regional na região de fronteira de expansão, onde as cidades médias têm um papel cada vez mais importante de articulação econômica” (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p. 01). Assim, passando a exercer como cidade média uma rede urbana de fluxo econômico e de pessoas, sendo elo de ligação entre centros menores regionais:

A população do município cresceu 90,7% entre 1970 e 1980. Desde então sua centralidade foi ampliada frente à sua região de influência imediata, de modo que ali se concentraram várias indústrias ligadas ao setor agropecuário, de onde parte uma porcentagem considerável das exportações do estado (principalmente cereais, grãos, carnes e sementes), e uma importante rede de comércio e serviços. (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p. 06)

Deste modo, Araguaína caracteriza-se pela centralização espacial, pela influência regional imediata e como fluxos de rede urbana econômicos–sociais que agregam tanto as cidades menores dentro do Estado e aos Estados vizinhos e cidades como Marabá-PA e Imperatriz-MA, sendo todas protagonistas da dinâmica regional que integram as cidades amazônicas. “A expansão da malha viária atende à expansão da fronteira do capital.” (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p. 10). Logo, a logística regional de Araguaína se apresenta como um importante eixo de interligação da região com outros centros econômicos no Brasil e no mundo:

Araguaína é referência para a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal. Júnior & Nascimento (2014, p. 1), ao analisarem a centralidade de Araguaína na borda regional amazônica, afirmam que “se constitui como um importante centro regional na região de fronteira de expansão, onde as cidades médias têm um papel cada vez

mais importante de articulação econômica”. (LEITE; PACÍFICO FILHO; PIRES, 2021, p.132)

Os entroncamentos rodoviários em Araguaína favorecem áreas de influência na expansão do capital no espaço interurbano, com conexão com metrópoles intra e extrarregionais para a circulação de serviços e mercadorias nacionais e internacionais de *commodities*. Os eixos rodoviários apadrinham a compreensão da característica de uma cidade competitiva marcada pelo *marketing* urbano propagado em uma cidade de mercado e serviço, “[...] discursivas oficiais da gestão municipal de Araguaína, tais como: site oficial da prefeitura, canal Investe Araguaína no Youtube, textos imagéticos alusivos a esse canal e texto imagético com o slogan das três últimas gestões municipais (de 2013 até 2024)” (LEITE *et al.*, 2022, p.1034).

Com isso, foi construída uma visão de cidade competitiva e de conexão de capitais, ao mesmo tempo em que se reafirma a atratividade de investimentos para a cidade de Araguaína/TO: “Araguaína é o lugar onde o Estado do Tocantins acontece economicamente” (LEITE *et al.*, 2022, p.1039). Observa-se, portanto, a afirmação de Araguaína como cidade média competitiva que exerce influência na produção de bens e serviços, atuando no circuito de comércio na produção de *commodities* e agropecuário, no mercado interno e externo. O favorecimento da logística rodoviária enquanto possibilidade de acesso e saída para outras regiões do Brasil, contribui para a centralidade urbana e regional da cidade:

Araguaína, a cidade média em estudo, atua como distribuidora de bens e serviços de apoio à agropecuária, comandando e captando a matéria prima produzida no campo, atuando como mediadora de acumulação da pecuária capitalista, o que contribui para caracterizar cidade média. Ostenta condição de centro de comando da dinâmica urbano-regional, para fomentar o papel de fornecedora de produção primária ao mercado mundial. (ANTERO, 2017, p. 212)

A centralidade do município de Araguaína observada pelo seu desenvolvimento, crescimento urbano e sua área de influência na dimensão comercial e dos serviços-fornecidos ao seu entorno, permitem Araguaína caracterizar-se como centro regional, por ser um polo locacional às margens da rodovia Belém-Brasília, “A expansão da malha viária atende à expansão da fronteira do capital” (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p.10), que coopera no contexto do desenvolvimento e hierarquia urbana de afluências das atividades produtivas interligando as cidades dentro do Estado e ao contexto interestadual, como é o caso das regiões que compõem o MATOPIBA, grande fronteira agrícola nacional. “[...] a centralização espacial está ligada aos comandos exercidos pelas empresas ante a sua localização espacial (matrizes)” (SODRÉ; RAMIRES, 2017, p.171).

A concentração de serviços mais diversificados e especializados no município de Araguaína faz com que ocorresse a atratividade em relação às cidades circunvizinhas; contribuindo para a constituição de uma rede urbana de fluxos de hierarquização de subordinação, de influência e intensidade de variados serviços que os centros urbanos possuem e que atraem populações de outras localidades:

Neste caso, a centralidade passa a ser compreendida pela convergência de fluxos e pelo caráter centrípeto por eles exercido em direção a um determinado ponto da rede urbana, devido a uma dada disponibilidade de infraestrutura e a uma relativa densidade técnica, de atividades econômicas, sociais e políticas que nesse ponto se concentram. (TRINDADE JR, 2011, p.137)

Com isso, a centralização regional de Araguaína acentua significativamente com a expansão da fronteira da atividade econômica do estado do Tocantins e o processo de integração nacional com fluxos econômicos e de pessoas, operando como um apoio logístico para as demais cidades. “Araguaína se destaca regionalmente em vários aspectos: agroindústria, serviços médico-hospitalares, comércio e serviços voltados ao setor agrícola, comércio atacadista, pesquisa científica voltada à pecuária dentre outras funções” (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p. 09).

A circulação do capitalismo nos centros urbanos regionais interage e se beneficia da malha viária no suporte ao desenvolvimento de referenciais logísticos de processo de integração às novas redes de circulação que se estabelecem na região. Além disso, embora seja um fator comum nas cidades médias, também se destacam o desenvolvimento urbano e o crescimento dinâmico dessas cidades:

Mas, as cidades médias não são apenas espaços nos quais as dinâmicas econômicas chegam e nem apenas pontos suportes de uma rede para a circulação de comandos. Há um movimento inverso, que são os nexos de gestão que partem dessas cidades, mesmo que em cooperação e/ou conflito com as dinâmicas que nelas chegam. Trata-se de iniciativas empresariais locais que criam empresas de atuação regional e nacional. (SODRÉ; OLIVEIRA, 2021, p.6)

Segundo Sodré e Oliveira (2021), as cidades médias exercem sua centralidade regional tanto na distribuição e produção de bens e serviços, como também de direção e gerência da rede urbana, não obstante estas se apresentarem enquanto colocações mais atribuídas às metrópoles. Como é o caso do município de Araguaína, que se destaca pela grande produtividade de grãos, a pecuária e o setor do agronegócio atrelado ao setor de prestação de serviços.

Neste sentido, os fluxos de movimentação do capital trazem a valorização econômica da região de inserção, dando-a poder de centralidade econômica e político-regional. Deste modo, expõe Gomes Júnior; Nascimento (2014):

No caso do município de Araguaína, instalado em 1959, mesmo período em que foi iniciada a construção da rodovia Belém-Brasília, não houve uma constituição de sua centralidade por meio de surtos de exportação no passado, típicos de outros territórios do país, mas sim como principal centro econômico e de interligação entre vários municípios da então região norte do estado de Goiás com outras regiões. E mantém sua centralidade até hoje, mesmo com o surgimento de outros importantes centros na macrorregião Norte e no estado do Tocantins. A importância econômica que a cidade detém é fruto do avanço do processo de integração nacional via infraestrutura de transportes e processos econômicos ligados ao setor primário e à agroindústria. (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p. 03)

Assim, pode-se compreender que o processo de integração nacional, ou seja, os avanços na fronteira agrícola fortalecem, no caso específico de Araguaína, a centralidade das cidades médias. “A urbanização da fronteira passa, então, a funcionar como um mecanismo de integração e de apropriação dos novos espaços de acumulação” (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p. 05).

Ainda segundo o autor, atrelando a expansão urbana tanto no contexto interestadual e intraestadual, por exercer uma certa influência em outras cadeias produtivas.

Historicamente, a modernização conservadora, a partir da década de 1960, expandiu a fronteira do capital e as regiões Centro Oeste e Norte começaram a se integrar de forma efetiva com o resto do país. A construção da rodovia Belém-Brasília (VALVERDE E DIAS, 1967), que abriu caminho pelo então Norte Goiano (atual estado do Tocantins) fez parte dessa expansão. Municípios como Gurupi, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Colinas do Tocantins, Araguaína e Imperatriz desenvolveram suas centralidades ao longo da nova rodovia e passaram a ter cada vez mais importância econômica para a região. (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p. 05)

A inclusão de centralidade das cidades médias com as regiões que tem influência regional e expansão da fronteira, desempenham inúmeros papéis no suprimento de bens e serviços para os centros e cidades pequenas pela ampliação da articulação e o eixo logístico espacial para a acumulação capitalista do país. Dessa maneira, Araguaína como uma cidade média traz uma articulação na rede urbana com processo de centralização socioeconômico para as cidades pequenas circunvizinhas, que se destaca pelos fluxos de bens e serviços especializados e diversificados, além do seu potencial de vinculação com a agropecuária:

Não deixamos de notar que a referida avenida apresenta diversas características das “ruas de comércio”. Como exemplo, citaremos: a diversificação de produtos, de bens e de serviços; atendimento de uma gama variada de consumidores; vendedores

ambulantes, lojistas, atacadistas e prestadores de serviços; a noção de corredor de compras, vendas, espaço público e inserção hegemônica no centro da cidade; atmosfera de lojas; possibilidade de compra comparada (mix); dentre outras. (SOUSA; LEITE, 2019, p.185)

Entender como se constitui a dinâmica da rede urbana regional referenciada em uma cidade média amazônica, permite compreender o avanço expressivo nas formas de acumulação e atratividade exercidas sobre as cidades pequenas, localizadas em suas imediações, por uma procura por diversidade de oferta de produtos e serviço, causando uma influência imediata sobre aquelas, e cada vez mais dependentes. “Portanto, são essas cidades dinâmicas que garantirão o desenvolvimento de determinada região. São cidades com uma estrutura produtiva e econômica mais diversificada que acabam fortalecendo sua centralidade no subespaço regional” (GOMES JÚNIOR; NASCIMENTO, 2014, p.12).

A problematização das cidades médias permite compreender as marcações produzidas pela dinâmica econômica e demográfica próprias de determinados contextos regionais, consentindo atender às expectativas de serviços e bens aos cidadãos, trazendo atrativos para uma qualidade de vida urbana e na prestação de serviços públicos. “Nessa condição, definem seus dinamismos em função da forte centralidade exercida em determinado contexto sub-regional, fato este que nos leva à compreensão da noção de centralidade.” (TRINDADE JR., 2011, p. 137).

No mesmo sentido:

Esses centros urbanos, ao obterem importância mais significativa na rede urbana brasileira, passaram a atrair mais intensamente investidores e, nas duas últimas décadas, serviços mais especializados e comércios mais modernos. Passaram, ainda, a atrair fluxos migratórios procedentes de cidades do seu entorno e até mesmo de espaços mais distantes. (PEREIRA; HOLANDA, 2013, p. 02)

Assim, a centralidade urbana decorre da dimensão de oferta de variedade de bens e serviços a uma rede urbana ou intraurbana, refere-se a expansão da ocupação territorial, fluxos que tais atividades geram enquanto se vinculam a dinâmica econômica de crescimento:

O coração econômico do Tocantins está localizado a 450 km de Palmas. Conhecida como Capital do Boi Gordo, Araguaína, tem o comércio e a prestação de serviços como a principal mola impulsionadora da economia. A pecuária que já foi a principal fonte de renda do município hoje representa apenas 4% Produto Interno Bruto do (PIB). O comércio na cidade tem entre 7 e 10% de crescimento ao ano. Esse espantoso crescimento, acima da média, se dá pelo fato de Araguaína ser o centro de compras e de referência para toda a região norte do Tocantins, Sudeste do Pará e Sudoeste do Maranhão. Estima-se que 1,7 milhões de pessoas, localizadas há um raio de 200 km, dependem do comércio na cidade. O setor de serviços do município também apresenta crescimento relevante, com um índice de 5,8% ao ano. Os limites do município estão completamente

inseridos na extensão geográfica do MATOPIBA, importante região de expansão da fronteira agrícola das regiões Norte e Nordeste (GG notícias, 2021)

Em razão do que foi exposto até aqui, afirma-se que a cidade média de Araguaína/TO tem fluxos de atratividade, distribuição de comércio e de serviços, de pessoas com consumo e logística territorial à margem das rodovias, que atrai conexão de rede urbana de circulação dentro de sua região de inserção e de estados circunvizinhos.

3 O que é a cidade?

A cidade é muito além daquilo que se percebe apenas enquanto um núcleo populacional. É também compreendida a partir das diferentes fases do processo histórico, pois dependendo do contexto histórico acolhe papéis diferentes e enquanto conceito é possível afirmar que “a cidade tem uma história” (CARLOS, 2018, p. 57), sendo assim, em cada época a cidade tem sua compreensão. É importante mencionar sobre as contradições do processo de reprodução do capital e do espaço, ou seja, as desigualdades sociais no espaço urbano que acentuam o contraste na cidade entre riqueza e pobreza.

Neste sentido, diz Carlos (2018, p. 42):

Por todos os lados vê-se a disparidade, a desigualdade entre “rico” e o “pobre” e entre este e o “miserável absoluto” que mora embaixo das pontes ou nos bancos das praças. A disparidade expressa-se nas construções, na existência e/ou qualidade de infraestrutura, na roupa e nos rostos (na rudeza ou suavidade de traços). “Cidades arruinadas pelo progresso e mutiladas pela civilização atual”, como escreveu Lorca em Impressões e Paisagens. (CARLOS, 2018. p. 42)

Nota-se que a humanidade e a cidade são impulsionadas pela produção do capital. “O mundo dos homens é cada vez mais o mundo de mercadoria e do que é possível comprar” (CARLOS, 2018, p. 19), o habitante da cidade está enlaçado pelas necessidades de consumo e lazer. “Sem dúvida, é possível dizer que hoje o mercado domina a cidade. Esta configuração-cidade dominada pelo mercado é própria das cidades capitalistas” (ROLNIK, 1995). Com isso, vê-se que a formação das cidades surge impulsionadas pelo processo de produção capitalista, que gera a hierarquização social, ou seja, uma sociedade de classes.

Existe nitidamente, como o desenvolvimento do comércio, e conseqüentemente das cidades e das populações urbanas, uma mudança de valores. A terra passa a dividir com o comércio o papel de fonte de riquezas. O comércio começa a ser impor e a organizar um espaço compatível com seus valores e modo de vida. (CARLOS, 2018, p. 65)

O inchaço da cidade sucedida pela Revolução Industrial que atraiu multidões ao deslocamento do ambiente rural para o urbano, na busca de melhores condições de vida, permite a possibilidade de leitura da sociedade enquanto dividida em classes sociais. “A universalização das trocas aproxima países e aprofunda a divisão espacial e internacional do trabalho, dentro de uma relação de dependência entre territórios nacionais, dentro da formação econômica e social capitalista” (CARLOS, 2018, p. 68).

Com a Revolução Industrial as cidades permitiram novas leituras dos espaços urbanos a partir da sua organização em função do mercado; gerando acentuados processos de segregação urbana como um grande “quebra-cabeça” com peças desiguais destinadas para cada espaço. “[...] a organização da cidade passa a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: (...) os proprietários dos meios de produção e (...) os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos.” (ROLNIK, 1995, p. 43)

Tendo em vista que há várias formas de definição para a cidade, afirma-se que para determinados autores há vinculação ao caráter funcional; aos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais. “A cidade, enquanto realização humana, é um fazer-se intenso, ininterrupto” (CARLOS, 2018, p. 67). Desse modo, verifica-se no quadro abaixo algumas conceituações trazidas pelos autores em relação às definições para cidade:

Quadro 03. Designação para cidade

Autores	Definição
SORRE (1984)	“a cidade também aparece enquanto aglomeração de homens mais ou menos considerável, densa e permanente, altamente organizada, geralmente independente para sua alimentação do território sobre o qual se desenvolve e implicando, para sua existência, uma vida de relações ativas necessárias à manutenção de sua indústria, de seu comércio e demais funções.” (CARLOS, 2018, p. 67)
RATZEL (1909)	“uma cidade é uma reunião durável de homens e habitações humanas que cobre uma grande superfície e se encontra no cruzamento de grandes vias comerciais.” (CARLOS, 2018, p. 67)
WAGNER (2010)	“as cidades serão pontos de concentração do comércio humano.” (CARLOS, 2018, p. 68)
BRUNHES (1925)	“existe cidade toda vez que a maioria de seus habitantes emprega o seu tempo no interior da aglomeração”. (CARLOS, 2018, p. 68)
BOBECK (1971)	“a cidade se reconhece como uma aglomeração fechada de uma certa importância e onde se leva uma vida urbana.” (CARLOS, 2018, p. 68)
VON RICHTOFEN (1883)	“define cidade como um agrupamento cujos meios de existência normais consistem na concentração de formas de trabalho que não são consagradas à cultura, mas ao comércio e à indústria.” (CARLOS, 2018, p. 68)
SOMBART (1987)	“cidade se define como uma aglomeração de homens dependendo dos produtos do trabalho exterior.” (CARLOS, 2018, p. 68)

PIERRE GEORGE (1913)	“a cidade é, em cada época, o produto de uma organização das relações econômicas e sociais que não se limita a exercer sua influência sobre as únicas aglomerações urbanas.” (CARLOS, 2018, p. 68)
-------------------------	--

Fonte: CARLOS, 2018. Adaptado pela autora.

A tecnologia é um fenômeno mundial que gera contínuas transformações na rotina de vida de uma sociedade, tais como aquelas inseridas no espaço urbano, que é basilar para pensar atualmente a cidade. “Essas mudanças são hoje cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas de configuração espacial, novo ritmo de vida, novo relacionamento entre as pessoas, novos valores” (CARLOS, 2018, p. 69). O fluxo e concentração de pessoas no espaço urbano liga-se a ideia de cidade, pois o desenvolvimento referenciado em marcadores econômicos produz e reproduz na sociedade conflitos de desigualdade urbana:

A cidade aparece como justaposição de unidades produtivas, através da articulação entre os capitais individuais e a circulação geral, integrando diversos processos produtivos, centros de intercâmbio e serviços, mercado de mão de obra etc. Implica uma configuração espacial própria em função das necessidades de reprodução do capital, de modo a garantir a fluidez do ciclo de reprodução. A cidade se produz de modo a permitir a articulação entre processos de produção- distribuição-troca, consumo e a gestão (CARLOS, 2018, p. 74).

Assim, a cidade espelha sua estruturação no processo produtivo do capitalismo, uma vez que a circulação do capital a materializa por meio de rede de circulação de fluxos visíveis (mercadorias), invisíveis (capital, informação) e decisões de gestão, originando a organização dos espaços urbanos a partir da acumulação capitalista em torno das lutas sociais na construção da cidade, que abre a possibilidade de hierarquização e diferenciação que aceleram as desigualdades espaciais, estabelecendo assim relação entre produção do espaço e valorização do capital (CARLOS, 2018).

No mesmo sentido Rolnik (1995), ressalta que:

Portanto o que vai caracterizar esta cidade dividida é, por um lado, a privatização da vida burguesa e, por outro, o contraste existente entre este território do poder e do dinheiro e o território popular. A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo, evitado. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade (ROLNIK, 1995, p. 56)

O capitalismo parametriza em diversos sentidos o modo como uma sociedade vive. Já que a cidade tendencia a se sujeitar aos anseios da busca pelo acúmulo de riquezas (capitalismo), que traz embates, segregação espacial e as desigualdades urbanas no acesso à

habitação, sendo possível ver nas cidades o “aumento populacional e (...) processo de valorização da terra que deixa vazias áreas imensas da cidade.” (CARLOS, 2018, p. 78).

Neste sentido, Carlos (2018) diz:

[...] As de maior rendimento tendem a localizar-se em bairros arborizados, amplos, com completa infraestrutura, em zonas em que o preço da terra impede o acesso a “qualquer um”. Há também os condomínios exclusivos e fechados, como grandes áreas de lazer e até shoppings, com grande aparato de segurança e amplos estacionamentos. Os de baixo rendimento têm como opção os conjuntos habitacionais, geralmente localizados em áreas distantes dos locais de trabalho. São os bairros operários com influência ou menos ausência de infraestrutura; e as áreas periféricas onde abundam as autoconstruções, além das favelas que afloram no seio da mancha urbana. [...] à tendência de o espaço urbano (re)produzir e ampliar a distância (tanto em quilômetros quanto em tempo) entre o local de moradia e o local de trabalho. (CARLOS, 2018, p. 78)

Por outro lado, as contradições urbanas pelo crescimento acelerado das cidades reproduzem a desigualdade e segregação espacial, onde só uma parcela da população se favorece do Estado, “o acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável” (CARLOS, 2018, p.83). Logo, o Estado, na lógica capitalista, tem o papel de garantir a reprodução da acumulação de riqueza e administrar conflitos que possam interferir no giro do capital, ou seja, tirando o direito à cidade da população.

É interessante observar que as lutas sociais para apropriação do espaço da cidade têm base econômica e política para o sustento da segregação espacial, assim diz Rolnik (1995):

Do ponto de vista econômico ela está diretamente relacionada à mercantilização ou monetarização dos bens necessários para a produção da vida cotidiana. [...] o bairro residencial exclusivo é possível e a superidentidade dos bairros dos trabalhadores é cada vez mais real exatamente porque a terra urbana é uma mercadoria-que tem dinheiro se apodera de amplos setores da cidade, quem não tem precisa dividir um espaço pequeno com muitos. Do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora de conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quando mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto. (ROLNIK, 1995, p. 57) (Grifo da autora)

Quem não tem acesso à propriedade privada é rotulado como um problema para o Estado, pois para sobreviver na cidade buscam a autoconstrução clandestina que acaba causando a desvalorização da região. Considera-se então que “a posse significa riqueza e poder” (CARLOS, 2018, p.88), portanto a lógica do raciocínio é que a produção do espaço é reflexo do domínio do capital, vale dizer, o poder controla a cidade que a reproduz e rejeita:

É a luta pela cidadania, a luta por transformações socioeconômico-espaciais. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importando o lugar em que encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. É o direito à participação numa sociedade de excluídos. (CARLOS, 2018, p.88)

O processo de reprodução da sociedade urbana está vinculado direta e indiretamente ao capital e se reflete na contradição, que faz a expulsão das pessoas menos favorecidas (sem poder de consumo) a lugares afastados do centro urbano. “E a cidade não deve ser entendida como valor de troca e suas áreas mantidas como reservas de valor” (CARLOS, 2018, p. 89).

Neste contexto e circunstanciando um exemplo local de mercantilização dos espaços urbanos, temos o lançamento recente daquele que se apresenta como “o mais novo investimento imobiliário na cidade de Araguaína, mais um condomínio de alto padrão: Parque 47, bem próximo as áreas centrais da cidade, como à Via Norte e a poucos minutos da Avenida Marginal Neblina e da Avenida Cônego João Lima”. O condomínio oferece 172 lotes, sendo 85 unidades a partir de 330 m², exclusivamente residenciais e em área fechada, e mais 87 lotes a partir de 250 m² para uso misto (residencial e comercial) na parte externa, ao lado do condomínio. Nota-se que o capital sempre dita as regras de investimento na cidade e os centros urbanos são os lugares mais favorecidos, segundo a reportagem AF Notícias, diz: “a área que é considerada o *último vazio urbano de Araguaína* começa a receber um investimento de mais de R\$ 25 milhões e a transformar o conceito de moradia da cidade.” (FILHO, 2023) Nosso grifo. Divergente da realidade observada no Setor Presidente Lula objeto desta pesquisa que sofre a segregação e o *vazio urbano* pela falta de investimento público devido à localização desprivilegiada e o desinteresse da classe empresarial imobiliária de Araguaína.

Assim, é possível visualizar que o processo de urbanização no contexto geral ocorre com base em dois tipos de fatores: os fatores atrativos e os fatores repulsivos. O primeiro é entusiasmado diretamente pelo poder da indústria, que apadrinham condições estruturais oferecendo o espaço na cidade. O segundo, gera a expulsão da população sem apoio do poder público que promove o desenvolvimento de habitações irregulares, em regra precarizadas e sem infraestrutura.

O processo de urbanização, além de ocorrer com a posse desigual de parcelas do solo urbano impacta na produção do espaço pois, acontece de forma desordenada. De acordo com Soares (2021), a questão da produção desigual do espaço urbano está ligada ao preço da localização na cidade:

A ocupação do solo urbano por diferentes classes sociais materializa a produção desigual do espaço nas cidades através do processo de segregação socioespacial. A implantação de loteamentos fechados nos espaços urbanos reforça as desigualdades socioespaciais, criando enclaves voltados para a população de alto poder aquisitivo, que contrastam com as áreas menos favorecidas da cidade (SOARES, 2021, p. 188).

Na mesma linha, Maricato (1997):

A valorização imobiliária, ou seja, a propriedade que tem os imóveis de se valorizarem, está na base da segregação espacial e da carência habitacional. Em torno dela, ou seja, em torno da apropriação da renda imobiliária, é travada uma surda luta no contexto urbano (MARICATO, 1997, p. 44).

Assim, infere-se que a segregação socioespacial é um espelho dos desiguais valores conferidos ao espaço urbano, que está intensamente unido ao processo de segregação econômica. O acesso à moradia de qualidade está ligado ao reflexo de capital que parametriza a ocupação da cidade. Quando alguém compra uma casa está comprando também a localização da moradia (MARICATO, 1997).

É relevante aludir sobre o programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que é uma política de acesso à moradia destinada à população de baixa renda, criado pelo Governo Federal no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, pela Lei nº 11.977 de 2009. Com a adesão do PMCMV em Araguaína em 2009, cresceu o volume de pessoas de baixa renda no pleito pelo cadastro (ALMEIDA, 2017), vejamos:

Em 2011, 932 famílias foram contempladas com as unidades habitacionais no Setor Vila Azul I e II (CAIXA, 2009). Em 2014, foram entregues 1.788 unidades habitacionais no setor Costa Esmeralda, e 416 habitações no Setor Construindo Sonho (CAIXA, 2014). Em 2014 iniciaram as obras para mais unidades habitacionais do PMCMV no Setor Lago Azul I, III e IV com, respectivamente, 1.030, 500 e 1.000 unidades, totalizando 2.530 famílias beneficiárias (CAIXA, 2015). Também existem outras modalidades de habitação em Araguaína que estão em andamento, o Associativismo, com 1.000 unidades habitacionais; o Parque do Lago, com 876 habitações; e o Residencial Primavera, com 1.000 (SEMASTH, 2017). (ALMEIDA, 2017, p. 12)

Sendo assim, no ano de 2015 as cidades de Araguaína e Gurupi se destacaram na execução de programas habitacionais:

A cidade de Araguaína é a segunda região norte do Brasil que tem o maior programa habitacional. A primeira posição é ocupada por Belém, capital paraense. Em 2014, foram entregues 2.204 casas e a previsão é de mais 4.406 até 2016. A redução no déficit até agora foi de 18% e deve subir para 36%, após a entrega das mais de 4 mil

casas, conforme os dados da Prefeitura. Segundo levantamentos da Secretaria da Habitação, ainda há 10.437 araguaínenses que ainda precisam de casa própria¹.

Segundo Gazeta do Cerrado (2019), em Araguaína, já foram entregues mais 6,5 mil moradias contempladas pelo programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), entretanto, ainda tem 80% déficit habitacional no município. Além disso, para o Tocantins em 2023 foi anunciado pelo governo um investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) com estimativa de 710 milhões ao Estado², em Palmas. O prazo de conclusão e entrega das unidades habitacionais do PMCMV vai até o dia 25 de agosto de 2025, constituindo 115 mil moradias para reduzir déficit do cenário habitacional no Brasil, sendo desse total 1.054 moradias destinadas ao Tocantins.

3.1 Princípio da função social da cidade e da propriedade

A garantia à função social da cidade e da propriedade, além de ser princípio fundamental da Carta Magna aludindo ao direito de a população ter acesso de forma igualitária a uma moradia com infraestrutura pública – no ensejo de proporcionar redução das desigualdades sociais –, expande-se também no sentido de confrontar os cenários urbanos de grandes desigualdades sociais que se materializam em segregação socioespacial. Como exemplo, menciona-se o que foi discutido na 6ª Conferência distrital das cidades:

No Brasil, a prevalência de um direito à propriedade urbana individual, absoluto e irrestrito, alheio a qualificações que considerem os interesses coletivos tem refletido em cidades de urbanização precária, mais precisamente com a proliferação de vazios urbanos, o alto valor da terra urbana, a degradação ambiental e a proliferação de assentamentos precários. Nesse cenário, a população pobre é a mais prejudicada, relegada a condições precárias de habitação, à margem da legislação urbanística e constantemente ameaçada pela insegurança jurídica da posse, uma vez que o direito de acesso à terra e à moradia é subordinado em nome do direito individual à propriedade.

³

¹ CONEXÃO TOCANTINS. **Araguaína e Gurupi se destacam na execução de programas habitacionais; déficit e obras paradas em Palmas preocupam entidades**. Tocantins: Conexão Tocantins, 2015. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2015/03/18/araguaína-e-gurupi-se-destacam-na-execução-de-programas-habitacionais-deficit-e-obras-paradas-em-palmas-preocupam-entidades>. Acesso em: 19 out. 2023

² BRASIL. Ministério das Cidades. **Ministério das Cidades anuncia prorrogação de prazo do Minha Casa Minha Vida em Tocantins**. Brasília. DF: Gabinete do Ministro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/ministerio-das-cidades-anuncia-prorrogação-de-prazo-do-minha-casa-minha-vida-em-tocantins>. Acesso em: 19 out. 2023.

³ BRASIL. Ministério das Cidades. **A 6ª Conferência distrital das cidades**. Brasília. DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.6conferenciadistritalcidades.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/TextoTemaLema.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

A cidade cumpre sua função social quando o acesso aos bens, serviços, equipamentos públicos, transportes públicos, saneamento público básico e habitação é alcançado de forma equânime a toda a população, de forma justa e democrática. (SALEME, 2015), assim “a função social da cidade é conceito constitucional consignado como norma programática a ser instituída pelos municípios brasileiros” (SALEME, 2015, p. 01). Portanto, a normatização para o pleno desenvolvimento do princípio da função social da cidade e a propriedade urbana, bem como a política urbana da cidade é definida pelo Estatuto da Cidade. A partir daí qualquer política urbana que não procure a execução da função social está em desarmonia com a Constituição Federal de 1988, unicamente por ser um interesse social.

3.1.1. Funções sociais da cidade como princípio constitucional da política urbana

A Constituição Federal (CF) de 1988, após grande clamor de setores civis organizados, introduziu em seu texto um capítulo tratando de Política Urbana. Após a proposta que se deu por iniciativa popular, o constituinte originário cedeu ao apelo e tratou da matéria nos artigos 182 e 183.

Com efeito, assim dispõe o artigo 182, *caput*, do texto maior, vejamos:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Do assunto abordado na Carta Magna paira a seguinte dúvida: quais seriam as funções sociais da cidade? A norma constitucional não esclarece o tema. Pois bem, em alusão à Carta de Atenas de 1933, Meirelles (1993, p. 377) informa que quatro são as funções sociais das cidades, vale dizer: habitação, trabalho, diversão e circulação. O conteúdo explicitado na referida carta foi modelo referência de cidade moderna por várias décadas, tendo inclusive, influenciando na construção da atual capital federal. É bem verdade que o modelo se refere apenas ao espaço físico-territorial.

Hodiernamente, o conceito estabelecido no Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1933 permanece, mas está incompleto, dada a nova realidade do Brasil e do mundo. Verifica-se mais detidamente a realidade.

As funções sociais no contexto constitucional da política urbana preconizam o bem-estar completo dos habitantes, e a despeito de a CF não ter sedimentado o que seriam tais

premissas, a Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), em seu art. 2º, I, conceitua algumas dessas funções, mesmo que de forma indireta, *in verbis*:

Art. 2º [...]

I - Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

Ainda, conforme esclarecem os princípios fundamentais: tem-se como fundamento a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF) e como objetivo reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, CF); já como direitos e garantias fundamentais assegura-se que todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção (art. 5º, *caput*, CF).

Nesse sentido, do ponto de vista constitucional, associado ao previsto no Estatuto da Cidade, no Plano Diretor da cidade, no Código de Postura do município de Araguaína e outras normas de regência acerca da matéria, pode-se classificar algumas das funções sociais das cidades, as quais devem/deveriam estar inseridas no território onde se baseia o estudo deste trabalho. Assim, é possível verificar a seguir como a literatura discute o tema.

Conforme Garcias; Bernardi (2008) observa-se três eixos para discussão das funções sociais da cidade: função social urbanística; função de cidadania e função de gestão. A primeira a ser destacada é a função urbanística que é responsável pelas questões de trabalho, habitação, lazer e mobilidade. “Sem habitantes, a cidade não existe. Não havendo moradias fixas, não há cidade” (GARCIAS; BERNARDI, 2008, p.11) e em decorrência disso há desdobramentos nos espaços de lazer, nas dinâmicas de contato social que criam grupos diversos e a solidariedade nos ambientes. Há, por fim, a quarta caução da função urbanística que é a mobilidade urbana:

Mobilidade é um processo integrado de fluxos de pessoas e bens que envolvem todas as formas de deslocamentos dentro do ambiente urbano desde o transporte público coletivo e individual, transporte privado motorizado ou não e a pé; e nos modos rodoviário, ferroviário e hidroviário, entre outros. O transporte coletivo, segundo a Constituição Federal (art. 30, V) é um serviço público de caráter essencial. Ao dar este caráter essencial, a Constituição afirma que é um serviço fundamental necessário para a concretização das funções sociais da cidade. (GARCIAS; BERNARDI, 2008, p.12)

“A função social habitação se concretiza com o acesso a moradia digna a todos os habitantes” (GARCIAS; BERNARDI, 2008, p.11), bem como o acesso e a saída do espaço urbano com a promoção e acessibilidade a todos os moradores ao transporte coletivo urbano. No segundo, traz a Função social de cidadania: que são materializados por alguns direitos sociais já previstos no art. 6º da Constituição Federal, sendo esses: educação, saúde, proteção e segurança.

É certo que existem outras classificações, já que o conceito de função social da cidade é aberto e vem se aperfeiçoando com o passar do tempo, por estar profundamente vinculado aos direitos e garantias constitucionais fundamentais do nosso ordenamento jurídico. Diante destas premissas, é fácil constatar que a política urbana de Araguaína, até o momento, vem fracassando com os moradores do bairro Presidente Lula, já que não atende ao comando do inciso XIV, do art. 2º, da Lei n.º 10.257/2001, como se vê:

XIV – regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais; (Nosso grifo)

Logo, é imperioso constatar a ausência por parte do poder público municipal de práticas atuais de políticas urbanas, a fim de acompanhar a evolução das funções sociais das cidades no mundo contemporâneo. Restou evidente que não é por falta de norma regulamentadora que a cidade de Araguaína não atente aos anseios da população, especialmente aos habitantes do setor Presidente Lula.

3.1.2. Do desenvolvimento das funções sociais das cidades

Conforme já mencionado acima, nossos regimes democráticos fixam parâmetros de desenvolvimento urbano nas cidades, preconizam como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais e a garantia do bem-estar de todos os habitantes. As diretrizes ficaram a cargo da Lei e a execução incumbe ao Poder Público municipal. Inicialmente, e incorporando o contexto histórico do desenvolvimento das funções sociais das cidades, a fim de enriquecer a temática, valemo-nos das novas diretrizes implementadas pela Carta de Atenas de 2003, documento proposto pelo Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) em 1998.

Trazendo como evolução da função social da cidade, a respectiva carta estabelece as seguintes diretrizes, sem prejuízo das quatro já existentes. Assim pondera-se que; a cidade é para todos com inclusão das comunidades, medidas sociais e econômicas, culminando no combate ao racismo, a criminalidade e a exclusão social; cidade saudável nos termos do que preconiza a Organização Mundial de Saúde com habitações dignas, meio ambiente sustentável e preservação dos recursos naturais; cidade produtiva viabilizando oportunidade de trabalho, potencializando pequenos negócios, nivelando os cidadãos por meio da educação e da formação profissional; cidade cultural com implementação de políticas públicas no intuito de preservar o patrimônio cultural, bem como diversificá-lo, espalhando por todos os espaços públicos; cidade

de caráter contínuo no sentido de ter vocação para uma civilização hospedeira, ao mesmo tempo em que se preserva a tradição, cuida do meio ambiente e preserva os recursos naturais, a fim de atender aos propósitos atuais, mas também aos das futuras gerações; cidade como refúgio sendo solidária e proporcionando o bem-estar de todas as gerações, além de implementar medidas para o acolhimento e proteção das vítimas de desastres naturais ou mesmo provocados por guerras; cidade ecológica ou seja, devendo ser sustentável, com adequado planejamento visando o presente e o futuro.

O referido planejamento deve estar diretamente conectado à participação da sociedade no processo; cidade dos movimentos racionais e da acessibilidade com planejamento estratégico para que o transporte ocorra de maneira integrada, menos onerosa, menos poluente, mais qualificada e ágil, e é claro, totalmente acessível para todos; cidade inovadora utilizando das mais novas tecnologias para informação e comunicação, com práticas voltadas no sentido de que todos possam ter acesso a tais ferramentas; cidade participativa onde deve haver um espaço específico para a participação da sociedade em conjunto com o poder público, para o planejamento da gestão urbana. Todos conectados numa rede de ação local (GARCIAS; BERNARDI, 2008, grifos nossos).

Além disso, a Constituição Federal no título dos direitos e garantias fundamentais, prevê o direito de propriedade para todos, ao passo que no título da ordem econômica e financeira traz a finalidade de assegurar uma existência digna para todos.

Em trabalho acerca dos princípios e instrumentos de política urbana, Libório e Saule Júnior informam⁴:

o desenvolvimento das funções sociais da cidade através da política urbana significa a priorização de funções destinadas a combater e reduzir as desigualdades sociais e territoriais, a combater e eliminar a pobreza, a promover a justiça social, a satisfazer os direitos fundamentais das pessoas de terem condições de vida digna, como à moradia e um meio ambiente sadio.

A política urbana para abarcar a função social da cidade deve ser traçada considerando os princípios da cidadania, solidariedade, justiça social e especialmente a dignidade da pessoa humana, de modo a construir uma cidade justa para todos. Portanto, ao analisar amplamente os pressupostos abordados, confrontando as diretrizes instituídas pelas normas de regência – nacionais e internacionais – com a realidade dos habitantes do setor Presidente Lula (foco

⁴ LIBÓRIO, Daniela Campos; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Princípios e instrumentos de política urbana**. São Paulo: Enciclopédia jurídica da PUCSP, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-urbana>. Acesso em: 17 out. 2023

principal deste trabalho), é patente o abandono do poder público para com essa parte da sociedade araguanense. Chega a ser estarrecedor a maneira como vivem à margem da realidade vivenciada por outros membros da mesma sociedade, vale dizer, a de Araguaína.

3.2 A crise Urbana e as contradições dentro da cidade

Lefebvre (1969), discorre que a industrialização produz a urbanização. A problemática urbana contemporânea resulta do processo de industrialização que gerou o grande povoamento da área urbana com a explosão-implosão da cidade: “[...] momento da história em que o processo de produção supera, extravasa, o espaço da indústria e do processo de produção *stricto sensu* para tomar a cidade, redefinindo as relações sociais.” (CARLOS, 2019 p. 464). Deste modo, estrutura-se a possibilidade de entender a desigualdade social na produção do espaço da cidade e o processo de globalização.

Há uma afinidade recíproca entre cidade e a globalização (aumento do consumo), pois o espaço urbano é estruturado pelo capitalismo: “os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança” (MARICATO, 2015, p.18).

Assim, o capitalismo no processo de urbanização enseja contradições cotidianas dentro da cidade, por este ser produto da história e ao mesmo tempo resíduo. “A vida invadida pelo tempo produtivo permite instaurar o cotidiano como exigência da acumulação, aprofundando a desigualdade e colocando os indivíduos pela mediação das mercadorias e das imagens” (CARLOS, 2019, p. 462).

A acumulação peculiar do capitalismo cria um abismo entre as classes sociais “A cidade é lugar por excelência de reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2015, p. 22). As diferenças sociais e a luta entre as classes mais ricas e mais pobres que é vivenciada ao longo da história precede o capital, onde vemos diariamente o espaço urbano se moldar e produzir as condições de suas necessidades/lucro, visto a partir do mundo material. Assim diz Maricato, 2015:

Nunca é demais lembrar, como já fizeram numerosos autores, que a existência das cidades precede o capitalismo. No entanto, com ele as cidades mudam. E mudam a tal ponto que é impossível pensá-lo sem elas. Especificidades no processo de urbanização acompanham as diferentes fases do capitalismo colonial-industrial ou global financeiro nos países centrais ou periféricos (MARICATO, 2015, p. 17)

Com isso, a desigualdade no espaço urbano encontra-se na produção e exploração do valor de troca e o valor de uso, uma vez que estas relações se dividem em dois eixos: os senhores

dos meios de produção que exploram o trabalho do proletariado; e a classe social mais fraca que atua apenas com a força de trabalho; “[...] entre o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da cidade condição necessária de vida para a classe trabalhadora, há uma profunda oposição que gera um conflito básico”(MARICATO, 2015, p. 24).

Segundo Maricato (2015), a cidade é um grande comércio, e o capital imobiliário é a máquina central. Assim, ocorre a centralização de benefícios e com isso a produção/reprodução do espaço urbano se estrutura referenciada na perspectiva de uma minoria populacional detentora dos maiores recursos financeiros.

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. Se lembrarmos que a terra urbana, ou um pedaço de cidade, constitui sempre uma condição de monopólio- ou seja, não há um trecho ou terreno igual a outro, e sua localização não é reproduzível- estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob a forma de renda. (MARICATO, 2015, p. 23)

A acumulação de capital dentro do espaço urbano possibilita uma centralização pela valorização de determinadas propriedades privadas ou bairros na cidade em prol de outras, sendo um dos fundamentos para o debate sobre orçamento público da cidade, “A renda fundiária ou imobiliária aparenta ser uma riqueza que flutua no espaço e aterrissa em determinadas propriedades, (...) que irá favorecer (valorizar) determinados imóveis ou bairros”(MARICATO, 2015, p. 23). Ao lado deste, outros conflitos podem contribuir para a valorização e detenção de patrimônio privado para só uma parte da cidade, são: a privatização do aparelho Estado, capital de incorporação imobiliária, capital de construção de edificação, capital de infraestrutura, grupos proprietários de terra, entre outros; fatores que contribuirão significativamente para desigualdade urbana e subsequente ao surgimento da autoconstrução de moradia ilegal em áreas ocupadas informalmente por trabalhadores de baixa renda ou populações que vivem em condições mais precarizadas (MARICATO, 2015).

A autoconstrução da moradia ilegal ainda é uma realidade no Brasil, em prol de favoritismo a uma estreita elite de produção/desenvolvimento de parte da cidade, ou seja, gerando uma “exploração de riqueza” do poder social, econômico e político que detém o patrimonialismo unindo-se com isso a desigualdade social (MARICATO, 2015):

Evidentemente, para esse capitalismo “funcionar” como parte da divisão internacional do trabalho, os trabalhadores urbanos integrados ao processo produtivo – mas excluídos de grande parte dos benefícios que o mercado de consumo assegura e, especialmente, excluídos da cidade – são submetidos a uma poderosa máquina ideológica, quando não pode ser simplesmente repressora (MARICATO, 2015, p. 28).

Vive-se, em uma sociedade desigual onde as regalias Estatais são para poucos, “[...] direitos para alguns, modernização para alguns, cidades para alguns...” (MARICATO, 2015, p. 28). O espaço urbano manifesta privatização e/ou fragmentação, pois o capitalismo traz uma divisão “dentro da cidade”, gera e rejeita ao mesmo tempo território com habitação precária. A autora traz ainda uma comparação de dados sobre o crescimento da população da década de 1960 e a de 1988, sendo consecutivamente, um crescimento de 44,67% e 67,59% da população nas cidades, correspondendo este último ao um aumento de 50 milhões de pessoas nas cidades, assim como os problemas urbanos (MARICATO, 2015). Segundo o IBGE (2023), no Brasil a população era de 203,1 milhões em 2022, com aumento de 6,5% frente ao censo demográfico anterior, realizado em 2010. Isso representa um acréscimo de 12,3 milhões de pessoas no período, o que já causa uma desordem social pela lacuna de planejamento urbano satisfatório para a brusca demanda.

Segundo os dados da CNN Brasil⁵, o crescimento de favelas e/ou ocupações clandestinas no Brasil nos últimos 35 anos equivale a onze Lisboa, capital de Portugal (que possui uma área de 100 km²), ou seja, o equivalente a 95 mil campos de futebol. Conforme estudo realizado pelo MapBiomias a partir de imagens de satélite captadas entre 1985 e 2020, segundo Júlio Cesar Predrassoli, um dos coordenadores do mapeamento de Áreas Urbanizadas do MapBiomias: “sabendo que parte das pessoas residentes nessas áreas podem estar sob diversos riscos sociais e físicos, se acende um alerta amarelo sobre a forma como Brasil vem se urbanizando nas últimas décadas [...]”

Desse modo, é possível ressaltar que as ocupações ilegais/irregulares crescem em ritmo acelerado no Brasil e se apresentam enquanto reflexo da expressiva desigualdade urbana brasileira, visto que, empurra os pobres para além da cidade e/ou planejamento urbano. “[...] nas periferias metropolitanas, raramente há bons equipamentos de saúde, abastecimento, educação, cultura, esporte etc., [...]. Nunca é demais lembrar que pobreza e imobilidade é receita para a violência” (MARICATO, 2015, p. 45).

⁵ JANONE, Lucas; BARRETO, Elis. **Crescimento de favelas no Brasil nos últimos 35 anos equivale a 11 Lisboas**. São Paulo: CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/crescimento-de-favelas-no-brasil-nos-ultimos-35-anos-equivale-a-11-lisboas/>. Acesso em: 27 abr. 2023

3.2.1 As contradições periféricas

A desvalorização e o pouco interesse do poder público em constituir incentivos nas áreas periféricas, por serem locais afastados e fragilizados embora se encontrem no ambiente urbano, as deixam completamente desprovidas de serviços públicos e planejamento. Observa-se, portanto, a disputa pelo centro da cidade que contém uma realidade totalmente adversa dessa, onde o interesse do capital é contra os moradores e usuários pobres (MARICATO, 2015). “A centralidade é a produção do espaço urbano e a mola propulsora, a renda imobiliária” (MARICATO, 2015, p. 63).

A expulsão para vazios urbanos e o distanciamento da população pobre dos centros é uma realidade na cidade e decorrente de uma sociedade patrimonialista. “Enquanto os planos das várias gestões municipais para o centro não deslancharam (leia-se: não interessaram ao mercado imobiliário), os serviços públicos declinaram (o acúmulo de lixo se tornou regra), num contexto já existente de imóveis vazios e moradia precária” (MARICATO, 2015, p. 59).

“O modelo é contra os pobres que estão longe de constituírem minoria em nossa sociedade” (MARICATO, 2015, p. 63), vive-se em um mundo globalizado baseado no patrimonialismo pelo exercício de política do favor e/ou troca que reflete em uma sociedade desigual, com fragmentação do território e a expulsão da população pobre para as periferias (são as áreas que sobram como moradia para grande parte da população brasileira). “O conceito de “cidade” se relaciona ao local de moradia de elite: o todo é tomado pela parte [...]” (MARICATO, 2015, p. 84).

A autora Maricato (2015), traz 03 (três) linhas de orientação sobre a prática de investimento público urbano pelo Estado, vejamos: a) valorização imobiliária, ou seja, é dirigido pelos interesses do mercado imobiliário; b) visibilidade, é criado pelo *marketing* urbano; c) aquele definido pela relação clientelista. “Os pobres têm pouca visibilidade” (MARICATO, 2015, p. 84)

O impacto que a globalização exerce sobre as cidades tem acarretado um processo desigual na urbanização, pois, dentro da cidade nos deparamos com contradição de um local para outro no espaço de habitação, seja ela na sua infraestrutura e serviços urbanos, que causa a exclusão e/ou segregação social de parte da população. “Os excluídos da cidade hegemônica são tomados como uma minoria e não como maioria da população, como de fato são em muitos

PCPs⁶. Repetindo Brecht: “A exceção virou regra e a regra, exceção”, mas isso é negado pelo que os olhos veem (MARICATO, 2015, p. 85):

A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o *status* de temas importantes (ou centrais, como deveria ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, leis para alguns, cidadania para alguns...não se trata de direitos universais, mas de privilégios para poucos (MARICATO, 2015, p. 87).

O planejamento urbano modernista aliado ao crescimento da cidade contribui para a sociedade desigual, fomentada pelo mercado imobiliário especulativo, patrimonialista e restritivo a poucos. “A crescente violência urbana é o sinalizador mais visível da cidade real, ao extravasar os espaços da pobreza e da segregação (evidentemente mais violentos) e buscar os espaços distinguidos da riqueza” (MARICATO, 2015, p. 86). Assim, Maricato (2015) diz que na urbanização da periferia do capitalismo “o Plano Estratégico” fica a margem da legalidade por uma desvinculação da gestão urbana, por ocuparem uma terra em condições ilegais:

Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades periféricas apresentam problemas graves. Mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, seguindo interesses tradicionais que comandam a política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. O “plano-discurso” cumpre um papel ideológico e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos (MARICATO, 2015, p. 88)

Assim, compreende-se que “o Plano Estratégico” nada mais é do que uma camuflagem do neoliberalismo para o amoldamento de políticas econômicas de privatização, competição, desregularização, fragmentação da cidade pelo comando do capital, ou seja, como a autora propõe perspectiva de interpretação via “cidade mercadoria⁷” e a “cidade-empresa⁸” estreitamente unido a valorização imobiliária. O direito à cidade, entretanto, foi engolido pelo capitalismo sendo seu acesso permeado por um urbanismo burocrático que não traz soluções táticas de regularização fundiária para a população pobre, que fica à mercê de viver na clandestinidade, que por vezes onera e atrasa o planejamento urbano no país (MARICATO, 2015).

O urbano se manifesta na reprodução das relações sociais como produto-produtor do seu próprio espaço dentro da relação espaço-tempo; que no capitalismo recua a um período

⁶ Países periféricos do mundo capitalista

⁷ Deve vender-se

⁸ Deve ser gerenciada como uma empresa provada competente

limitado ao processo produtivo. “Esse processo se move nos termos da reprodução e não da produção; da espacialidade e não da historicidade” (CARLOS, 2019, p. 473).

3.2.2 O crescimento de parte das cidades

“O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p.122). Assim, verifica-se que os privilégios do direito à cidade aplicam-se apenas a elite da sociedade, por meio de seus recortes particulares perspectivados numa minoria numérica. Produz, sobretudo, uma urbanização de diferença e desigualdade social, aonde o “planejamento é uma forma transformada da luta de classes” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p.117).

Certamente as cidades brasileiras têm um contexto de planejamento urbano desigual que reproduz contraste profundo e concreto, resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui a sociedade, engajadas na reprodução da força de trabalho e uma sociedade enraizada pelo patrimonialismo, aonde tem uma luta econômica, política e cultural:

A invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. Ela é gigantesca, como pretendemos mostrar aqui, e não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda e nem de movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p.152).

Segundo dados do IBGE (2021), no Brasil existem 11.403 favelas, onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas, que correspondem a um total de 6,6 milhões de domicílios irregulares. O resultado significa uma expansão de cerca de 40% no número de brasileiros morando em favelas (ocupação ilegal/clandestina) nos últimos 12 anos.

O notável crescimento das ocupações ilegais no Brasil vem sustentando um contexto urbano de desigualdade social e a explosão da violência urbana, atributo da especulação imobiliária. Embora o processo de urbanização do Brasil tenha se dado majoritariamente no século XX, o movimento tem a origem do legado do Brasil colônia, onde predominava o Estado patrimonial cuja dinâmica do processo de concessão de títulos de terras e poderes era exclusivo da nobreza (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021).

Na mesma linha de pensamento Carlos (2019), ressalva sobre o crescimento rápido da população urbana brasileira ao mesmo tempo que houve o aumento desordenado nas cidades (processo de globalização), por não conseguirem atender ao fluxo inesperado de pessoas nas

áreas urbanas, que intensifica crescimento desigual de áreas periféricas, não planejadas, favelas e ocupações irregulares, e assim apresenta-se enquanto uma das causas da desigualdade social na produção do espaço da cidade (CARLOS, 2019).

Para Arantes; Vainer; Maricato (2021), a representação do processo de urbanização na cidade é reflexo da resistência da opressão da população pobre, assim advertem a respeito das consequências que geram a problemática de moradias ilegais, que são: o acesso ao “mercado privado legal de moradia” é bastante difícil, pois, muitas vezes os trabalhadores não ganham o suficiente para pagar o preço estipulado pela imobiliária ficando tal acesso restrito a uma minoria da população; a baixa oferta de moradias resultante das políticas sociais e o aumento dos preços das propriedades fundiárias ou imobiliárias; monopólio dos investimentos públicos em área central, esquecimento das áreas periféricas; arbitrariedade da lei pelo mercado e/ou localização; tolerância da aplicação da legalidade do poder público para ocupação pela população pobre de áreas “desvalorizadas pelo mercado”:

É frequente esses conflitos tomar as seguintes formas: os moradores já instalados nessas áreas, morando em pequenas casas onde investiram suas poucas economias enquanto eram ignorados pelos poderes públicos, lutam contra um processo judicial para retirá-los do local. Nesse caso eles são vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente. A remoção como resultado do conflito não é, entretanto, a situação mais corrente. Na maior parte das vezes a ocupação se consolida sem a devida regularização” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 163)

Arantes; Vainer e Maricato (2021) consideram que o desenvolvimento urbano pode ser medido através de dados do governo que são fontes fundamentais para o entendimento sobre as cidades, como: a recessão e o nível de desemprego da população; a distribuição de renda; a extensão das políticas públicas e sociais em todos os níveis do Executivo e em todas as esferas do Estado e junto à sociedade; a amplitude do mercado imobiliário residencial; políticas econômicas, urbanas e habitacionais.

Diante disso, observa-se que “a tensão existente entre a cidade formal e a cidade ilegal” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 165) resulta na construção da cidade pela gestão pública e perspectivada naquilo que torna o direito à moradia restritivo e não universal. Além disso, trazem possíveis questionamentos reais sobre a problemática da ocupação ilegal dentro da cidade, como se vê a seguir:

Como algo tão visível permanece quase invisível? Ou, pelo menos, como é que as dimensões desses fatos podem ser formalmente ignoradas pelo Judiciário, pelo Legislativo, pelo Executivo, pelos técnicos, por grande parte da academia, que insistem numa representação que não correspondem à cidade real? (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 164).

A cidade da elite esconde a cidade real e desigual, seja ela por meio de privilégio a poucos, a visibilidade pela autorrepresentação como a cidade oficial, que produz e reproduz através do modo do capital; “[...] a região que concentra a população de alta renda é tomada como a representação da “cidade”. A parte é tomada pelo todo” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 166).

O uso da mídia torna-se um instrumento de poder na mão da elite uma vez que esta dissimula a realidade colocando padrões “aceitáveis” como um todo à cidade: como espaço restrito (centro da cidade) onde o poder público faz investimento e gera a valorização imobiliária, ao passo que a periferia é excluída da dinâmica do poder público e do mercado (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021).

Uma estratégia de fragmentar o planejamento urbano para evidenciar a concepção de poder em que a esfera pública e privada tenha o controle da exploração do mercado imobiliário para os coronéis regionais é estruturada da seguinte maneira: “o eleitor é tomado como consumidor. A mercadoria vendida é a imagem. O esforço de repetição se destina a fixar marcas vinculadas às imagens plasmadas no espaço” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 167). O espaço urbano passa a ser visto como mercadoria, perpetua a desigualdade social e a exclusão de parte da população do desenvolvimento da cidade. “O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 168).

Há necessidade de quebra da visão integral da cidade idealizada por poucos, ao passo que haja uma coerência na realidade urbana (planejamento e gestão urbana) e com suas demandas populares vistas de forma global, eliminando o distanciamento entre o planejamento urbano e a gestão pública. Além do mais, é impossível mudar um padrão de crescimento urbano (leia-se no sentido de um desenvolvimento excludente e desigual) de uma cidade sem reverter os caminhos das relações sociais, para uma nova consciência de sociedade (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021).

Neste sentido, Rolnik (1995), fala sobre a necessidade de acessibilidade de aproximação dos espaços através do aparelho de Estado na gestão da cidade:

O projeto normalizador dos equipamentos coletivos é apenas uma das instâncias onde o Estado atua como produtor e conservador de normas, isto é, modelos homogêneos de cidade e cidadão impostos ao conjunto da sociedade como regra. Assim, ao mesmo tempo em que para os equipamentos de saúde há o indivíduo saudável, para a legislação urbana há a casa saudável, o bairro saudável. As casas e bairros de nossas cidades podem ser construídos se obedecerem a certo padrão, completamente

adaptado à ocupação capitalista da terra e à micropolítica familiar burguesa. A reprodução infinita do projeto-padrão na cidade reforça a norma (ROLNIK, 1995, p. 73).

A sociedade brasileira reflete a luta de classes ao mesmo tempo em que omite seus conflitos reais pela rentabilidade do capital financeiro, já que a elevada taxa de juros no Brasil faz com que haja pouco investimento no mercado imobiliário, que ocasiona a restrição e/ou exclusão da população. Ficando longe de ter um crescimento adequado a cidade perpetua a limitação do exercício democrático e da cidadania. “A produção e apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as condições sociais, como também as reafirma e reproduz” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 170).

Não por acaso, a cidade pode ser compreendida como “mercadoria” que movimenta e direciona o crescimento urbano: a precariedade das suas políticas públicas elege as “áreas urbanas centrais” para expansão do mercado imobiliário e encorajam e permitem o crescimento do capital. Com a valorização territorial gera-se mais rentabilidade imobiliária e econômica (riqueza) concentradas em parte da cidade (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021).

Por estas e outras considerações os autores dizem que o urbanismo negocial usa a arquitetura como publicidade para atrair mais investimentos e contribuir com um crescimento meramente para dentro da cidade, embora o Estado deva garantir a uniformização de direitos e oportunidades sem distinção de classe. “A crítica não impede de enxergar que o planejamento modernista garantiu boa qualidade de vida a uma parte da população das cidades [...]; mas é preciso reconhecer que a cidade oculta é um subproduto dele” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 172).

Arantes; Vainer; Maricato (2021,) mencionam a questão sobre a adaptação do conhecimento teórico e a realidade prática no direito à cidade no contexto social brasileiro, como uma forma de oposição à exclusão:

Para não repetir as ideias fora do lugar é preciso ampliar o conhecimento da contraposição entre a história das ideias e a evolução da realidade empírica. É preciso levar em conta o fosso que separa as ideias da prática e o fosso que nos separa dos países centrais. A revisão de conceitos pode ajudar a evitar o mimetismo. (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 173).

A sociedade brasileira apresenta tendência patriarcal de replicar o favoritismo ao interesse da elite, deixando a mercê uma “gestão democrática das cidades”, que geram conflitos sociais. A proteção da função social e forma de justiça social a propriedade privada é garantida

pela Constituição Federal de 1988, trazem garantias urbanísticas ao cidadão como o IPTU ⁹ progressivo (instrumento de arrecadação fiscal); contribuição de melhorias; habitação de interesse social; plano diretor. Ou seja, um conjunto de leis que ampliam a arrecadação para o financiamento das cidades entre outras. Mas o Estado pela resistência de raízes do patrimonialismo e seu desinteresse causam a fragilidade da garantia da propriedade privada com real fim de especulação imobiliária e ensejando a arrecadação com medidas impopulares (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021).

Considera-se que “o planejamento urbano é necessário para assegurar justiça social (...) Não há como vislumbrar um futuro melhor para as cidades brasileiras sem planejamento” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2021, p. 178). O completo exercício da observância das leis que regem o planejamento urbano brasileiro ao acesso à moradia, por si só, atingiria o interesse social, a cidadania e a democracia. Revertendo e procurando ampliar uma gestão urbana que enfraqueça a segregação, desigualdade e exclusão da população pobre e reconhecimento de conflitos que permeiam a cidade com planos e planejamento urbano mais democráticos e uniformizados com efetiva participação social.

⁹ Imposto Predial e Territorial Urbano

4 PERSPECTIVA DA TEORIA LEFEBVRIANA SOBRE A CIDADE E O URBANO

“A indústria provoca um impacto sobre o urbano” (SPOSITO, 2022, p. 51), tal afirmação circunscreve como o capitalismo surge na cidade enquanto fenômeno de dominação e gestão do modo de produção da urbanização, de exercício de poder, a partir do desenvolvimento industrial e o fortalecimento da atividade comercial e da acumulação de capital:

As transformações, que historicamente se deram, permitindo a estruturação do modo de produção capitalista, constituem consequências contundentes do próprio processo de urbanização. A cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo. (SPOSITO, 2022, p. 30)

O fenômeno urbano tem como grande marco temporal e ponto de partida a industrialização, que é indutora das problemáticas urbanas e motor de sensíveis transformações sociais. O processo de industrialização caracteriza a vida humana na cidade que trouxe o crescimento e acúmulo de riqueza (capital) constituindo circuitos de troca e centralização do poder. “A prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do mundo da mercadoria que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical” (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

“O espaço urbano torna-se o lugar de encontro das coisas e das pessoas, da troca” (LEFEBVRE, 1999, p. 20). O período pós-Revolução Industrial suscitou o processo global (industrialização/urbanização) e as cidades tornam-se dominadas pelo capital. O fenômeno da centralidade urbana no modo de produção capitalista transforma o espaço em resultado das escolhas de uma classe dominante, ou seja, a indústria absorve os centros urbanos; “a contradição principal se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro “riqueza-poder” e as periferias, entre a integração e a segregação” (LEFEBVRE, 1999, p. 153).

As concentrações urbanas acompanharam o crescimento da mais-valia no sentido de Marx: as pessoas pobres são afastadas para periferias, locais com maior concentração de miséria e opressão, por não conseguirem arcar com o custo de vida que se apresenta no “coração da cidade”, ou seja, numa estrutura que remete ao antigo sistema feudal no qual a cidade é referenciada a partir da urbanização do centro comercial. “Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca (...). Tornam-se centros de consumo” (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

A industrialização interfere expressivamente no contexto das lutas de classes no espaço urbano, aonde a percepção daqueles que detêm os maiores recursos financeiros ditam as regras e são enriquecidas e favorecidas pelo comércio gerando uma nova centralidade de poder (LEFEBVRE, 2001). Reafirma-se, portanto, a relação de acúmulo de capitais nos espaços de ocupação parametrizados pela produção em série de mercadorias, resultando em simbiose social; trata-se daquilo que Lefebvre (1999) compreende como a dinâmica da industrialização que produz a urbanização. A problemática urbana veio do processo de industrialização que gerou o grande povoamento da área urbana com a explosão-implosão da cidade: “[...]o espaço da indústria e do processo de produção *stricto sensu* para tomar a cidade, redefinindo as relações sociais.” (CARLOS, 2019 p. 464). SPOSITO (2022), diz sobre o reflexo nas cidades pós-Revolução industrial:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades (SPOSITO, 2022, p. 50)

Assim, as mudanças estruturais no crescimento da cidade impressas pela industrialização, tinham como base o reproduzir e/ou produzir o espaço urbano para atender a nova realidade do capitalismo da força política e econômica de sua classe dominante (SPOSITO, 2022):

Com o modo de produção capitalista assim se desenvolvendo, a rede urbana foi se constituindo hierarquicamente, tendendo à formação de grandes aglomerações urbanas –as metrópoles- espaços de concentração de capital (SPOSITO, 2022, p. 54).

Para Lefebvre (1999), o urbano é a forma social e a cidade é um conjunto espacial que ocupa um território, assim a cidade pauta a primeira divisão social do trabalho com o campo, gerando assim a cisão da totalidade entre a *physis* (a realidade) e o *logos* (linguagem). Com o tempo, a cidade vai se tornando o lugar da reprodução social:

O urbano é um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual. Ele é um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teórica e prática, uma problemática. A cidade tem história porque a ela cabem os trabalhos espiritual, intelectual (a filosofia e, mais tarde, as ciências) e desorganização político-econômica, cultural e militar (ARAÚJO, 2012, p. 134).

O urbano é uma mensagem a ser decodificada e é composto de três dimensões que ajudam a compreender a cidade e o urbano na apropriação e organização do mundo, que são: a simbólica, a paradigmática e a sintagmática. A primeira refere-se aos desejos e às representações presentes no urbano que dão sentido a estrutura social; a segunda faz menção ao valor das relações sociais no espaço, ou seja, conferem direcionamento ao sentido da produção e apropriação do espaço. Já a terceira guia à sistematização da prática urbana dando convergência, conexidade e continuidade (ARAÚJO, 2012)

Lefebvre (2001) toma como perspectiva a orientação teórico-metodológica marxista para explicar a produção do espaço urbano: “Lefebvre, ao partir de outra ontologia para formular a sua teoria, considera o capitalismo como um processo e o espaço como seu produto” (COSTA, 2003, p.11). Para ele, o valor da cidade é o de uso, e não de troca, propõe que as cidades refletem uma sutil tendência de serem reproduzidas como mercadorias, ou seja, ao modo de reprodução e/ou produção capitalista:

O que marca e determina as relações entre as pessoas e entre elas e a cidade é o uso, e é por isso que no espaço, se lê a continuidade da história, enquanto duração bem como as mudanças que exprimem-se em distintas funções (que duram ou se modificam). A morfologia que serve para a realização da função na prática social revela, assim, uma história onde o tempo que se concretiza, no uso, produz a identidade, concretiza-se na memória. (CARLOS, 2004, p. 86)

Paralelamente, o desenvolvimento do espaço urbano impulsionado pelo capitalismo faz com que o acesso à terra na cidade assuma a dinâmica de aquisição de mercadoria. Em decorrência do crescimento desordenado das cidades (pela rápida industrialização) surgem as periferias, advindas do próprio modo de produção pela concentração do capital que dava origem a separação espacial das classes empobrecidas dentro da cidade. “A periferia era entendida como uma espécie de território livre para a iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo, bairros pobres, unidades industriais maiores, depósitos” (SPOSITO, 2022, p. 56).

O pensamento da teoria lefebvriana sobre a cidade e o urbano tem uma visão além do sentido histórico (Revolução Industrial) e historicidade, devendo ser considerado o contexto do espaço social ou também referido de espacialidade:

Nesse sentido, a dialética do espaço ganha supremacia sobre a dialética do tempo, inaugurando, para Lefebvre, o período urbano como aquele da trans-história. Isto é, em sua obra, o urbano se formula como momento (crítico) de ruptura no processo histórico da acumulação do capital, impactando a vida social. (CARLOS, 2019, p. 460)

Assim, a definição e o fim da cidade enquanto construção de processo histórico cumulativo traz à baila o sentido da problemática urbana da produção da cidade e do urbano e se coloca ao movimento de produção e reprodução do homem e a concretização da vida humana (CARLOS, 2004). A proposta interpretativa encontra-se referenciada na ideia de que o capitalismo se transforma; e para entender a produção do espaço é fundamental perceber a organização geral do espaço social que faz a reprodução da sociedade por meio da cidade e do urbano para compreensão do mundo. “Assim, a resposta à sobrevivência do capital está posta pelo movimento da reprodução que se realiza por meio do cotidiano, do urbano e do espaço” (CARLOS, 2019, p. 462), tendo em vista que a cidade se torna um local de reprodução social, “[...] o conteúdo do urbano é a centralidade” (ARAÚJO, 2012, p. 134). Para Araújo (2022), ao interpretar a cidade considerando os estudos de Lefebvre, seria a captação da ordem próxima e a ordem distante que gera a metamorfose da prática social que designa a concepção e produção da cidade.

As enormes desigualdades brasileiras se materializam em um espaço urbano fragmentado, com alguns locais com áreas centrais contornadas de infraestrutura e desenvolvimento urbano, e outros locais que são as áreas periféricas. Assim, começam a surgir as disputas urbanas pelo direito à cidade; “[...] é uma mediação espaço-tempo entre um nível superior e outro inferior. O nível superior age em uma escala espacial muito ampla e tem o Estado e o poder econômico com agentes privilegiados” (ARAÚJO, 2012, p. 137).

A cidade é registrada pela dependência em relação ao centro, a realidade urbana se divide em um contexto com a centralização posicionando-se enquanto motor do capital, aflorando a urbanização e os subúrbios urbanos (periferias) enquanto locais desurbanizados (LEFEBVRE, 2001):

Em redor desses centros se repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço (LEFEBVRE, 2001, p. 32)

A cidade, é regida pelo capital e a sociedade urbana se divide em classes, onde o proletariado é refém da “urbanização desurbanizante e desurbanizada”, afastando a cidade das periferias e tornando os centros locais de privilégios da classe mais abastada economicamente. “Com efeito, os “suburbanos”, os dos “pavilhões” residenciais, não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso e se acreditem em próximos da natureza, do sol e verde” (LEFEBVRE, 2001, p. 25).

SPOSITO (2022) diz também que:

O acesso a uma moradia decente não depende de se dar tempo para a construção de mais casas, mas de se poder pagar por elas. Alguns podem fazê-lo; para a maioria isto se apresenta como um problema. A possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial. Ao discutirmos o desenvolvimento do capitalismo monopolista, vimos como a troca desigual apoia-se no fato de que os trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes para produzir riquezas de mesmo valor. De fato, nós sabemos que o trabalhador que recebe o piso salarial nacional, não consegue sequer alimentar devidamente sua família, o que dizer de ter acesso a uma moradia, pela compra ou aluguel do imóvel. (SPOSITO, 2022, p. 73)

Frisa-se a ideia de que o próprio Estado irá reproduzir a cidade e o urbano de acordo com as dinâmicas sociais já existentes e referenciadas na produção e reprodução do capital. Como uma das consequências, observa-se a segregação socioespacial pela divisão de classes marcada pela fase de mundialização do capitalismo industrial nas cidades com a apropriação do tempo e do espaço que geram camadas sociais diferentes no processo:

por conseguinte, o que impera na cidade industrial é a segregação socioespacial que nega tanto a cidade, porque lhe torna produto ao invés de obra, quanto o urbano, cujo conteúdo reside no valor de uso e na apropriação de tempo e espaço. (ARAÚJO, 2012, p. 139)

O capitalismo no processo de reprodução da sociedade liga-se à produção do urbano, causando contradições cotidianas, por este ser produto da história e ao mesmo tempo resíduo. “A vida invadida pelo tempo produtivo permite instaurar o cotidiano como exigência da acumulação, aprofundando a desigualdade e colocando os indivíduos em relação pela mediação das mercadorias e das imagens” (CARLOS, 2019, p. 462).

Para Carlos (2019), o processo de produção pelo fenômeno industrial acopla a cidade à história: à medida que eram incorporados os espaços ora desocupados ao desenvolvimento da malha urbana, a expansão do capitalismo e a transformação e definição das relações sociais, por sua vez instituíram parâmetros estabelecidos pelo mundo da mercadoria.

Na segunda metade do século XX, ocorreu mudança significativa da posição do papel da industrialização e da urbanização, ou seja, a modificação do período de industrialização que induziu o processo de urbanização, passando agora a urbanização a ocupar lugar de protagonismo das transformações sociais:

[...] a realidade urbana, a um só tempo ampliada e estilhaçada, perde os traços da época anterior, povoando-se de signos do urbano como uma ordem repressora. A industrialização, potência dominante e coercitiva, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda na qual o passado e o possível, ou melhor, o futuro,

misturam-se. *O urbano que se constitui não se reduz ao industrial nem a ele está submetido.* (...) No horizonte da segunda metade de século XX, esse urbano não só é produto do salto qualitativo que nasce no seio da urbanização associada ao processo de industrialização, mas abre a perspectiva para pensar que o futuro da sociedade é o urbano. Em sua dupla determinação, essa nova fase da história é ao mesmo tempo realidade-possibilidade. (CARLOS, 2019, p. 467). Nosso grifo.

Desse modo, a reflexão de Lefebvre sobre a problemática do processo de industrialização se redireciona para urbanização e se conecta à espacialidade. Desta forma, a sociedade industrial se transforma em sociedade urbana, passando por uma constante reprodução do espaço social ensejando em uma nova lógica urbana.

Assim, Carlos (2019) diz que:

Se antes o capitalismo, em seu desenvolvimento, havia se apoderado da agricultura, a partir de 1960 a emergência do fenômeno urbano que vem da explosão da cidade histórica, de seu rearranjo e da expansão das periferias está associada aos esforços de planificação. Os projetos objetivam mudar a cidade, seu uso e seu acesso. (CARLOS, 2019, p. 470)

O urbano se manifesta na reprodução das relações sociais como produto-produtor do seu próprio espaço dentro da relação espaço-tempo. “Esse processo se move nos termos da reprodução e não da produção; da espacialidade e não da historicidade” (CARLOS, 2019, p. 473). É vinculado à perspectiva do lucro que o urbano se tornou valor de troca para a sociedade do consumo. “É, para Henri Lefebvre, na vida cotidiana que ganha sentido, forma e se constitui o conjunto de relações que faz do humano e de cada ser humano, um todo.” (CARLOS, 2004, p. 22). Parte da compreensão da cidade pelo processo de reprodução do espaço fortemente hierarquizado pela divisão de classes, que se revela a desigualdade entre espaço e sociedade que lhe dão forma, o meio e produção/reprodução da ação humana na cidade capitalista na medida em que há materialização da apropriação de espaço da vida cotidiana (LEFEBVRE, 2001).

A corrente “Marxista-Lefebvrina” inclui ao processo de produção/reprodução do urbano a questão da indissociabilidade entre o espaço e sociedade, com a articulação ininterrupta da produção do capital, produção esta que se reflete na dominação pelo Estado (política), prática social (reprodução da vida humana) (CARLOS, 2004).

A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um espaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível, as instituições, as ideologias. Os edifícios reais, imperiais, presidenciais “são” uma parte da cidade: a parte política (capital). Esses edifícios não coincidem com as instituições, com as relações sociais dominantes. E, no entanto, essas relações atuam sobre eles, esses edifícios

representam a eficácia e a “presença” social dessas relações. (LEFEBVRE, 2001, p.66)

A cidade vai ser definida também pelo valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano, espaço produzido) e o valor de troca (espaço comprado e vendido), na perspectiva do modo de apropriação para a produção/reprodução das atividades da vida humana enquanto construção e obra (prática social) e o espaço torna-se a sede do poder (dominação do espaço pelo capitalismo) (CARLOS, 2004), assim tem-se: “O valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo da mercadoria’ (Lefebvre, 1999, p. 135):

A distinção entre valor de uso e de troca remonta à economia política clássica e pode ser encontrada em Marx (2013), para quem o primeiro diz respeito à utilidade material e real que um determinado bem tem para as pessoas, enquanto o segundo diz respeito ao quantum de trabalho socialmente necessário contido na produção de uma mercadoria, o que lhe confere valor (TONUCCI FILHO, 2020, p. 11).

O urbano e a cidade estão ligados à vida do homem, assim como o capitalismo direciona a sociedade toda; “[...] como resultado do mundo da mercadoria, como programa do capitalismo e do estado que organiza a vida cotidiana porque organiza a sociedade de consumo” (CARLOS, 2004, p. 30).

Para compreender a cidade através da centralidade do comércio, Lefebvre (1999), diz que o espaço urbano não se reduz somente aos conjuntos de ruas e edifícios. Assim, o processo de urbanização é fragmentado e não toca o espaço totalmente, pois, as alterações temporais e espaciais na realidade urbana movidas por força de dominação que produzem e reproduzem um urbano diferente sob a égide do capitalismo; “[...] que decorre da intensificação da segregação socioespacial, mas as precárias condições de vida da população pobre aspectos que apontam a barbárie do capitalismo.” (LOPES; HERINQUE, 2010, p. 63)

“[...] o modo de produção existente ampliou o domínio da mercadoria estendendo seu poder para o território, dando e redefinindo relações sociais. Deste modo o urbano acentua a produção do cotidiano que longe de reduzir-se ao trivial a noção de vida cotidiana aparece no contexto da reprodução; dominada e organizada por ela, um espaço de cuidados, que tende a constituir-se em sistema, porque a reprodução no mundo moderno não se faz ao acaso. (CARLOS, 2004, p 30)

Isso reforça o fenômeno urbano que cria a lógica da hierarquia social pelo capitalismo na produção da dinâmica do espaço urbano. Assim, a apropriação do espaço urbano se realiza

na reprodução da vida cotidiana da cidade sob o domínio do capitalismo e a segregação espacial a um acesso desigual à cidade pela população pobre (LOPES; HERINQUE, 2010).

Tendo em vista que são os fatos que constroem o direito, porque vive-se o direito, Lefebvre enfatiza a importância do tempo/espaço para o valor de uso, pois, o uso implica apropriação que é determinada por grupo social. Com isso o capital e o Estado articulam a vida cotidiana, mas não podemos esquecer que vivemos pelos indivíduos e grupos sociais (TONUCCI FILHO, 2020):

O tempo e os espaço da vida cotidiana vão sendo invadidos por exigência, organizando-se na repetição e nesta direção o uso do espaço que comporta um emprego de tempo vai se explicitar enquanto tempo homogêneo, medida abstrata que passa a comandar a vida social e que aparece para Lefebvre como aquele do uso do transporte, da utilização dos equipamentos; [...] Aqui o emprego do tempo explicita o enquanto homogêneo, medida abstrata do tempo que comanda a vida social. Para Lefebvre o cotidiano é o encadeamento dos atos que formam um conjunto que não se reduz a soma dos atos isolados, mas de um encadeamento de ações que se efetua num espaço e tempo sociais ligados à produção. (CARLOS, 2004 p. 63)

Nesta percepção, Lefebvre concebe o espaço e o tempo dominados pelo capitalismo para o qual tudo se torna mercadoria. À medida que o cotidiano não se encaixa com a realidade, a desigualdade social é reproduzida pelo capitalismo que aflora na cidade a fragmentação do espaço. “Tudo é vendido e comprado por meio do estabelecimento de uma cadeia de equivalentes (baseado no contrato de aceitação da troca) reproduzido no ato troca-venda.” (CARLOS, 2004, p. 64).

Nesse contexto, o modo da produção/reprodução do ser humano no curso da história revela uma repetição quanto ao cenário de desigualdade na cidade como a distância do centro da cidade às periferias que se amplia a partir do contraponto entre estar fora e dentro da cidade. “Estar na periferia é estar distante, na coincidência entre a distância espacialmente considerada e a distância politicamente imposta. É estar fora do centro de poder de decisão” (ORLANDI, 2001, p.52):

Portanto, o espaço urbano das cidades é organizado por uma dinâmica socioespacial complexa, representada por sistemas de signos organizados que reproduzem a lógica da segregação em torno da modernização da sociedade capitalista e dos conflitos de classes. E nessa lógica a segregação urbana apresenta-se como mediadora da separação entre o centro e a periferia, a divisão do espaço em fragmentos que reeditam os interesses da especulação imobiliária, a valorização do solo urbano vendido em pedaços. (LEANDRO; DOS SANTOS, 2018, p. 8)

A sociedade urbana, conjunto de atos que se desenrolam no tempo, privilegiando um espaço (sítio, lugar) e por ele privilegiados, altamente significantes e significados, tem uma

lógica diferente da lógica da mercadoria. É um outro mundo. “O urbano se baseia no valor de uso. Não se pode evitar o conflito” (LEFEBVRE, 2001, p. 87). O espaço urbano é ligado a relação da produção e a propriedade, à medida que seus problemas são um reflexo real do cotidiano que é produzido pela sociedade de modo geral:

Através das condições e dos meios essenciais de reprodução (o espaço, o sistema legislativo, o modelo político, os parâmetros ideológicos), às classes impõem-se os mecanismos que serviram e que servem para a ampliação do sistema. Por um lado, valorizam o capital e os meios de produção, valorizando concomitantemente aqueles que os detêm; por outro, desvalorizam a força do trabalho, perante a valorização do capital, desvalorizando simultaneamente aqueles que a detêm; garante-se, com isso, a continuidade da reprodução da divisão social do trabalho. (LOPES; HERINQUE, 2010, p. 67)

Para Lefebvre (1999), a fragmentação social urbana na cidade relaciona-se com a divisão de classes e de renda, aonde cada camada social ou classes é separada pelo seu poder de riqueza na reprodução do espaço pelo capitalismo. Escolhido de acordo com os valores e as necessidades da classe dominante, pessoas estas que poderão fazer uso do espaço. Assim, ocorre a exclusão para outros espaços descentralizados da cidade das camadas mais pobres da sociedade. A lógica toma como referência a fragmentação do espaço que é a mercadoria:

A cidade capitalista criou o centro de consumo. [...] centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. (LEFEBVRE, 2001, p. 130)

Os centros urbanos são lugares privilegiados para os consumidores (elite). “A classe operária sofre as consequências da exploração das antigas morfologias (...) Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado”. (LEFEBVRE, 2001, p. 138).

O direito à cidade manifestado por vezes por políticas de planejamento urbano e as ações de organização por meio do Estado privilegia aqueles espaços com uma maior capacidade de retorno financeiro ligado às questões imobiliárias (centros), à cidade reproduzindo a dialética da segregação urbana e não a vida. “O Estado não tem recursos necessários para investir sem expectativa de retorno, por conta disso ele abandona as demandas da população que não pode pagar e prioriza os interesses da classe média (LEANDRO; DOS SANTOS, 2018, p.11).

Desse modo, é possível perceber os espaços periféricos enquanto espaços de significativas negligências pela não visibilidade e a falta de atuação do poder público em prol dos interesses das populações que vivem nesses espaços urbanos marginalizados, gerando

descaso e precariedade em condições para a vida social. No entanto, os centros da cidade ficam cada vez mais atrativos e dessa forma se reproduz o processo de segregação espacial urbana (LEANDRO; DOS SANTOS, 2018).

Os vazios do planejamento urbano nos espaços periféricos na cidade são realidade do nosso mundo contemporâneo, pois as ações governamentais não são projetadas para atender aos interesses das grandes maiorias das populações “[...] o preenchimento do vazio do espaço prescrito não ocorre senão por suas lutas, para, assim, conseguirem dar vida a este espaço concebido sem vida” (MARTINS, 2001, p. 169). A luta de classes editou ao longo da história toda a hierarquia social e assim sedimentou o controle financeiro do espaço urbano, que causa a reprodução das práticas de segregação socioespacial, onde cada espaço passa a ser controlado por meio de uma ordem social específica e a lógica dos interesses capitalistas que visam reproduzir o espaço de dominação (LEFEBVRE, 1999).

Os espaços centralizados na cidade reúnem força de atração e atratividade de concentração dos meios de produção e a reprodução social pelo poder. Assim, pode-se compreender que o não acesso a centralidade ascende logicamente a segregação, “[...] Segregação que produz uma desagregação da vida mental e social” (LEFEBVRE, 2001, p. 160):

E aquém desta, encontra-se a periferia como fruto de outro tipo de centralidade, aparentemente como reunião daquilo que não tem poder, apenas o poder da massa, do encontro entre às práticas criativas e subversivas dos sujeitos ou “homens ordinários” como afirma Certeau (1994), que reproduzem tanto as regularidades da vida social como também as desviam. (LEANDRO; DOS SANTOS, 2018, p. 15)

A cidade se divide com o capitalismo, pois este reflete na sua estrutura a reprodução social: de um lado os centros e outro as periferias que se encontram em espaços diferenciados e separados do uso da cidade. São marcadas pela precariedade e ausência do poder público na reprodução do espaço urbano. Deste modo, a hierarquização do espaço urbano pelo capitalismo resulta em priorização da valorização do centro urbano. “Não obstante, os espaços só ganham formas e funções mediante as relações humanas que são estabelecidas, dos encontros e desencontros que criam e recriam as formas urbanas” (LEANDRO; DOS SANTOS, 2018, p. 15).

A reprodução da cidade ocorre de forma seletiva com a concentração de capitais, a dinâmica econômica, a oferta de serviços, entre outros, pois, o capitalismo dita as regras de interesse de investimentos pela especulação imobiliária.

Realiza-se assim a vida, tecida por relações sociais em todos os sentidos, seja cultural, político, econômico, sistemático, social e simbolicamente, a complementação 16 do direito à cidade. À apropriação dos espaços, bem como a sua reprodução para além dos limites que lhes são impostos no dia a dia, pois são as pessoas que têm a capacidade de pensar, criar, inventar e elaborar práticas de resistências através da reivindicação do direito ao uso e apropriação, as lutas urbanas em prol do acesso a transporte público, moradia, saúde, educação, a própria reprodução social da vida. (LEANDRO; DOS SANTOS, 2018, p. 16)

O homem é um conjunto de relações complexas e ambíguas que se apropria das suas reproduções com o núcleo na atividade humana primordial – o trabalho, que por meio deste liga-o as outras esferas da vida cotidiana, bem como as atividades reprodutivas, das relações com a natureza, com a cidade e o espaço, ou seja, constitui o cotidiano em razão da produção e reprodução. Neste sentido, Lefebvre (2001), diz sobre a vida cotidiana que deve ser entendida em associação com a cidade e o espaço de forma conjunta, pois:

[...] ao mesmo tempo que cada vez mais colonizada pelo mundo da mercadoria, e sujeita, portanto, às patologias sociais da mistificação, do fetichismo e da alienação, ela constitui também a única arena possível para mudança radical. O autor se recusa a definir estritamente, a precisar conceitualmente o que entende por vida cotidiana, cotidiano e cotidianidade, termos usados de modo intercalado (TONUCCI FILHO, 2020, p. 08).

Assim, como o trabalho tem suas hierarquias, a sociedade ressoa o mesmo sentido pelo fenômeno da propriedade privada do monopólio capitalista. Isto gera a reprodução e produção no espaço urbano enquanto resultado da separação de classe entre a elite e os trabalhadores; a divisão de terra por espaços fragmentados, hierarquizado produz estrutura uniforme consistente para fins econômicos e políticos. Porém, é necessário fixar que a vida cotidiana não satisfaz a uma estrutura do âmbito do modo de produção capitalista, pois, é uma ordem da realidade social (TONUCCI FILHO, 2020).

Para Lefebvre (1999), a cidade é constituída pela riqueza tanto imobiliária (propriedades, terras) e mobiliária (dinheiro), à medida que o espaço é controlado pelo capitalista tornando uma prisão do espaço-tempo, ou seja, o controle do tempo social na cidade capitalista e o tempo do descolamento diário “casa-trabalho”. Nesse sentido, a cidade só seria um produto indutor da industrialização que gera transformações sociais dentro da cidade, permite a segregação entre o centro e as periferias, bem como os demais conflitos resultantes da negação do direito à cidade.

Onde há contradições na/da cidade irrompe o urbano pleno de sentido porque é o negativo da dispersão e da segregação! O pensamento formal presente, sobretudo, no planejamento de cidades, nega a crise e tenta minimizá-la a uma condição marginal.

A cidade industrial, fruto da potência da industrialização, vive sua crise como um sintoma que anuncia transformações (ARAÚJO, 2012, p. 136).

A cidade foi marcada pela mundialização do capitalismo industrial, o urbano foi induzido pela industrialização que direcionou “a cidade industrial” ao domínio da segregação socioespacial na apropriação de tempo e espaço, o uso e a autogestão do espaço na reprodução das relações de produção da sociedade (ARAÚJO, 2012). “No mundo moderno espaço e tempo não escapam ao reino da mercadoria que se transforma em equivalente passível de ser medido. No limite compra-se e vende-se o tempo (CARLOS, 2004, p. 65). Assim, o capitalismo invade a sociedade e suas novas necessidades de produção aonde o tempo e o espaço são vistos como meio de lucro e alcançam as relações cotidianas que se reproduzem na transformação do espaço urbano, através das mudanças de apropriação do uso.

O espaço urbano enquanto produto social em constante processo de reprodução nos obriga a pensar a ação humana enquanto obra continuada, ação reprodutora que se refere aos usos do espaço onde tempos se sucedem e se justapõem montando um mosaico que lhe dá forma e impõe característica a cada momento (CARLOS, 2004, p. 80).

Se, por um lado, as expansões urbanas separam lugares dentro da cidade por meio das relações econômicas de consumo/capitalismo no qual o poder ser distribuído nas relações de força, segmentação e a fronteira do espaço urbano, por outro lado causa invenção aos setores informais que apresentam um ritmo de abandono, escassez e lentidão. Tais premissas provocam marcos simbólicos na vida cotidiana e nos usos do espaço da cidade (LEITE, 2007).

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais (KOGA, 2003, p. 33).

Para a autora, os direitos dos cidadãos estão cada vez mais fragmentados na sociedade, sendo referência concreta e real da desigualdade de condições de vida no espaço urbano de um processo de exclusão e/ou inclusão social na perspectiva do direito à cidade e à dignidade de condições de vida e como seus cidadãos desejariam viver, “[...] onde perdura um relativismo sobre o desenvolvimento de políticas públicas, onde a pobreza e a exclusão social são cotidianamente naturalizadas” (KOGA, 2003, p. 177). Para Lefebvre (2001), o direito à cidade

é a reivindicação das liberdades civis para a sociedade, garantido de forma igualitária uma cidade em que:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização má socialização, ao habitat a ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEVBRE, 2001, p. 134).

Ainda segundo Lefebvre (2001), a segregação é resultado de um círculo vicioso. No qual é reflexo da omissão da classe operária na vida de decisão política, seja através da escolha de seus representantes/mandatários do Governo, seja pela falta de iniciativa popular para reivindicar um futuro melhor e suas necessidades sociais. A apropriação política dos espaços urbanos é fundamental, pois publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como espaços públicos de acordo com as necessidades dos diversos *locus* da vida urbana. De forma que as relações de poder que reafirmam e contestam desigualdades sociais cotidianas vão sendo eliminadas por uma igualdade de direitos e da liberdade política para inserção social dos espaços urbanos empobrecidos (LEITE, 2007).

A problemática do fenômeno aqui abordado referenciada no desenvolvimento desigual é controlada por uma politização das questões urbanas “A redução do urbano à moradia e aos equipamentos faz parte das estreitezas da vida política, que se tornou sufocante, tanto à direita como à esquerda” (Lefebvre, 1999, p. 133). Tal como as questões da autogestão, a vida urbana está vinculada à autogestão na indústria, pois se eternizam no direito à cidade, de não ser excluído da centralidade do poder, para sua integração e a segregação, já que o urbano é total.

5 METODOLOGIA

A pesquisa será descritiva-exploratória, de tal modo que, a primeira tem por objetivo primordial a descrição do aprofundamento no tema e das características de determinada população ou fenômeno, assim vai descrever uma realidade. Portanto, a pesquisa descritiva segue uma linha de ação que consiste em observar, interrogar, coletar, analisar, registrar e interpretar, pois, é elaborada a partir de documentos, de levantamentos e abordagens de campo; já a exploratória procura uma proximidade da realidade e compreender o objeto estudado (GIL, 2002).

A pesquisa qualitativa possibilita a flexibilidade na conduta do estudo em retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando a problemática em seu aspecto total, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada. Tendo em vista, ainda, que formas de pesquisas qualitativas estão cada vez mais sendo utilizadas no mundo acadêmico para compreensão da relação entre a leitura e interpretação e sua utilização na pesquisa das Ciências Sociais, consideramos que “na perspectiva do presente trabalho, a análise textual propõe-se a descrever e interpretar alguns dos sentidos que a leitura de um conjunto de textos pode suscitar” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 14). Neste sentido, Neves (1996) ressalta que:

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social (NEVES, 1996, p. 01).

Os autores Moraes e Galiazzi (2011) trazem à baila que, na pesquisa qualitativa analisam todo o texto possibilitando múltiplas leituras a partir de atribuições sentidos e significados na perspectiva de produzir e expressar sentidos para o método de pesquisa qualitativa a ser investigado, focando muito mais em dimensão sociocultural.

Esclarece Minayo (2017), que a pesquisa qualitativa é seletiva no sentido de buscar a abrangência dos atores sociais que contribuem na qualidade da investigação e não somente a quantidade de entrevistados, pois está sujeita ao desenho e à finalidade do estudo: “a amostra de uma pesquisa qualitativa deve estar vinculada à dimensão do objeto (ou da pergunta) que, por sua vez, se articula com a escolha do grupo ou dos grupos a serem entrevistados e acompanhados por observação participante” (MINAYO, 2017, p. 04). As pesquisas qualitativas se preocupam com o aprofundamento da pesquisa para gerar consistência, esclarecimento e fundamentação para o objetivo do estudo, e não com a saturação:

Em geral, os pesquisadores qualitativos mais experientes não trabalham com o conceito de saturação em mente, mas com o propósito de dar corpo a sua pesquisa e torná-la defensável como refere Mason (2010). Por isso, preocupam-se menos com a generalização e as generalidades e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação, colocando esses diferentes aspectos à luz das teorias que fundamentam suas indagações (MINAYO, 2017, p. 10).

Além disso, será utilizada a amostragem em bola de neve que permite a pesquisa qualitativa, bem como a entrevista pela observação participante, além da técnica para contribuir positivamente para investigar determinados grupos difíceis de serem acessados. Para Vinuto (2014), a amostragem em bola de neve toma como referência seleção não aleatória por meio de cadeias de referências por meio do princípio denominado como “Sementes”: “[...] a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral” (VINUTO, 2014, p. 203):

A amostragem de bola de neve é utilizada principalmente para fins exploratórios, usualmente com três objetivos: desejo de melhor compreensão sobre um tema, testar a viabilidade de realização de um estudo mais amplo, e desenvolver os métodos a serem empregados em todos os estudos ou fases subsequentes. É importante ressaltar que a amostragem em bola de neve não é um método autônomo, no qual a partir do momento em que as sementes indicam nomes, a rede de entrevistados aumenta por si mesma. Isso não ocorre pelos mais variados motivos, sendo um deles *o fato de os entrevistados não serem procurados ao acaso, mas a partir de características específicas que devem ser verificadas a cada momento.* (VINUTO, 2014, p. 205).
Nosso grifo.

Para ilustrar melhor a importância da técnica de amostragem em bola de neve, observa-se que esta se desenvolve por meio de um entrevistado que indica os próximos participantes da entrevista, ou seja, contribuindo para viabilizar ao pesquisador o acesso a uma rede de contatos de entrevistados com características próprias e a fim de atingir o objetivo da pesquisa, promovendo o desenvolvimento sustentado por maior densidade de dados a serem analisados.

Para tanto, para manusear amostragem e saturação em pesquisa qualitativa o pesquisador deve ter a *expertise* de compreender se a amostra é suficiente e fidedigna para ter credibilidade na investigação. Tendo em vista que a pesquisa qualitativa trabalha mais com a intensidade, uma entrevista e observações capturam o contexto sócio-histórico de indivíduo ou grupo, “[...] são vistos como espaços de interações e de redes intercomunicantes. As relações entre os indivíduos ocorrem sempre de maneira interdependente, ou seja, conformando identidades pessoais e sociais” (MINAYO, 2017, p. 03).

Considerando que a “[...] a amostra não é um elemento solto no conjunto da proposta qualitativa” (MINAYO, 2017, p. 03), a questão da amostragem e da saturação contribuem na consistência de validade metodológica dos resultados da pesquisa:

Nesse sentido, pode-se dizer que uma amostra qualitativa ideal é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo (MINAYO, 2017, p. 09).

É importante ressaltar que, o tamanho da amostra e a saturação na pesquisa qualitativa se prendem mais a obtenção da finalidade da investigação e não a quantidade das amostras, desde que tenha um número razoável. “Em resumo, uma quantidade consensual seria de, pelo menos, 20 a 30 entrevistas para qualquer tipo de investigação qualitativa” (MINAYO, 2017, p. 05), assim, a abundância de dados de qualidade e detalhamento é o importante, pois a saturação vem estabelecer o término de uma amostra em estudo, cessando a colheita de novos dados.

5.1 Técnica de entrevista

É importante mencionar inicialmente que, embora este trabalho considere como referência a técnica de entrevista na pesquisa qualitativa, está pode ser utilizada no método de pesquisa quantitativo e qualitativo, sendo predominante a entrevista usada mais frequentemente na pesquisa qualitativa para a coleta de dados (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017, p. 25).

A técnica de entrevista fornece dados para pesquisa científica por meio da interação social do entrevistador e do entrevistado, que valoriza o uso do meio de comunicação verbal e não verbal. Assim, permite ao pesquisador uma melhor compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, a percepção dos significados, dos valores e das opiniões dos atores sociais a respeito de circunstâncias e experiências pessoais. Por toda a etapa o pesquisador vai precisar ler nas entrelinhas do não dito no discurso do entrevistado. De outro modo, Fraser e Gondim (2004) ressaltam que “a entrevista é considerada uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas” (FRASER; GONDIM, 2004, p. 139).

Neste sentido, corroboram Ludke; André (1986):

uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais, permitindo aprofundar em pontos levantados por outras

técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 32).

Nessa perspectiva Quaresma e Boni (2005) reafirmam que a técnica de entrevista é um meio de coleta de dados usada em pesquisas nas ciências sociais, para compreensão de informações subjetivas, pois buscam significados, valores, crenças, motivações para algo. “Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos” (QUARESMA; BONI, 2005, p. 72).

Para Duarte (2004), uma entrevista bem concretizada permite ao pesquisador aprofundar a compreensão dos significados das informações na construção de categorias, e tendo como ponto de partida o que o entrevistado lhe diz, sem perder de vista que é o pesquisador quem define o objeto da pesquisa, o método de investigação, transcreve e interpreta os dados:

entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, e, que os conflitos e contradições não estejam claramente explicados, Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2005, p. 215).

Assim, Fraser e Gondim (2004) ainda prelecionam que a técnica de pesquisa na perspectiva qualitativa tem o benefício da flexibilização, pois permite que o entrevistado tenha um desempenho ativo e/ou uma legitimação na interpretação do pesquisador, no desenvolvimento do processo que resulta na construção da pesquisa e na avaliação de seus resultados. A técnica da entrevista na pesquisa qualitativa relaciona-se com a técnica de observação do participante e é bastante utilizada no contexto social e assim compreende o cotidiano e os significados atribuídos a um determinado grupo social:

em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante (FRASER; GORDIM, 2004, p. 140).

Segundo Quaresma e Boni (2005), a elaboração da entrevista é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois exige tempo e cuidados como: o planejamento da entrevista, a escolha do entrevistado, a disponibilidade do entrevistado para entrevista em fornecer as informações. O pesquisador deve ter cautela para não formular perguntas incoerentes, discricionárias, tendenciosas e ambíguas. “A entrevista deve proporcionar ao pesquisado bem-

estar para que ele possa falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas e quando isso ocorre surgem discursos extraordinários” (QUARESMA; BONI, 2005, p.77).

Batista; Matos e Nascimento (2017) relatam que a entrevista tem o fim de alcançar informações para compreender a subjetividade do indivíduo, por meio do depoimento ao pesquisador, de suas observações pessoais, de vivências construídas pelo contexto histórico e social. É necessário compreender que a entrevista é diferente de questionário, já que este se estrutura em questões fechadas e respostas por alternativas, enquanto aquela envolve questões não estruturadas e em geral abertas de opiniões dos participantes:

[...] a entrevista oferece maiores vantagens em relação ao questionário, haja vista que nessa, o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias nas quais a mesma se desenvolve, além de possibilitar a captação das expressões verbais e não verbais do entrevistado (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017, p. 27).

A técnica de entrevistas é marcada por flexibilidade e apresenta diferentes possibilidades de execução, a saber: entrevistas estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem alcançadas; as entrevistas semiestruturadas são elaboradas como um formato mais espontâneo; a entrevista informal é utilizada em estudos exploratórios, pois busca-se uma visão mais ampla do problema; a entrevista focalizada tem a intenção de esclarecer somente um determinado problema; entrevistas em sondagem de opinião embora tomem como referência um questionário previamente estruturado, as respostas do entrevistado serão direcionadas, precisas a determinadas questões; tem-se ainda a entrevista por telefone; entrevista projetiva; entrevista cara a cara; entrevista individual e por grupo (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017). Portanto, a técnica de entrevista é um procedimento que possibilita “segmentar a fala dos entrevistados em unidades de significação” (DUARTE, 2004, p. 221), para conclusões de hipóteses/problemas propostas pelo objetivo da pesquisa, por meio da identificação recorrente de contextos de seus entrevistados, colhidas a partir da fragmentação dos discursos.

5.1.1 Análise de conteúdo (AC)

A pesquisa qualitativa possibilita a flexibilidade na conduta do estudo, além de retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando a problemática delimitada em seu aspecto mais amplo, isto tendo em vista que pesquisas qualitativas estão cada vez mais sendo utilizadas no mundo acadêmico para compreensão da relação entre a leitura e a interpretação e

a sua utilização na pesquisa nas Ciências Sociais, considerando que “na perspectiva do presente trabalho, a análise textual propõe-se a descrever e interpretar alguns dos sentidos que a leitura de um conjunto de textos pode suscitar” (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 14).

Neste sentido, o todo do texto possibilita múltiplas leituras a partir de atribuições e significados na perspectiva de produzir e expressar sentidos para o método de pesquisa qualitativa, ou seja, esta toma como referência amostras bem refinadas, que investiga em profundidade aspectos da subjetividade tanto do sujeito quanto do ambiente, pois:

Pesquisas qualitativas têm se utilizado cada vez mais de análise textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação. Não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados. (MORAES; GALIAZZI, 2011, p. 11)

A análise textual qualitativa vai se concretizando a partir da constituição das categorias que são validadas por meio de descrição empírica e interpretações retiradas dos dados analisados, ou seja, um exercício de compreender teorização ou abstração do sentido que autores aspiram anunciar em relação ao objeto a ser estudado (MORAES; GALIAZZI, 2011).

Para ajudar na construção de fundamentos teóricos, para a compreensão da análise textual discursiva qualitativa será utilizada a metodologia da Análise de Conteúdo (AC).

Conforme Bardin (2007), a Análise de Conteúdo teria origem da hermenêutica dos textos da escritura sagrada. Contudo, somente por volta de 1915 e na II Guerra Mundial que os Estados Unidos da América começaram a aplicar no ramo da ciência política para decodificação de símbolos, sinais e mensagens de propagandas contrárias de grupos da oposição nos jornais e revistas, principalmente com ideologia nazista na época.

Campos, 2004, diz:

O interesse pelas ciências políticas, nos Estados Unidos, na década de 40, aliados aos acontecimentos da época, como a 2ª Guerra Mundial fizeram com que a análise de conteúdo fosse largamente utilizada na descoberta de jornais ou revistas que ofereciam propagandas subversivas, principalmente com ideologia nazista. Nesta época, Lasswell da Universidade de Chicago, continuava seus estudos sobre a análise dos símbolos e a ele se juntaram outros pesquisadores de diversas áreas como sociólogos, psicólogos e cientistas políticos (CAMPOS, 2004, p. 612)

Bardin (2016) diz que a interpretação dos dados coletados para análise de conteúdo para a ciência da comunicação é a principal etapa do projeto de pesquisa, método desenvolvido nos Estados Unidos no início do século XX. A Análise de Conteúdo envolve a codificação e a

classificação de dados; procedimentos que se tornaram conhecidos como categorização, no qual seus objetivos são entender os dados coletados e destacar mensagens, recursos ou descobertas importantes da comunicação, dentro do texto pelo discurso direto. “Análise de Conteúdo, constitui-se como ciência, uma prática que se pretende neutra no plano do significado do texto, na tentativa de alcançar diretamente o que haveria por trás do que se diz” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005, p. 318). Desta forma, a análise de conteúdo “é uma técnica do método, sistemática e objetiva que descreve o conteúdo manifesto de uma comunicação” (ROSSI; SERRALVO; NASCIMENTO, 2014, p. 40).

O material da análise de conteúdo em regra é textual e se apresenta como cartas, diários, conteúdo de jornais, entrevistas, músicas, histórias curtas, mensagens de rádios, televisão, documentos, textos ou qualquer outro símbolo, entre outros:

A Análise de Conteúdo sempre vai trabalhar com categorização na análise textual, isso significa que haverá a exclusividade mútua, ou seja, na mesma unidade de análise só pode encaixar uma categoria e/ou no método de dedução frequência, para a fragmentação do seu “*corpus*”, para melhorar a compreensão de um todo (MORAES; GALIAZZI, 2011).

Para melhor definir a Análise de Conteúdo observa-se dois conceitos de grandes estudiosos sobre o assunto: Berelson e Bardin. O primeiro diz: “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa” (CAMPOS, 2004, p. 612). Já para o segundo, a Análise de Conteúdo se da seguinte maneira: “o objecto da linguística é a língua, quer dizer, o aspecto colectivo e virtual da linguagem, enquanto o da análise de conteúdo é a palavra, isto é, o aspecto individual e actual (em acto) da linguagem” (BARDIN, 1977, p. 43).

A Análise de Conteúdo toma como referência a perspectiva analítica, com foco na compreensão do dado no discurso direto e explícito, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e tendo em vista a forma como o pesquisador enxerga e lê o mundo, analisando o que o texto está expressamente dizendo em relação ao fenômeno estudado. É importante mencionar ainda que a técnica de Análise de Conteúdo é usada tanto no método de pesquisas qualitativas quanto quantitativas.

Moraes; Galiuzzi (2011), a Análise de Conteúdo tem o objetivo tanto de descrição como de interpretação para explicar a compreensão do fenômeno científico da pesquisa para obter inferências válidas e replicáveis dos dados em seu contexto:

A Análise de Conteúdo investe tanto em descrição como em interpretação. A descrição, nesta perspectiva de análise, é uma etapa importante e necessária, mesmo que não se possa permanecer nela. As categorias construídas no processo da análise de algum modo envolvem tanto descrição como interpretação (MORAES; GALIAZZI, 2011. p. 143).

A Análise de Conteúdo responde a questionamentos sobre “o que expressa um texto?” e/ou “o que o texto diz”, o desígnio é decodificar, compreender e usar inferências para chegar a uma abstração da teorização sobre as informações contidas no texto analisado. Estas inferências buscam ilustrar os motivos da mensagem ou possíveis consequências que a ela pode provocar. Neste sentido, a análise de conteúdo valoriza tanto a descrição como a interpretação para compreensão dentro do fenômeno estudado no projeto de pesquisa. “A técnica de análise de conteúdo refere-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, quanto dos manifestos” (CAMPOS, 2004, p. 612).

Segundo Caregnato; Mutti (2006), a técnica de Análise de Conteúdo é estruturada em 3 categorias, que são: pré-análise; exploração do material; e a análise dos resultados e interpretações:

AC compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. A mencionada autora descreve a primeira etapa como a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns. Portanto, a codificação e a categorização fazem parte da AC (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.683).

A Análise de Conteúdo produz inferência, assim não apenas lança hipóteses acerca de determinado dado, mas as embasa de forma crítica, vinculando-as a uma fundamentação teórica para abordagem do objeto de pesquisa estudado e obtém assim a compreensão com base sólida e conclusões com rigor científico, ou seja, dedução explícita de análise contextual com filiação teórica:

É importante salientar que muitos trabalhos em AC também adotam teorias externas ou escolhidas *a priori* para examinar os fenômenos que estudam. Estas teorias, quando assim assumidas, podem tanto servir como fundamentos para ampliar a compreensão, como para concretização de crítica. Isto representa uma incursão da AC nos domínios da crítica, ainda que esta não seja seu foco principal. O mesmo certamente poderia ser afirmado, no sentido inverso, em relação a algumas abordagens de AD (MORAES; GALIAZZI, 2011. p. 146).

Por conseguinte, a análise de conteúdo apresenta-se enquanto método de coleta e tratamento do dado, ou seja, avaliação do conteúdo (respostas das entrevistas) a partir da leitura do objeto estudado, tentando compreender de forma global as categorias e inferências recorrentes do tema, as ideias fundamentais e seus significados gerais do conteúdo em comunicação e textos, sempre justificada por uma teoria.

Assim, Santos (2012) diz:

[...] apresenta os critérios de categorização, ou seja, escolha de categorias (classificação e agregação). Categorias, em geral, é uma forma de pensamento e reflete a realidade, de forma resumida, em determinados momentos (SANTOS, 2012, p. 386).

Nesse contexto, será realizada uma breve descrição da construção das etapas cumpridas pela pesquisadora durante o processo da pesquisa para a análise de conteúdo, a saber: inicialmente, o tema, o referencial teórico e o recorte espacial foram construídos por meio dos debates elaborados nas aulas da disciplina de Planejamento Urbano e Regional do curso de pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), da Universidade Federal do Norte do Tocantins - campus Universitário de Araguaína, que parametrizou a possibilidade de estudar a problematização do espaço urbano produzido e reproduzido de forma desigual pela cidade do capital e a precarização das áreas periféricas ao acesso a uma justiça social e o direito à cidade.

Assim sendo, a pesquisa tomou como referência a metodologia referenciada na perspectiva descritiva-exploratória de abordagem qualitativa com a técnica de entrevista pela observação participante e com utilização de roteiro semiestruturado da entrevista; associados à aplicação do método Bola de neve, a saturação e a análise de conteúdo com o uso do software webQDA para apreciação dos dados de amostragem. A respeito dos participantes da pesquisa, em um primeiro momento foram entrevistados os moradores do setor Presidente Lula por participarem ativamente da produção do espaço urbano a partir de um local de significativa vulnerabilidade; posteriormente, entrevistamos também alguns integrantes do poder público.

6 INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM A ANÁLISE DE CONTEÚDO

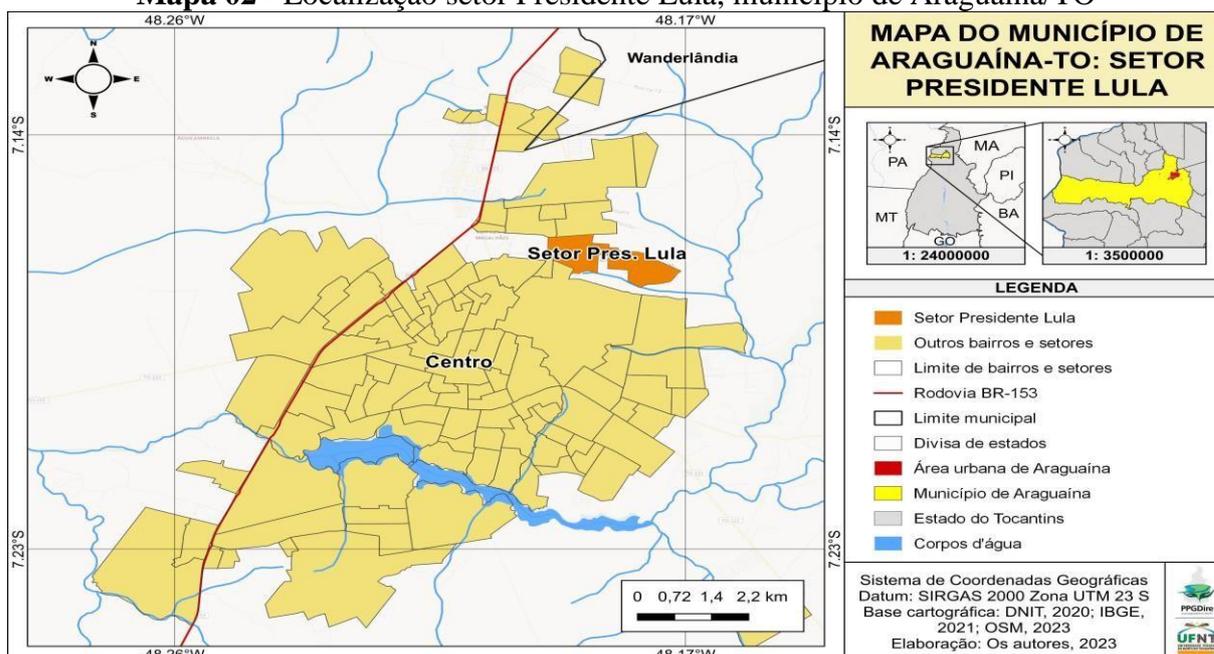
Para coleta de dados, assim como para discutir o referencial teórico pertinente, foram escolhidos dois moradores do setor Presidente Lula voluntariamente para participar do roteiro de entrevista individual que iniciou no 05 de junho 2023. A observação permitiu identificar a forma de comunicação verbal dos participantes. O setor Presidente Lula teve início em meados de 2007, com aproximadamente 50 famílias. No começo, quando o setor estreou intitulava-se de setor Santa Rita, mas devido há existência no município de um logradouro com a mesma denominação, viu-se a necessidade de votação dos moradores para alteração do nome que hoje é Presidente Lula em homenagem ao Presidente da República na época, que implementou no seu governo a universalização do acesso à energia elétrica para as famílias residentes no meio e que ainda não tinham acesso a este serviço público, possibilitando a chegada de energia e água na comunidade pelo programa federal “Luz para Todos” mesmo em área de invasão para o desenvolvimento e inclusão social dessa população. Hoje a ocupação tem aproximadamente 810 moradores e estima-se que no setor tenha 427 residências. Estes moradores vivem em áreas de ocupação precária que carecem de infraestrutura básica e serviços necessários para uma vida digna urbanizada.

Quadro 04- Dados da população do setor Presidente Lula de Araguaína/TO (ACE, 2023)

 POPULAÇÃO	2007	2023
População do setor Presidente Lula no último dado ACE	-	810 habitantes
Estimativas de imóveis do setor Presidente Lula, dado ACE (Inclui: casas, terrenos baldios, igrejas, comércio)	300 lotes	619 imóveis
Estimativas de moradias habitadas do setor Presidente Lula, dado ACE	-	427 residências
Estimativa de Famílias do setor Presidente Lula, dado ACE	50 famílias	350 famílias

Fonte: Elaboração própria a partir de dados ACE (Agentes de Combate às Endemias) de Araguaína/TO (2023).

Para uma melhor compreensão do recorte espacial desta pesquisa, o Mapa 02, a seguir, apresenta a localização do setor Presidente Lula no município de Araguaína/TO:

Mapa 02 - Localização setor Presidente Lula, município de Araguaína/TO

Fonte: da autora, 2023.

No que tange aos procedimentos de análise de dados, tomou-se como referência a análise de conteúdo (AC) qualitativa dos registros das sessões dialogadas e, posteriormente, serão agrupadas em um modelo misto de categorias. Abordagem da categorização na Análise de Conteúdo da pesquisa qualitativa obtido pelas entrevistas resultou na seguinte organização:

Quadro 05. Visualização das categorias e subcategorias propostas pela análise de conteúdo

Categoria de análise	Subcategorias
Araguaína, marketing da cidade e migrações enquanto condicionantes para ocupação acelerada	Busca de serviços e oportunidade de trabalho; Busca pela movimentação de capital; Fluxos migratórios extra e intraurbano; Qualidade de vida;
As contradições dentro da cidade e o crescimento de parte das cidades	Necessidade de infraestrutura pública básica, movimentação do comércio/consumo e lazer;
As contradições periféricas e suas subcategorias	População com baixa escolaridade; Moradias precárias; Ausência do poder público; Ausência de escolas, transporte público, postinhos de saúde, pavimentação pública;
A reprodução e/ou produção capitalista; Desenvolvimento do espaço urbano impulsionado pelo capitalismo; Segregação espacial e Hierarquização Social;	Dificuldade para o acesso ao centro urbano (Mobilidade urbana); Desconhecimento e/ou ausência de acessibilidade às obras públicas de lazer da cidade; Desvalorização de áreas periféricas e pouco interesse do poder público; Desigualdade social

Fonte: organizado pela autora.

6.1 Resultado da interpretação das entrevistas com moradores do setor Presidente Lula

Na primeira categoria Araguaína, marketing da cidade e migrações enquanto condicionantes para ocupação acelerada, foram observadas: busca de serviços e oportunidade de trabalho; busca pela movimentação de capital; fluxo migratório extra e intraurbano e qualidade de vida. Assim o entrevistado 1 diz ao ser questionado pela entrevistadora: “você vem de outra cidade ou outro bairro/setor?” Resposta: *“Vim do Maranhão mais meu esposo, e há 11 anos que moro no setor Presidente Lula [...] em busca de oportunidade de trabalho.* Nota-se a atratividade de Araguaína pela estratégica rede de logística intraestadual e interestadual extremamente importante para fluxo de redes de ligações entre as regiões que contribuiu para a instalação e consolidação da fronteira capitalista nas regiões e o processo migratório, onde as pessoas buscam oportunidades de trabalho e melhoria por condições de qualidade de vida (SANTOS, 2017). “Os fluxos migratórios para Araguaína combinam o clássico movimento rural-urbano e as migrações inter-regional e intrarregional” (ANTERO, 2016, p. 229).

Na segunda categoria as contradições dentro da cidade e o crescimento de parte das cidades, foram observados: necessidade de infraestrutura pública básica, movimentação do comércio/consumo e lazer. O capitalismo no processo de urbanização enseja contradições cotidianas dentro da cidade, por este ser produto da história e ao mesmo tempo resíduo. “A vida invadida pelo tempo produtivo permite instaurar o cotidiano como exigência da acumulação, aprofundando a desigualdade e colocando os indivíduos em relação pela mediação das mercadorias e das imagens” (CARLOS, 2019, p. 462). A acumulação peculiar do capitalismo cria um abismo entre as classes sociais “A cidade é lugar por excelência de reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2015, p. 22). A acumulação de capital dentro do espaço urbano possibilita uma centralização pela valorização de determinadas propriedades privadas ou bairros na cidade em prol de outras.

Na terceira categoria tem-se as contradições periféricas e suas subcategorias: população com baixa escolaridade; moradias precárias; ausência do poder público; ausência de escolas, transporte público, postos de saúde, pavimentação pública. Nota-se que a ausência do poder público contribui significativamente para a realidade da desigualdade urbana e subsequente ao surgimento de favelas (autoconstrução de moradia ilegal) em áreas ocupadas informalmente por trabalhadores de baixa renda ou populações que vivem em condições mais precarizadas, pessoas de baixa renda, precária escolaridade e a carência de serviços públicos básicos locais (MARICATO, 2015). A expulsão para vazios urbanos e o distanciamento da população pobre

dos centros é uma realidade na cidade e decorrem de uma sociedade patrimonialista. “Enquanto os planos das várias gestões municipais para o centro não deslancharam (leia-se: não interessaram ao mercado imobiliário), os serviços públicos declinaram (o acúmulo de lixo se tornou regra), num contexto já existente de imóveis vazios e moradia precária” (MARICATO, 2015, p. 59). A entrevistada 14 ao ser questionada: “há algo que você gostaria de falar a respeito do setor Presidente Lula e/ou cidade de Araguaína/TO, que não foi perguntado?” Inicialmente a entrevistada disse que não tinha nada para falar, após uns minutos em silêncio, falou: “*Não quero que tenha asfalto, porque senão os ricos vão vir pra cá e tomar nosso lugar, eu vou ter que ir morar mais longe*”.

Na quarta categoria classificamos como reprodução e/ou produção capitalista. Desenvolvimento do espaço urbano impulsionado pelo capitalismo; segregação espacial e hierarquização social, assim foram observadas as subcategorias: dificuldade para o acesso ao centro urbano (mobilidade urbana); desconhecimento e/ou ausência de acessibilidade às obras públicas de lazer da cidade; desvalorização de áreas periféricas e pouco interesse do poder público e desigualdade social. Nesta categoria, buscou-se identificar o impacto que a reprodução do capital exerce sobre a cidade, que acarreta no processo de desigualdade urbana, pois, dentro da cidade nos deparamos com contradições de um local para outro nos espaços de habitação, na sua infraestrutura e serviços urbanos, que causam a exclusão e/ou segregação social de parte da população. Os entrevistados 14, 15, 17, 21, 24, 27, 29 e 30 ao serem questionados: “O que chamou sua atenção para escolher o setor Presidente Lula para sua moradia?”; responderam que: “*Foi o local mais acessível para comprar a moradia em Araguaína*”, “*oportunidade de lote mais em conta*”, “*facilidade para comprar moradia própria*”, “*acessível o setor para adquirir casa própria*”, “*moradia mais barata*”, “*valor do terreno*”, “*falta de opção*” e “*oportunidade de ter uma casa*”.

As entrevistadas 02 e 12 ao serem questionadas “você conhece as obras públicas de lazer ou pontos turísticos da cidade de Araguaína/TO (ex. Parque Cimba, Via Lago...), nos respondeu o seguinte: “*Nunca fui*” e “*Conheço! Mas não frequenta, por causa da distância e dificuldade de locomoção para o acesso*”. Nesse contexto, ressalta que se vive em uma sociedade desigual onde as regalias são para poucos, o capital interfere para atender o interesse da classe dominante, afastando a cidade das periferias.

6.1.2 Resultado da interpretação das entrevistas com os agentes públicos municipal de Araguaína/TO

Nesta sessão, foi observado os discursos do poder público municipal de Araguaína/TO, com olhar para o referencial teórico pertinente, foram escolhidos agentes públicos do departamento da Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação; Secretaria Municipal do Planejamento e do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), realizadas no dia 29 de novembro de 2023, todos voluntariamente para participar do roteiro de entrevista individual. A observação permitiu identificar a forma de comunicação verbal dos participantes.

Preliminarmente, é importante relatar que dos três agentes públicos entrevistados, apenas um conhece de fato o setor Presidente Lula. Quando a entrevistadora, interroga: “O que você acha da ocupação Presidente Lula? Tem conhecimento? Já foi lá?”. O entrevistado 37. diz: *“Tenho conhecimento, mas não tenho opinião a respeito. Nunca estive lá, então não possotecer comentários.”* Semelhantemente, o entrevistado 38, diz: *“Lá em campo não, só por imagem (inint), serviços públicos, pois é, eu não sei isso, se tem, porque a coleta de lixo, iluminação, água é o pessoal da infraestrutura. E como eu não fui lá, eu não sei falar o que que tem lá, mas por ser irregular não é para ter muita coisa não!”*.

Percepções das primeiras categorias e subcategorias propostas pela análise de conteúdo nos diálogos dos agentes, na análise sobre: Araguaína, marketing da cidade e migrações enquanto condicionantes para ocupação acelerada, foi encontrada nas interlocuções a subcategoria de “Qualidade de vida”. Quando a entrevistadora questiona “O que você acha da cidade de Araguaína/TO?”; as respostas são: do entrevistado 37: *“Já foi horrível. Mas de 13 anos pra cá a cidade mudou. Qualidade de vida significativamente melhorável, em todos os aspectos ((ruídos)), infraestrutura, oferecimento de serviços públicos para a população, esgoto ((vozes)), qualidade de asfalto, empreendimentos habitacionais, de 2014 pra cá a cidade recebeu mais de 6 mil unidades habitacionais: Costa Esmeralda, setor Construindo Sonho, Vila Azul, Lago Azul 1, 3 e 4. Mais de 6 mil unidades habitacionais que foram distribuídas nesses setores. Praticamente uma nova cidade, não sei quantas mil famílias aí e com isso vema infraestrutura que é necessária para dar suporte as pessoas e famílias, isso alterou a qualidade de vida da cidade de Araguaína como um todo.”* O entrevistado 39 diz: *“Ao meu ver, nos meus 42 anos de Araguaína, a cidade de Araguaína é uma cidade que tem crescido bastante, ela tem se desenvolvido bastante em todos... (pausa) infraestrutura, educação, saúde, então assim, tem tido um avanço muito significativo, desde 2012 pra cá Araguaína ela veio sedesenvolvendo de uma tal forma ((vozes)), então hoje Araguaína de 15 anos atrás tá muito*

diferente, em todos os aspectos. E você vê que na sala de aula hoje tá climatizado, o número de alunos na escola. [...] há evolução foi muito grande em todos os aspectos, tanto é que mesmo para nós que somos a segunda cidade maior do Tocantins, teve assim na área que a gente trabalha: a dengue, a gente tem feito um trabalho de uma certa forma que para ser a segunda cidade já houve muitas vezes morte por dengue em outros municípios: Palmas, Porto Nacional, Paraíso, e nós conseguimos manter aqui graça a Deus. E uma cidade que corta BR, e a dengue é assim as pessoas que vem de outro Estado tem o período de incubação de até 15 dias, então o risco é muito grande, [...] a gente tem feito um trabalho de bloqueio de transmissão, bloqueio de mutirão, então a gente estamos sempre vigilantes. Hoje a gente tem uma equipe excelente, sempre trabalhando e conseguindo bater as metas. [...] ((vozes)) É um desenvolvimento muito grande da equipe, gestão, do trabalho e a gente não trabalha sozinho, tem vários setores que contribuem quanto ao transporte, secretário, prefeito, e é um conjunto para que chegue a um denominador comum. [...] ((ruídos)) vejo a evolução de Araguaína muito grande, mas porque temos gestores preocupados com a população, estão focados, trabalho sério, enfim, muitas obras, muitas melhorias para a cidade. ((ruídos)) ((vozes)) [...] quando estava na gestão do ex-prefeito Ronaldo Dimas, ele desenvolveu o projeto “Cidade limpa” que tirou vários, e vários caminhões de lixo e entulho da cidade, até mesmo os índices de calazar que era muito altíssimo caiu lá pra baixo, dengue melhorou, já foi melhorando neste aspecto, porque o manejo ambiental ajuda muito para a saúde. Dali eu comecei a ver a grande mudança e grandes transformações. [...]”. Identifica-se a forte presença nas falas dos agentes municipais do marketing: Araguaína, a cidade que não para; sempre trazendo a reminiscência da evolução e o desenvolvimento que a cidade passou nos últimos anos.

Na segunda categoria das contradições dentro da cidade e o crescimento de parte das cidades e a subcategoria: Necessidade de infraestrutura pública básica, movimentação do comércio/consumo e lazer. A entrevistadora pergunta: “Enquanto atuante na área de habitação como formularia proposta para resolver o problema da falta/precariedade de moradia das famílias no setor Presidente Lula?”, resposta do entrevistado 39: “((vozes)) ali assim, o que eu vejo é aquela questão muitas vezes de ter uma escola para aquele pessoal e postinho de saúde, porque o mais próximo é um pouco distante ali. Que tem os outros postinhos nas redondezas, mas eu acho ali seria um ponto. ((ruídos)) [...] então assim, uma escola que as pessoas vão, e não precisar sair dali do bairro deles para estudar em outro, então assim sempre ((ruídos)) hoje a gente tem ali a via norte que passa ali muito próximo, e é um risco muito grande pelo tráfego de pessoas, levar o menino na escola e tudo mais, e outros que não tem aquela condição não tem um transporte, então tipo assim, eu vejo esse sofrimento eu acho que teria que ter uma

escola. É o básico de tudo, postinho, uma escola, já daria ajuda boa aquela população. ((ruídos)) [...] se tivesse uma escola já facilitava a vida significativamente.”

Já na terceira categoria: as contradições periféricas e suas subcategorias sobre a população com baixa escolaridade; moradias precárias; ausência do poder público; ausência de escolas, transporte público, postos de saúde e pavimentação pública. Foi possível perceber o olhar dos agentes públicos quanto às questões judiciais em disputa: Quais são as políticas públicas voltadas para o setor (a ocupação) Presidente Lula? E quais as questões dos problemas da inadequação fundiária (terrenos irregulares) no local. Vejamos o que diz o entrevistado 37: *“Como eu falei, ééé... como se trata de uma invasão de terreno particular, o município a priori não pode se manifestar, intrometer, imiscuir nesta situação, porque já que existe e o que tenho conhecimento é que existe uma demanda judicial e o proprietário requereu a posse do imóvel, e então nesse tipo de situação só pode atuar ante a situação e citação do poder judiciário. ((vozes)) para que tenha o quantitativo de famílias, número de famílias em vulnerabilidade que geralmente é quase totalidade. Nesse tipo de situação em que o Presidente Lula é foco do questionário aqui, e só se da ação do poder público com a solicitação, não quer dizer que o poder público não possa antecipar, mas por política de separação de poderes o poder judiciário já foi acionado, então o poder público municipal que é o poder executivo, não vai atuar ante a manifestação do judiciário”.*

Do mesmo modo, é possível perceber o entendimento acerca da questão judicial pelos agentes públicos ao serem questionados pela entrevistadora: há fiscalização, controle e incentivos do poder público para melhoria da qualidade de vida e moradia na ocupação Presidente Lula? Se sim, desde quando e quais? Pronuncia o entrevistado 38: *“((vozes)) é porque é assim, o Presidente Lula é uma questão a parte. Porque lá não é uma área regularizada, quando não é uma área regularizada o que acontece: o poder público, ele não pode sair querendo oferecer ((vozes)) infraestrutura ou infraestrutura básica para aquela região, sabe. Porque isso pode acarretar problema pro município, mesmo fazendo uma coisa assim boa para aquela população ((vozes)), mas perante a lei ele não pode ((vozes)) ir lá e oferecer infraestrutura básica: iluminação, água, coleta de lixo, rede de esgoto justamente porque não é regularizada. Então, a partir do momento que lá tiver um projeto de regularização aí sim o poder público vai oferecer tanto a melhoria, quanto o incentivo, então por enquanto, de meu conhecimento não tem, justamente por isso, por ser uma área de invasão.”*

Na quarta categoria: a reprodução e/ou produção capitalista; o desenvolvimento do espaço urbano impulsionado pelo capitalismo; a segregação espacial e hierarquização social.

Compreendem a subcategoria de desigualdade social. Nos diálogos das entrevistas dos agentes públicos, o entrevistado 39 diz: *“Lá nós agentes começamos a ir visitando, primeiro vai fazer o mapa de cada quarteirão. A gente faz a orientação quanto aos cuidados, então assim o dia a dia a gente tem que pegar a quantidade da população, muitas vezes se deparar com situação de pessoas que precisa da assistência, uma família passando necessidade, a gente liga para assistente social, eles vão lá dão esse apoio. Mas muitas vezes nos deparamos com pessoas que não sabem nem correr atrás, por onde começar e ir atrás totalmente vulnerável a situações, sofrendo. [...] Faz esse trabalho de casa em casa, e vemos situações de pessoas muitas vezes precisando de cestas básicas, um talão de água e energia para pagar e nós tem ajudado também, então é assim é um trabalho em conjunto para dar suporte àquela população, e a gente a operação em campus somos os primeiros a começar caminhar com eles, orientar, e depois vem os agentes comunitários, que tem setor que tem e outros não têm, porque esses setores quando crescem desordenadamente acontece uma série de situações: falta creches, postinhos, escolas, o poder público aos poucos vai chegando nesse lugares. ((ruídos)) tem que ter uma legalidade, porque fala invasão fica impossibilitado de muitas situações, de receber benefícios e alguma coisa. [...]”*. Nesse contexto, observou-se a questão da desvalorização das áreas periféricas, mais particularmente em razão da disputa judicial em andamento, bem como a presença da desigualdade social que a população do setor Presidente Lula está exposta diariamente, por estarem em situação de vulnerabilidade, e embora haja atuação dos agentes em campo, ainda sim nota-se uma incisiva dificuldade jurídica para o poder público de fato promover melhorias na qualidade de vida dos moradores do setor Presidente Lula. Entrevistadora: Quais são as políticas públicas voltadas para o setor (a ocupação) Presidente Lula? E quais as questões dos problemas da inadequação fundiária (terrenos irregulares) no local?; o entrevistado 38 diz: *“Essa também é uma questão, que eu já falei anteriormente que por ser irregular acaba prejudicando as políticas públicas”*, e em outro momento fala: *“E uma ocupação irregular, só que lá, tem uma associação ((vozes)), mas o Presidente Lula é em cima de uma matrícula, eles tem associação ((vozes)), para o poder público é uma ocupação irregular, então lá é ocupação irregular, mesmo tendo uma matrícula e associação.”* Por outro lado, o Poder público municipal é titular legítimo das obrigações e ações voltadas para áreas específicas, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, transporte, cultura, habitação, entre outras que desenvolvem, para atender às necessidades da população local, ainda que seja em ocupações irregulares e precárias.

É competência da prefeitura e responsabilidade dos agentes públicos a regularização fundiária urbana:

Daí a relevância da atuação dos municípios que, por imposição constitucional, têm o dever de estabelecer uma política de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (CF/88, artigo 182) e promover o adequado ordenamento do seu território, mediante o planejamento e o controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (CF/88, artigo 30, VIII). Aliás, a teor do artigo 23, incisos IX e X, da Constituição, é da competência do município o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas para "promover programas de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico e combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos" (SALIBA; SANTOS FILHO, 2023).

Deste modo, percebe-se a contradição entre os limites jurídicos impostos ao poder público municipal, bem como a morosidade característica dos trâmites de tal natureza e as prerrogativas constitucionais para a atuação em cenários como o que estamos problematizando no presente trabalho.

6.2 Percepções acerca das primeiras entrevistas

No dia 05 de junho de 2023, iniciei o procedimento de entrevistas no setor Presidente Lula localizado próximo ao bairro Araguaína Sul e JK, na parte nordeste da cidade de Araguaína/TO. Aferiu-se as seguintes dificuldades preliminarmente: a primeira questão verificada é o difícil acesso ao setor Presidente Lula, pois embora seja um local que não é tão afastado do centro da cidade, seu acesso se torna árduo pela ausência de terraplanagem. As duas entradas de acesso ao setor são compostas por estradas sem infraestrutura e pavimentação asfáltica, sendo composta por solo argiloso e arenoso, e cortadas pelo córrego Muricizal, sem presença de ponte.

Figura 02 – Entrada do Setor Presidente Lula



Fonte: Macêdo, março 2022.



Fonte: Macêdo, março 2022.

A segunda questão notada pela pesquisadora foi a ausência de pavimentação asfáltica em todo bairro e a inexistência da rede de esgoto, além da precária iluminação pública. O setor Presidente Lula se divide em dois níveis de grupos habitacionais: os moradores do início da ocupação “parte baixa” têm energia elétrica e água com um abastecimento mais constante, já a coleta de lixo só é feita na rua ingás (rua principal do setor); e os moradores mais afastados dessa centralidade no próprio setor encontram-se em residências que sofrem com a precariedade e/ou ausência do abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, são os chamados moradores da “parte alta”.

No momento das entrevistas, houve recusas na gravação do áudio da entrevista pela maioria dos participantes, momento esse que foi usado o método alternativo de preenchimento do formulário manuscrito feito pela entrevistadora com o consentimento do entrevistado. Percebeu-se também um sutil desconforto dos entrevistados ao nos referirmos no roteiro de entrevista ao local onde residem com a nomenclatura “ocupação Presidente Lula”. Sendo assim, reconhecemos a necessidade de adaptação do roteiro das entrevistas para melhor comodidade, bem-estar e conveniência, para a facilidade na dialética dos entrevistados com o entrevistador.

Utilizaremos ao transcrever todo o trabalho a referência do recorte espacial pela nomenclatura utilizada pelos moradores, vale dizer, “setor Presidente Lula”, visto que, embora não seja ainda um espaço urbano regularizado de forma fundiária e legalizado pelo poder público, seus membros participam ativamente da produção do espaço urbano, a partir de um local de significativa vulnerabilidade e suas lutas pela posse de apropriação local, para construção de suas moradias de forma legitimamente validada pelo poder público. Assim, a pesquisadora utilizará da apropriação do nome utilizado por esses “atores-chaves” do “setor Presidente Lula”.

É válido mencionar, o fato de que a pesquisadora no momento da entrevista se deparou com a insegurança dos entrevistados, demonstrada pelo receio de participar das entrevistas. Percebe-se certa indisponibilidade dos participantes em quererem participar da entrevista por medo, desconforto e insegurança; também foi observado a falta de compreensão e o entendimento na interpretação textual do questionário utilizado, dificultando suas formulações de respostas sendo muitas vezes vagas, vazias, confusas e inseguras por oscilações. Assim, verifica-se a necessidade de mudança e/ou alteração do texto das perguntas nas questões 9, 10, 11, 12, 17, 18 e 19 para facilitar a didática da compreensão do roteiro de entrevista, uma vez que o setor Presidente Lula é composto por uma parcela significativa da população com baixa escolaridade.

Em razão dos apontamentos acima, foram definidas as seguintes alterações nos procedimentos de entrevista:

Quadro 06. Alterações das questões da entrevista (ROTEIRO DE ENTREVISTA)

Espelho das questões alteradas do roteiro de entrevista	
Questões inicialmente propostas no roteiro de entrevista:	Questões com nova redação após o pré-teste do roteiro de entrevista:
9. Como você ficou sabendo do setor Presidente Lula?	9. O que chamou sua atenção para escolher o setor Presidente Lula para sua moradia?
10. Você participa de alguma organização ou movimento social que lutam por moradia no Brasil, exemplo: Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Movimento pelo Direito à Moradia (MDM), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e outros. Se sim, qual?	10. Você participa de algum grupo de pessoas que luta por direito à moradia em favor de melhorias ao setor Presidente Lula ou em outra localidade. Se sim, qual é esse movimento, é autônomo?
11. Você está cadastrado (individual ou coletivamente) em algum programa do governo de habitação, exemplo: Programa Casa Verde e Amarela; Minha Casa, Minha Vida; Programa Brasileiro da qualidade e produtividade do Habitat; Sistema nacional de habitação de interesse social; programa moradia digna; habitação popular ou outro? Se sim, qual?	11. Você já se inscreveu (individual ou algum membro da sua família) em algum programa/projetos habitacionais do governo, como Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Se sim, qual e como ficou sabendo?
12. Saberá informar se você ou seu bairro tem visita técnica ou atendimento do Poder público como mediador ou conciliador e arbitragem para o acesso ao direito à moradia?	12. Saberá informar se no seu bairro tem fiscalização, controle e incentivos do Poder público para melhoria da qualidade de moradia? Se sim, como é feita e com que frequência?
13. Como você vê a cidade de Araguaína/TO?	13. O que você acha da cidade de Araguaína/TO?

17. Atualmente a sua residência e construída com quais materiais?	17. Atualmente a sua residência/moradia tem quantos cômodos, quais são?
Não existia previamente.	18. Sua casa é murada?
18. Como você vê seu futuro na cidade de Araguaína?	19. Como você imagina seu futuro na cidade de Araguaína/TO?
20. Há algo que você gostaria de falar a respeito desse tema e que não foi perguntado?	20. Há algo que você gostaria de falar a respeito do setor Presidente Lula e/ou cidade de Araguaína/TO, que não foi perguntado?
Não existia previamente.	21. Com que frequência você vai ao centro da cidade de Araguaína/TO?

Fonte: organizado pela autora, 2023.

6.3 Percepções acerca das entrevistas

Para melhor compreensão da percepção dos moradores do setor Presidente Lula, as entrevistas foram realizadas em momentos diferentes, compreendendo um quantitativo de 39 entrevistas ao todo, sendo divididas em 05 etapas, a saber: no dia 05 de junho 2023 foi realizada 02 (duas) entrevistas pré-teste; no dia 28 de julho de 2023 foram realizadas 5 (cinco) entrevistas; no dia 28 de outubro de 2023 houve a participação de 6 (seis) entrevistados; no dia 11 de novembro de 2023, foram realizadas 23 (vinte e três) entrevistas no setor Presidente Lula; e por fim, no dia 29 de novembro de 2023 foram entrevistados 03 (três) agentes do poder executivo municipal. Em 98% dos entrevistados foram enfatizadas a resistência, desconforto, insegurança, receio para a participação na entrevista e a negação ao método de gravação em áudio das entrevistas, por receio acerca de sua respectiva utilização.

A grande parte da população é composta por faixas etárias de adultos em meia idade, entre 45 e 59 anos. Trabalhadores com baixa renda que fazem o deslocamento todos os dias para o centro da cidade, em busca de capital para o sustento da família; em busca de serviços e oportunidade de trabalho; em busca pela movimentação de capital; fluxo migratório extra e intraurbano e qualidade de vida. E que pouco usufrui das áreas de lazer da cidade de Araguaína. É certo que uma parte significativa desta população não conhece referidas áreas.

É importante mencionar que foram observadas também a repetição dos discursos dos moradores. Nota-se que a principal justificativa para escolherem o setor Presidente Lula como moradia, foi a questão financeira, por ser uma área urbana mais barata na cidade de Araguaína/TO; a ausência de segurança pública no setor: que causa insegurança e o grande desconforto aos moradores; moradias precárias e sem abastecimento regular de água e energia elétrica, que piora para alguns moradores – pois dentro do setor existe uma divisão: na “Parte

Quadro 07. Software webQDA: Origem dos habitantes do setor Presidente Lula:

	Araguaína, marketing da cidade e migrações enquanto condicionantes para ocupação acelerada	Migrações enquanto condicionantes para ocupação acelerada	Araguaína: condicionantes para ocupação acelerada
MARANHÃO	6	8	2
TOCANTINS	7	7	10
GOIÁS	1	1	0
Piauí	1	1	1
Pará	7	6	0
Ceará	2	2	0

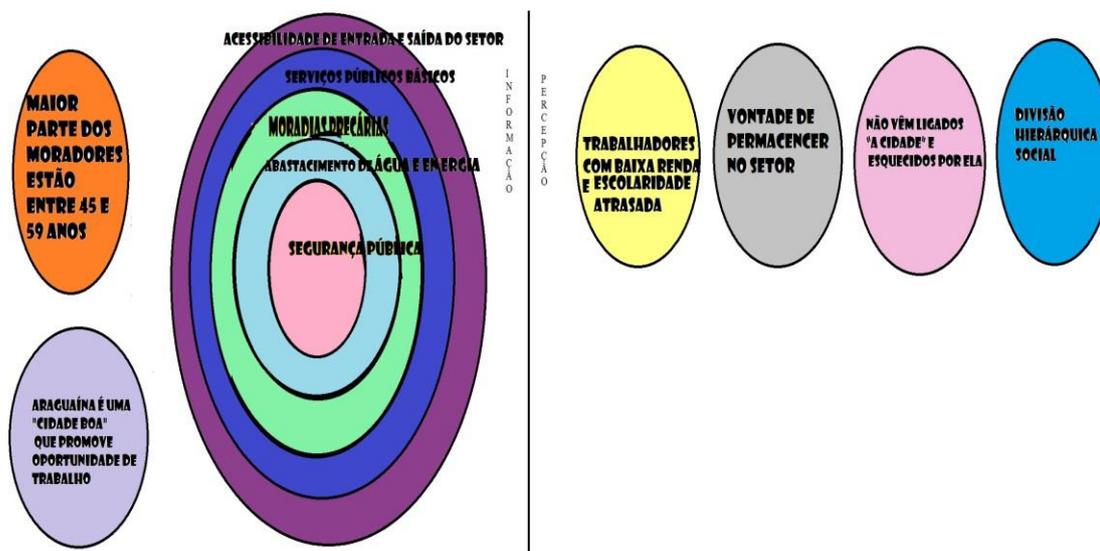
Fonte: organizado pela autora, 2023

A Araguaína, marketing da cidade e migrações enquanto condicionantes para ocupação acelerada e os fluxos migratórios extra e intraurbano, compreendemos a partir da figura 04 que há um maior fluxo de moradores vindos do Maranhão, atraídos pelo marketing da cidade, pela busca de serviços, oportunidade de trabalho e a movimentação de capital.

Nas entrevistas realizadas com o poder público no dia 29 de novembro de 2023, foi compreendido pela autora as dificuldades de atuação em razão das disputas judiciais em andamento. Isto, mesmo diante da obrigatoriedade legal de atuação efetiva do município, que deve contribuir para efetivação de uma cidade legal e urbanizada, que vise ao bem-estar da coletividade, sendo de grande valia para combater a exclusão social e assegurar dignidade às pessoas.

Entretanto, pelo que foi observado, ao município se apresentam significativas amarras jurídicas que resultam em situações de impedimento de atuação. Deve-se dizer que, mesmo diante de tais imbrólios equipes do poder público municipal atuam na tentativa de mitigar os efeitos da situação de grande vulnerabilidade vivenciada pelos moradores do setor.

Figura 04- Percepções acerca das entrevistas



Fonte: organizado pela autora, 2023

Essa imagem foi elaborada pela autora, ao observar uma constância de dados recorrentes nas respostas das entrevistas realizadas aos moradores do setor Presidente Lula, que ressoa significativamente para a compreensão da temática ora estudada, a saber: do lado esquerdo da imagem traz as informações recorrentes alegadas nas entrevistas pelos moradores do setor Presidente Lula, seus principais anseios de forma subsequente são: por acessibilidade de entrada e saída do setor; serviços públicos básicos; moradia precária; abastecimentos de água e energia e segurança pública; bem como alto índice de moradores com idade entre 45 e 59 anos. E, embora tenha contradições na questão da qualidade de vida para esses moradores, ainda assim acham Araguaína uma “cidade boa” que promove oportunidade de trabalho.

Do lado direito, a imagem traz a percepção, os reflexos e as interpretações da pesquisadora com as entrevistas. Primeiro observou-se uma grande quantidade de trabalhadores com baixa renda e escolaridade atrasada; ênfase nas falas dos moradores da vontade de permanecer no setor; os moradores não se vêm ligados “a cidade” e esquecidos por ela; a questão da divisão hierárquica social diante da cidade de Araguaína e dentro do setor Presidente Lula.

7 PROPOSITIVO

Em virtude de a função social da cidade e da propriedade ser fundamento constitucional que unifica o direito à propriedade dos imóveis urbanos na legislação brasileira, e justificam os princípios basilares do Estado democrático de direito, implicitamente previsto na Constituição Federal, a sua observância é cogente: Princípio da Supremacia do Interesse Público e Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público. Um se refere ao poder e o outro ao dever da Administração Pública. Ou seja, o primeiro se baseia no interesse público, isto é, da coletividade, pois é mais importante que os interesses privados. Tal princípio, juntamente com o princípio da indisponibilidade do interesse público, refletem a base do direito administrativo, pautando todas as condutas da Administração Pública, que sempre agirá sob a ótica desses postulados norteadores.

Já o princípio da indisponibilidade inerente aos bens e serviços públicos pertencem à coletividade e não à Administração Pública (ou a seus agentes), dado que apenas atuam em prol da sociedade. A Administração Pública não é a titular do interesse público, sendo na verdade a guardiã dele, não podendo, desse modo, renunciar injustificadamente ao respectivo interesse, de modo a onerar a coletividade.

Também, a função social é o objetivo central da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município de Araguaína/TO, como preleciona o artigo 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº 051, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017:

Art. 3º O objetivo central da política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município de Araguaína é ordenar o pleno atendimento das funções sociais da propriedade e da cidade, além da consolidação de sua funcionalidade como centralidade no contexto regional, impulsionada pelas dinâmicas comerciais, de prestação de serviços e político-institucionais. (LEI COMPLEMENTAR Nº 051, DE 02 DE OUTUBRO DE 2017)

A importância do direito, à função social da propriedade urbana, reflete nas cidades em áreas de urbanização precária, pelo alto valor da terra urbana que causa reprodução e/ou produção capitalista, segregação espacial e hierarquização social pela desvalorização das áreas periféricas e pouco assistidas pelo interesse público. Neste cenário, a população pobre é a mais abandonada por condições precárias de habitação, à margem da legislação urbanística e

constantemente ameaçada pela insegurança jurídica da posse, uma vez que o direito de acesso à terra e à moradia é subjugado em nome do direito individual à propriedade.¹⁰

A urbanização capitalista é marcada pela confrontação de duas lógicas: a lógica do valor de uso e a lógica do valor de troca. A primeira lógica corresponde à cidade que vivenciamos no nosso cotidiano, a cidade do trabalho, do lazer, da moradia, da cultura. Já a segunda lógica se refere à cidade negócio, do lucro, dos espaços vendidos e comprados, do consumo dos produtos. Nessa confrontação, a cidade do cotidiano acaba sendo submetida à cidade negócio, ou seja, o interesse público é colocado em segundo plano em prol dos interesses econômicos. (BRASIL. Ministério das Cidades, 2019, p.01)

Assim, o direito da função social da propriedade impõe obrigações ao proprietário em relação à utilização do imóvel. Impelida pela legislação urbanística (Estatuto da Cidade que elabora e revisa o Plano Diretor da cidade), a função social abrange também o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer e a garantia de que a população possa viver o pleno uso dos bens e serviços da cidade.¹¹

Por outro lado, é dever do município a regularização fundiária urbana das ocupações, nos termos do que é prevista na Lei nº 13.465/2017, cujo objetivo a ser observado pelos poderes públicos de todas as esferas é garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas (artigo 10, VII e VIII). O texto de lei se apresenta como um instrumento urbanístico, social, ambiental e econômico de grande importância, como também preleciona a nossa Carta Maior, dispondo sobre normas de direito urbanístico, vale dizer, a execução da política urbana (art. 182, caput, CF).

Assim, o município deve se atentar para a garantia do direito ao saneamento ambiental e à infraestrutura urbana:

A Constituição Federal impõe aos entes federados – e, portanto, ao município – o dever de “conservar o patrimônio Público” (art. 23, I, CF); “proteger o meio ambiente” (art. 23, IV, CF) – sem distinção da espécie: artificial ou natural –, “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida” (art. 225, caput, CF), e de “promover [...] a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (art. 23, IX, CF) (CASTRO, 2029, p. 117)

¹⁰ BRASIL. Ministério das Cidades. **A 6ª Conferência distrital das cidades**. Brasília. DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.6conferenciadistritalcidades.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/TextoTemaLema.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023

¹¹ BRASIL. Ministério das Cidades. **A 6ª Conferência distrital das cidades**. Brasília. DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.6conferenciadistritalcidades.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/TextoTemaLema.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023

Também prediz o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01¹²):

Art. 2º – *A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*

I – *garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; [...]*

VI – *ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; [...]*

c) *o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; [...]*

f) *a deterioração das áreas urbanizadas;*

g) *a poluição e a degradação ambiental;*

h) *a exposição da população a riscos de desastres.*

Em suma, uma vez que a regularização fundiária municipal não compreende apenas a regularização da titularização das moradias, é necessário entender o processo de maneira mais ampla, atrelado a melhoria da gestão pública e a qualidade de vida da população, sobretudo, criando meios para erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, dando condições de vida digna às pessoas que vivem em precariedade. É preciso criar condições para que os agentes e servidores públicos cumpram o seu papel, especialmente equacionando a questão judiciária que se apresenta como um entrave em muitas das questões sociais no Brasil, sob pena de estes mesmos agentes públicos serem responsabilizados por improbidade administrativa.¹³

Diante disso, apresento a perspectiva propositiva para uma análise e/ou revisão do Plano Diretor do município de Araguaína/TO com base no Marco Legal 30 (17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS), vejamos:

¹² BRASIL. **ESTATUTO DA CIDADE: LEI nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. DF: Presidente da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 30 nov. 2023

¹³ SALIBA, Alexandre Berzosa; SANTOS FILHO, Roberto Lemos dos. **Direito à moradia: ocupações irregulares e responsabilidade dos agentes públicos**. São Paulo: Consultor Jurídico (ConJur), 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-27/opiniao-ocupacoes-irregulares-responsabilidade-agentes/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Figura 05. Descrição da ONU sobre o objetivo principal de cada ODS



Fonte: IDIS, 2023.

De acordo com a descrição do Plano Diretor do município de Araguaína de 2017, há uma contrariedade em relação ao que é vivenciado pelos moradores do setor Presidente Lula, na parte em que diz que o Poder Executivo, com a colaboração da sociedade, buscará eliminar os vazios urbanos e as áreas abandonadas para a melhoria da qualidade de vida da população local em prol do desenvolvimento municipal. E são adotados no artigo 6º temas prioritários, assim destaco: estruturação do espaço urbano; acesso à moradia; aos equipamentos urbanos; ao transporte urbano; à saúde; à educação; à segurança pública; à cultura; ao esporte; e ao lazer.

Assim, a compreender, a seção III – da Estruturação do Espaço Urbano estabelece que a organização do espaço urbano será efetivada por meio do fortalecimento da área central e dos subcentros; as áreas urbanas terão boas condições de acessibilidade e que tragam uma melhoria da mobilidade urbana entre os diversos bairros da cidade; a regularização fundiária e edilícia *nas hipóteses de interesse público*; a qualificação dos espaços públicos: para a melhoria da acessibilidade com a implantação de pavimentação e calçadas. Na seção IV – do Acesso à Moradia; aos Equipamentos Urbanos (com política habitacional eficientes); e ao Transporte Urbano: eficiente, acessível e de qualidade. E na seção V – garantia do direito à saúde; à educação; e à segurança pública de qualidade, bem como o favorecimento do acesso à cultura, esporte e lazer: *distribuídos por bairros*. (Nosso grifo)

Advertem tanto o Plano Diretor do Município de Araguaína, o Estatuto da Cidade e o Marco legal 30 para diretrizes de garantia do direito a uma cidade sustentável, possibilitando a população o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana,

equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população, promoção de trabalho, lazer e uma gestão democrática.

O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade proporciona o bem-estar da população que incide efetivamente em melhorias na qualidade de vida dos moradores locais e daqueles que dela se utilizam, além de contribuir significativamente para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e reduzir as desigualdades.

Embora as políticas habitacionais tragam normas que deveriam ser eficientes e universais, os moradores do setor Presidente Lula não estão sendo agraciados por aquelas. Lá identificamos a precariedade de infraestrutura pública e de serviços públicos básicos. Atraso na educação; moradias precárias, vale dizer, com poucos cômodos onde habitam mais de três moradores além de pouca salubridade; bem como ausência de banheiros de uso exclusivo e inadequação fundiária. Estas são algumas realidades do setor objeto deste trabalho, e em áreas periféricas.

Posto isto, aos moradores que foram aplicados o roteiro de entrevista, foi possível observar as condições gerais e características das moradias, além de um perfil dos moradores, apontaremos as deficiências mais arguidas pelos residentes do setor Presidente Lula:

1. Ausência de regularização fundiária urbana;
2. Carência de mobilidade urbana e transporte público;
3. Falha/falta de pavimentação pública e acessibilidade precária no setor;
4. Omissão no conjunto de serviços públicos básicos, como água, luz, transporte público em geral, rede de esgoto, coleta de lixo, segurança pública;
5. Ausência de escola, postos de saúde no setor, áreas comunitárias de lazer;
6. Falta de supermercado, farmácias, gás no setor.

Embora sejam invasões e/ou ocupações irregulares, de acordo com os agentes do poder público – em razão de disputas jurídicas – diversos são os impactos negativos, tais como: a falta de infraestrutura básica como água, energia e esgoto, a insegurança habitacional e a precariedade das condições de vida.

É mister estabelecer que a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF/88) é um fundamento constitucional para todos, até mesmo àqueles que vivem em habitações precárias e sem as mínimas condições de segurança e higiene, pois exige prestações positivas do Estado para que se tornem legítima, absoluta e seja efetivamente exercida.

Para além disso, com a descentralização administrativa o município tem autonomia e recursos para atender às demandas locais, especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e infraestrutura urbana. A CF/88 também criou mecanismos de participação

popular na gestão pública, como os conselhos municipais, que possibilitam a participação direta da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, apresentamos a seguir nossas contribuições para possíveis medidas afirmativas de revisão ao plano diretor do município de Araguaína/TO, em prol dos moradores do setor Presidente Lula e outros assentamentos irregulares da sua circunscrição territorial:

- Campanhas anuais de ações públicas de regularização fundiária local e gratuita, com objetivo de incluir medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de integrar assentamentos irregulares ao contexto legal das cidades, com requisitos mínimos impostos pelo poder público para os moradores: como quantidade mínima temporal ininterruptamente, aonde aquele que possuir, como seu terreno, e que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, bem como área urbana mínima para registro da posse e comprovação ao direito de legalização fundiária;
- Ações de programa municipal de identificação, marcação e iniciativa com as experiências de gestores locais, o município deve buscar recursos em programas do Governo Federal com o objetivo de entregar construção e documentação regularizada aos moradores em áreas irregulares e assim sanar as necessidades da população por meio da gestão;
- Projetos internos de gestão pública para facilitar a mobilidade urbana, com ampliação do número de transporte coletivo com circulação ininterrupta em horário comercial, que transite em todo espaço urbano da cidade de Araguaína e nos finais de semana via deslocamento gratuito para áreas de lazer da cidade;
- Obras de pavimentação ou recapeamento de vias urbanas em todo perímetro urbano com: visão estratégica, metas e objetivos bem definidos pelos gestores públicos, capazes de orientar a execução das ações. Além disso, realização de reuniões para votação periódica e com participação da população com poder de voto para distribuição e escolha do investimento das verbas públicas nos serviços de pavimentação e serviços públicos básicos;
- Cooperação entre governo, iniciativa privada e terceiro setor para oferta de equipamentos urbanos e comunitários; transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população; incentivo público como a diminuição de taxa de impostos para o empreendedor que instalar negócio próprio, para fomentar o capital em áreas urbanas precárias e assim possibilitar incentivar o micro empreendimento local;

Diante de tudo, constatou-se, em que pese a situação de carência de assistência pelo Poder Público em relação ao setor Presidente Lula, a mitigação de parte dos problemas (já existe, e não só isso, mas a dita solução é aplicada a contento em outros bairros/setores da

cidade de Araguaína-TO), que é a implementação das diretrizes básicas estabelecidas no Estatuto da Cidade, no Plano Diretor e demais documentos de regência. Assim, os referidos diplomas legais tratam de saneamento básico, infraestrutura, direito à moradia digna dentre outros direitos caros à sociedade. Cabe dizer que como observado para outros setores e questões inerentes à sociedade brasileira, se faz necessário maior celeridade do setor judiciário na emissão de respostas às diversas demandas que lhes são apresentadas cotidianamente.

Logo, este trabalho propõe que o Poder Público, especialmente o municipal de Araguaína/TO, que enxergue com um olhar humanitário essa parte da população, que vive em situação extremamente precária, e cumpra com a obrigatoriedade que lhe incumbe, ou seja, comece imediatamente a aplicar todas as normas de regências no tocante ao direito à moradia digna e seus desdobramentos lógicos, já amplamente debatidos ao longo deste manuscrito. Afinal, além da elaboração da norma é preciso sua efetivação. “Nas favelas, no Senado Sujeira pra todo lado. Ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação” (Que País É Este - Legião Urbana).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada é importante para o conhecimento da realidade das moradias e dos moradores do setor Presidente Lula, em Araguaína/TO. Assim, é possível reafirmar a perspectiva teórica e a hipótese adotada sobre a produção e reprodução do espaço urbano por meio capital, ao constatar a ausência de serviços essenciais para melhoria da qualidade de vida nos espaços periféricos e a concentração de investimentos nas áreas centrais, que são atrativas para o capital, o que faz com que ocorra a disparidade de acesso ao direito à cidade, gerando a desigualdade social urbana que ainda ressoa na questão urbana de habitação. A atratividade da cidade impulsiona significativamente as questões de migrações extra e intraurbanas, acima das médias estadual e nacional.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa de problematizar a organização do espaço do município de Araguaína (TO), e por base a leitura dos moradores do setor Presidente Lula, constatou-se que as áreas periféricas, ou seja, aquelas ao redor dos centros urbanos são muitas vezes esquecidas pelo poder público e deficientes de intervenções, capazes de ofertar habitação adequada, provocando crescimento desigual na produção do espaço. É uma realidade, além de ser um problema brasileiro de desigualdade social, que encoraja na questão da habitação. O trabalho buscou contribuir para as políticas habitacionais municipais em prol das ocupações irregulares mais aderentes à realidade para futuros e possíveis debates do Plano Municipal de Habitação.

As cidades, em seu arranjo espacial, normalmente expõem espaços urbanos diferenciados e contraditórios. Por vezes, encontram-se lugares que oferecem infraestrutura pública de qualidade; e em outras vezes, precarizadas, ou seja, áreas carentes dos serviços públicos urbanos fundamentais, sendo esses locais habitados pela população carente. Isso, ocorre em razão de inexistência de políticas públicas locais para absorção desse quantitativo populacional, o que propicia habitações irregulares, como acontece no setor Presidente Lula, na cidade de Araguaína/TO.

A concretização do direito à moradia no Brasil ainda é um grande desafio, embora seja um direito fundamental previsto na Constituição Brasileira, o qual, deveria garantir condições dignas de moradia para todos os cidadãos, por parte do Estado, por meio de políticas públicas que promovam o acesso à terra, à saúde, à infraestrutura urbana, à pavimentação, à segurança habitacional e à regularização fundiária. Por vezes esse direito é violado de forma sistemática, principalmente para as populações mais vulneráveis e marginalizadas, acarretado por uma série

de obstáculos políticos, econômicos e sociais que inibem a implementação de políticas públicas concretas para garantir o acesso à moradia.

Assiste-se nesse caso disputas urbanas pelo direito à cidade, em Araguaína, por parte dos moradores do setor Presidente Lula, ao passo que aquela exerce por meio do marketing seu poder de atração. Constata-se sensíveis situações de desigualdades sociais, que são concretizadas pelos espaços fragmentados, divididos em áreas centrais contornadas de infraestrutura e desenvolvimento urbano, desconectadas da realidade das áreas periféricas. É certo que o capitalismo trouxe rupturas espaciais urbanas estruturantes, derivando em um contexto social desigual e com crise de segregação socioespacial.

A busca de famílias por terrenos mais baratos e com isso realizar o sonho da casa própria foi o principal motivo da migração desses moradores para escolher o setor Presidente Lula como moradia, mas a desigualdade social é real e fácil de ser identificada quando nos deparamos pela falta ou omissão do poder público em garantir o mínimo necessário para os moradores, como o abastecimento de água, iluminação pública, saneamento básico, pavimentação asfáltica e acessibilidade de mobilidade aos moradores ao setor, moradias precárias e pequenas que moram mais de 3 pessoas, dividindo um ou dois cômodos, e muitas vezes sem banheiro na residência.

O processo de urbanização apresenta as contradições pelo crescimento acelerado das cidades, que produz e reproduz a desigualdade e segregação espacial, em que só uma parcela da população se favorece dos espaços da cidade de Araguaína, tirando o direito de significativas maiorias. O capitalismo produz a cidade, causa a reprodução e produção de espaços desiguais, que por vezes ensejam a expulsão das pessoas menos favorecidas (sem poder de consumo) para lugares afastados do centro urbano, criando um abismo entre as classes sociais, que quanto maiores as desigualdades sociais, mais intensos tendem a ser os problemas de moradia.

Sabe-se que o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade proporciona o bem-estar de seus habitantes, pois traz efetivamente melhorias na qualidade de vida dos moradores da cidade e daqueles que dela se utilizam, além de contribuir significativamente para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e reduzir as desigualdades. Além disso, observa-se a afirmativa do poder público em relação aos entraves jurídicos que se apresentam enquanto impeditivos para uma maior assertividade de assimilação do setor à estrutura urbana.

Como se vê, o difícil acesso a um pedaço de terra e à moradia, à ausência de política habitacional eficiente, os entraves jurídicos que se apresentam aos diversos poderes públicos, resultam em respostas insuficientes à demanda de moradias que igualmente tem também dado causa as ocupações ilegais, levando a população menos favorecida a ocupar áreas públicas ou privadas, sem interesse econômico, para morar.

Nesse contexto, compreende-se que são áreas, geralmente localizadas nas periferias da cidade, sem nenhuma infraestrutura e serviços básicos essenciais: como saúde, educação, condições mínimas para a cidadania, entre outros. As famílias que ocupam áreas irregulares têm direito a condições dignas de moradia legalmente previstas e o município tem o dever de lhes garantir qualidade de vida e bem-estar, além de habitações salubres para sua população. Sefaz urgente a equalização do poder judiciário, dos poderes municipais e dos poderes constituintes da República no sentido de possibilitar o pleno cumprimento das prerrogativas constitucionais no que diz respeito à estruturação das cidades e do acesso as políticas públicas de habitação.

REFERÊNCIAS

- ACE. **Agentes de Combate a Endemias Araguaína (TO)**. Acesso de dados do poder municipal de Araguaína. TOCANTINS: Prefeitura Municipal de Araguaína, 2023.
- ALMEIDA, ARTEMIZ CARNEIRO DE. **Análise de aspectos socioeconômicos do programa minha casa minha vida no conjunto habitacional lago Azul I, III E IV na cidade de Araguaína – TO**. Tocantins: Repositório da UFT, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5323>. Acesso em: 19 out. 2023
- ALMEIDA, Tatiana do Carmo de. **Vazios urbanos como negócio imobiliário: planejamento e negação do direito à cidade na zona sul e sudeste de Araguaína-TO**. Tocantins: UFT-Universidade Federal do Tocantins, 2023. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/4788>. Acesso em: 05 nov. 2023
- ALMEIDA, Tatiana do Carmo de; SODRÉ, Reges. **Cidade e acessibilidade: desafios, avanços e perspectivas de mobilidade urbana na região sul de Araguaína-TO**. Estudos agrários e urbanos do centro-norte do Tocantins / Organizadores Alberto Pereira Lopes, Elias da Silva, Eliseu Pereira de Brito. Paraná: Atena, 2023. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/index.php/catalogo/post/cidade-e-acessibilidade-desafios-avancos-e-perspectivas-de-mobilidade-urbana-na-regiao-sul-de-araguaina-to>. Acesso em: 05 nov. 2023
- ANTERO, Roberto Silva. **Centralidade urbano-regional da pecuária de Araguaína-TO: a capital do boi gordo?** Recife: Revista de Geografia, 2017. V. 34, No. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/229285/23645>. Acesso em: 10 mar. 2023
- ANTERO, Roberto Silva. **Urbanização pela migração em Araguaína – TO**. Minas Gerais: Caminhos de Geografia, 2016, v. 17, n. 59, p. 228–243. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/33488>. Acesso em: 03 mar. 2023
- ARAGUAÍNA, TO. **Lei complementar nº 51- dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Araguaína e dá outras providências**. TOCANTINS: Câmara municipal de Araguaína, 2017. Disponível em: <https://leis.araguaina.to.gov.br/leicomplementar/51/2077.aspx>. Acesso em: 26 nov. 2023.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 121-188
- ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Porto Alegre: Em Questão, 2006. v. 12, n. 1, p.11-32. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16/5>. Acesso em: 15 out. 2023
- ARAÚJO, James Amorim. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre**. São Paulo: GEOUSP, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258/>. Acesso em: 17 set. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 57-91
- BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço de; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Santa Catarina: RIC@, 2017. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910>. Acesso em: 04 out. 2022

BAZOLLI, João Aparecido; PEREIRA, Olivia Campos Maia; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres. Regularização Fundiária – Nova Lei – Velhas Práticas: Caso de Araguaína – Amazônia Legal. Nova Lei – Velhas Práticas: Caso de Araguaína – Amazônia Legal. Brasília: **Rev. Bras. Polít. Públicas (Online)**, 2017, v. 7, nº 2, p. 215-230. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/230224958.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17 out. 2023

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Brasília. DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Estatuto da cidade: LEI nº 10.257, DE 10 de julho de 2001**. DF: Presidente da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 30 nov. 2023

BRASIL. Ministério das Cidades. **A 6ª Conferência distrital das cidades**. Brasília. DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.6conferenciadistritalcidades.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/TextoTemaLema.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023

BRASIL. Ministério das Cidades. **Ministério das Cidades anuncia prorrogação de prazo do Minha Casa Minha Vida em Tocantins**. Brasília. DF: Gabinete do Ministro, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/ministerio-das-cidades-anuncia-prorrogacao-de-prazo-do-minha-casa-minha-vida-em-tocantins>. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. **Secretaria da indústria, comércio e serviços do estado do Tocantins**. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/sics/logistica/54rod21jyامل>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRITO, Domingos Rodrigues de. **Análise da política de urbanização da cidade de Araguaína exemplificada no setor Cimba. Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2016**. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5002>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CAMPOS; Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Brasília: **Rev Bras Enferm**, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2023

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Florianópolis: Texto Contexto Enferm., 2006. p. 679-84.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 56-90.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial**. São Paulo: GEOUSP, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163371/158247>. Acesso em: 10 jun. 2023

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, Ricardo Manuel. **A responsabilidade do município no enfrentamento das ocupações em áreas de risco.** São Paulo: Cadernos Jurídicos, 2019. ano 20, nº 52, p. 117-130, Novembro-Dezembro/2019. Disponível em:

https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/CadernosJuridicos/cj_n52_08_1_responsabilidade_municipio.pdf?d=637123721575872571. Acesso em: 30 nov. 2023.

CONEXÃO TOCANTINS. **Araguaína é destaque na geração de empregos no Tocantins.** Tocantins: Conexão Tocantins, 2017. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2017/09/26/araguaina-e-destaque-na-geracao-de-empregos-no-tocantins>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CONEXÃO TOCANTINS. **Araguaína e Gurupi se destacam na execução de programas habitacionais; déficit e obras paradas em Palmas preocupam entidades.** Tocantins: Conexão Tocantins, 2015. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2015/03/18/araguaina-e-gurupi-se-destacam-na-execucao-de-programas-habitacionais-deficit-e-obras-paradas-em-palmas-preocupam-entidades>. Acesso em: 19 out. 2023.

COSTA, Geraldo Magela. **A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana.** Minas Gerais: GECEL/UFF, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/ppgeo-uff/20121204012940/uno.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

CRUZ, Luciana Ribeiro da. **Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia legal.** 2022. Palmas: Repositório UFT, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4593>. Acesso em: 28 de ago. 2023.

Diário oficial cidade de Araguaína Estado do Tocantins. **O município de Araguaína – TO.** 2020. ANO IX - Nº 2.058, SEGUNDA- FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020. p. 05-10. Disponível em: <https://diariooficial.araguaina.to.gov.br/Arquivo/DiarioOficial/pdf/2058.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Diário oficial cidade de Araguaína Estado do Tocantins. **O município de Araguaína – TO.** 2020. ANO IX - Nº 2.058, SEGUNDA- FEIRA, 18 DE MAIO DE 2020. p. 05-10. Disponível em: <https://diariooficial.araguaina.to.gov.br/Arquivo/DiarioOficial/pdf/2058.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023

DOMINICI, Daniel de Sousa. **Função Social da propriedade e cultura patriomonalista: o modelo do município de Araguaína (TO).** Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/4301>. Acesso em: 05 nov. 2023.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Paraná: SciELO, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2022.

DUARTE, Samuel Correa; FIGUEIREDO, Cesar Alessandro Sagrillo. **O Programa “Minha Casa, Minha Vida” e a provisão de habitação e urbanização em assentamentos precários no Estado do Tocantins, Brasil.** Minas Gerais: Caderno de Geografia, 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/8845>. Acesso em: 05 nov. 2023.

FILHO, Arnaldo. **Mercado imobiliário- Novo condomínio de alto padrão, Parque 47 é apresentado em Araguaína e atrai investidores.** Araguaína: AF Notícias, 2023. Disponível em: <https://afnoticias.com.br/cidades/novo-condominio-de-alto-padrao-parque-47-e-apresentado-em-araguaina-e-atrai-investidores>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. São Paulo: SciELO, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2022.

GARCIAS, Carlos Mello; BERNARDI, Jorge Luiz. **As funções sociais da cidade**. Curitiba: Revista Direitos fundamentais & democracia, 2008, Vol.4. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/download/48/47/51>. Acesso em: 17 out. 2023.

GAZETA DO CERRADO. **Em Araguaína, ministro diz que a cidade tem 80% do déficit habitacional cumprido e que Bolsonaro destinou R\$ 27 mil só este ano**. Tocantins: Gazeta do Cerrado, 2019. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/em-araguaina-ministro-diz-que-cidade-tem-80-do-deficit-habitacional-cumprido-e-que-bolsonaro-destinou-r-27-mi-so-este-ano/>. Acesso em: 19 out. 2023.

GG NOTÍCIAS. **Araguaína: Conheça a cidade tocantinense que é um pólo econômico na região norte**. Tocantins: GG notícias, 2021. Disponível em: <https://ggnoticias.com.br/noticia/27209/araguaina-conheca-a-cidade-tocantinense-que-e-um-polo-economico-na-regiao-norte.html>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995. Disponível em: Metodologia- Pesquisa qualitativa tipos fundamentais.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

GOMES JÚNIOR, Evaldo; NASCIMENTO, Humberto Miranda. **A centralidade do município de Araguaína – TO na Amazônia Oriental**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII, 13; TALLER DE EDITORES RIER, 6. Salvador: Anais, 2014. p. 1 a 15. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15139>. Acesso em: 03 mar. 2023

IDIS- Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **O que são ODS e o que eles têm a ver com impacto social -ONU - Organização das Nações Unidas**. São Paulo: IDIS, 2023. Disponível em: https://www.idis.org.br/o-que-sao-ods-e-o-que-eles-tem-a-ver-com-impacto-social/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA9ourBhAVEiwA3L5RFu2LN8gan-h2UPmo1YIW-SI9fU57c0z_RB8_h4ggz8X6FM-ym5zkiBoC0tcQAvD_BwE. Acesso em: 26 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – Censo 2022. **Agência IBGE notícias: De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 28 ago. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – **REGIC. Regiões de influência das cidades: 2018** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 28 ago. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – **Tocantins | Araguaína | Panorama: 2023** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021, v4.6.47. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Aglomerados Subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 30 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População: Crescimento populacional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 01 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2021 (publicação e base de dados dos municípios)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>. Acesso em: 26 abr. 2023.

JANONE, Lucas; BARRETO, Elis. **Crescimento de favelas no Brasil nos últimos 35 anos equivale a 11 Lisboas**. São Paulo: CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/crescimento-de-favelas-no-brasil-nos-ultimos-35-anos-equivale-a-11-lisboas/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEANDRO, Maiara Cerqueira; DOS SANTOS, Júnio De Jesus. **A (re)produção do espaço urbano da periferia e o direito à cidade**. Bahia: VI SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA, 2018. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/8492/8160>. Acesso: 17 mai. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**; Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**; Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, João de Deus; PACÍFICO FILHO, Miguel; LIMA, Luciene Rodrigues; RODRIGUES, Pedro Henrique Eustáquio. **Araguaína–TO, cidade competitiva no interior da Amazônia brasileira: entre práticas e discursos**. São Paulo: Revista Ciência Geográfica Bauru, 2022. 26(2), p. 1049-1076. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2932>. Acesso em: 07 mar. 2023.

LEITE, João de Deus; PACÍFICO FILHO, Miguel; PIRES, Maria Cilene. **Araguaína/TO: cidade e discurso na Amazônia Brasileira O caso do Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto**. Cidades, Comunidades e Territórios: Portugal, 2021. p. 129–145. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt>. Acesso em: 09 mar. 2023.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

LIBÓRIO, Daniela Campos; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Princípios e instrumentos de política urbana**. São Paulo: Enciclopédia jurídica da PUCSP, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-urbana>. Acesso em: 17 out. 2023.

LIMA, Natália Lopes; SANTOS, Tamires Brilhante Pereira dos; REIS, Marcos Neemias Negrão. **Política pública habitacional: ao combate à violência doméstica no município de**

Araguaia-Tocantins. Tocantins: Facit, 2023. Disponível em: <https://jnt1.websiteseuro.com/index.php/JNT/article/view/2235>. Acesso em: 05 nov. 2023.

LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_87.pdf. Acesso em: 17 mai. 2023.

LOPES, Jussandro Rodrigues Nunes. **Participação, convivência social e geração de trabalho e renda: o trabalho social do programa minha casa minha vida no município de Araguaína.** Tocantins: UFT- Universidade Federal do Tocantins, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5358>. Acesso em: 05 nov. 2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade.** São Paulo: Atual editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 17-42; 80-97.

MARINHO, Paulo Henrique Barbosa. **Políticas públicas habitacionais e interesse social: a participação como instrumento na melhora da qualidade de vida dos beneficiados do PMCMV no conjunto habitacional lago azul i em Araguaína-TO.** Tocantins: UFT- Universidade Federal do Tocantins, 2018. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/5316.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Espaço e política na realidade dos conjuntos habitacionais.** In: DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. L. Espaço no fim de século: a nova raridade. (organizadoras). 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 165-171

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias.** São Paulo: Revista Pesquisa Qualitativa, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 08 dez. 2022.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva.** 2. Ed. rev. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades.** São Paulo: Caderno de pesquisas em administração, 1996. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

ORLANDI, Eni P. **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano/ Eni P. Orlandi (org.).** São Paulo: Pontes, 2001.

PACÍFICO FILHO, Miguel; BORGES, Thelma Pontes; TELES, Marcela Pereira Lima; CANÇADO, Airton Cardoso. **Cidades Médias na Amazônia Legal: Araguaína/TO, Imperatriz/MA e Marabá/PA – indutoras de desenvolvimento e desigualdades.** Santa Cruz do Sul: Redes- indutoras de desenvolvimento e desigualdades, 2020. v. 25, p. 1477-1503. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.15139>. Acesso em: 03 mar. 2023.

PEREIRA, Aires José; DIAS, Janyelle Bezerra. A urbanização da cidade de Araguaína – TO: O Setor Santa Helena como estudo de caso. Tocantins: RTG- **Revista Tocantinense de Geografia,** 2020. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/7041>. Acesso em: 05 nov. 2023.

PEREIRA, Francisco Ielos Faustino; HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Novas centralidades em cidades médias: um estudo de sobral no nordeste brasileiro**. Rio Grande do Sul: FURG, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4765-Texto%20do%20artigo-13580-1-10-20141023.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

QUARESMA, Sílvia Jurema; BONI, Valdete. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. São Paulo: EM TESE, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>. Acesso em: 04 out. 2022.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. Ceará: Scielo, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/PQWYmTntpVgYYZdrbdnQbBf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSSI, George Bedinelli; SERRALVO, Francisco Antonio; NASCIMENTO, JOÃO Belmiro do. **Análise de Conteúdo. Brazilian Journal of Marketing**. São Paulo: Revista Brasileira de Marketing, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12049>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SALEME, Edson Ricardo. **Parâmetros sobre a função social da cidade**. XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA. Minas Gerais: publica Direito, 2015. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/141.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

SALIBA, Alexandre Berzosa; SANTOS FILHO, Roberto Lemos dos. **Direito à moradia: ocupações irregulares e responsabilidade dos agentes públicos**. São Paulo: Consultor Jurídico (ConJur), 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-27/opiniaoo-ocupacoes-irregulares-responsabilidade-agentes/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Resenha de: análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. São Paulo: Revista Eletrônica de Educação. 2012. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em: 09 jun. 2023.

SANTOS, Roberto Souza. **A construção da rodovia BR- 153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins**. Belém: Novos Cadernos NAEA- UFPA, 2017. v. 20 n. 3 p. 97-114. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4378>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SOARES, Reginaldo Muniz. **Produção desigual do espaço urbano: uma análise a partir do surgimento dos loteamentos fechados na zona urbana de Teresina/Piauí**. Piauí: Geografia: Publicações Avulsas, 2021. v.3, n. 2, p. 188-208. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/12904/8117>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SODRÉ, Reges; OLIVEIRA, Helbaneth Macêdo. **Rede urbana e gestão territorial: um estudo a partir da região sudeste da Amazônia Oriental**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Anais do XIV ENANPEGE. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78182>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SODRÉ, Reges; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. **Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins**. Belém: Novos Cadernos NAEA-UFPA, 2017. v. 20 n. 1 p. 169-188. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2301>. Acesso em: 03 mar.2023.

SOUSA, Janderson Henrique Mota de; LEITE, João de Deus. Ruas de comércio: o mapeamento das relações comerciais da avenida Cônego João Lima em Araguaína – Tocantins. **Revista Humanidades e Inovação**, 2019. v.6, n.14. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1419>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SOUSA, Marcelo Araújo de; BRITO, Eliseu Pereira de. **A estrutura fundiária urbana de Araguaína: algumas considerações**. Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/1046-17932-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 16 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana**. São Paulo: SciELO, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/V98HwyPqTqWsRfB83RfJnNF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mai. 2023.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da. Cidades médias na Amazônia oriental das novas Centralidades à Fragmentação do Território. Rio de Janeiro: RBEUR- **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 2011. p.135-151. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/399>. Acesso em: 13 out. 2022.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; RIBEIRO, Rovaine. **Marabá: Novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense**. XIII ENANPUR, maio de 2009, Florianópolis-SC, 2009. Disponível em: <http://www.anpur.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TV Anhanguera. **População de Araguaína (TO) é de 171.301 pessoas, aponta o Censo do IBGE**. Palmas: G1 Tocantins, 2023, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2023/06/28/populacao-de-araguaina-to-e-de-171-301-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 01 set. 2023.

V.D, Paulo; LOBO, Isabel Maria da Costa. A Carta de Atenas de 2003. **A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI**”, CEU, Lisboa, novembro de 2003, edição traduzida e editada: Paulo V.D. Correia; Isabel Maria da Costa Lobo. Porto: 2º Congresso Nacional da Construção, 2004. Disponível em: https://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf. Acesso em: 17 out. 2023

VASCONCELOS FILHO, João Manoel de; SOARES, Ribeiro Beatriz. Os conflitos e as contradições na aquisição da moradia social nos enclaves de pobreza urbana no Brasil: uma análise sobre a cidade de Araguaína-TO. Costa Rica: **Revista Geográfica de América Central**, 2011. Vol. 2, p. 1-14. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820370.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel. **O Direito à moradia e o discurso de Implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas: reflexões sobre Araguaína-TO**. Uberlândia: Universidade Federal de

Uberlândia, 2013. DOI <https://doi.org/10.14393/ufu.te.2013.56>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/15964>. Acesso em: 05 nov. 2023.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. São Paulo: Temáticas, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 08 dez. 2022.

XAVIER JÚNIOR, Fléber. **Os impactos da variação de preços para o comércio varejista e o consumidor na cidade de Araguaína-TO entre 10/2016 E 10/2017**. Tocantins: Faculdade Católica Dom Orione, 2017. Disponível em: https://repositorio.catolicaorione.edu.br/Arquivos/385b06d9-dfff-4e2c-8116-fd9b4dbca4de_FL%C3%89BER%20XAVIER%20J%C3%9ANIOR.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.